



## COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 44/2026 Cód. Verificador: RY6M3T31

**Requerente:** 523 - MUNICIPIO DE MARMELEIRO  
**CPF/CNPJ:** 76.205.665/0001-01  
**Endereço:** Avenida Macali Nº 255 **CEP:**85.614-068  
**Cidade:** Marmeleiro **Estado:**PR  
**Bairro:** CENTRO  
**Fone Res.:** (46) 3525-8100 **Fone Cel.:** Não Informado  
**E-mail:** administracao@marmeleiro.pr.gov.br  
**Assunto:** SETOR DE LICITAÇÃO  
**Subassunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS  
**Data de Abertura:** 12/01/2026 11:11  
**Previsão:** 11/02/2026

### Telefone Requerente

Celular: (46) 3525-8100

### Documentos do Processo

Quantidade de Documentos: 0 Quantidade de Documentos Entregues: 0

### Observação

O Departamento de Saúde requer a autorização para processo de Inexigibilidade de licitação, visando a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID.

MUNICIPIO DE MARMELEIRO

Requerente

RUDIMAR ERNANDES WALKOVIECZ

Funcionário(a)

Recebido



Marmeleiro, 12 de janeiro de 2026.

**Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 44/2026**  
**Requerimento nº 001/2026**

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

### 1 – OBJETO:

Constitui objeto deste documento, a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, observadas as características e demais condições definidas neste processo e seus anexos.

### 2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Justifica-se a contratação de empresa para aquisição de um veículo de passeio com carroceria sedan para atender às necessidades do Departamento de Saúde do Município de Marmeleiro-PR. O veículo será utilizado para o transporte de pacientes a outros municípios, garantindo conforto, segurança e eficiência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. A aquisição é fundamental para assegurar a continuidade dos deslocamentos, mesmo em períodos de alta demanda ou quando outros veículos da frota estiverem em manutenção.

A escolha por um modelo com carroceria sedan se justifica por suas características técnicas e funcionais, que oferecem maior conforto aos passageiros, espaço adequado para bagagens e melhor desempenho em viagens intermunicipais, aspectos estes essenciais para o transporte contínuo de pacientes. Dessa forma, a aquisição do veículo sedan atende não apenas aos requisitos técnicos e de eficiência, mas também às necessidades reais da rede de saúde municipal, garantindo conforto, segurança e regularidade no atendimento à população.

Aliada aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, a iniciativa garante não apenas a manutenção ininterrupta dos serviços de saúde, mas também promove dignidade e humanização no transporte dos pacientes, ao oferecer condições adequadas de conforto e segurança durante os trajetos, respeitando a vulnerabilidade dos usuários do SUS. Dessa forma, a ação contribui diretamente para a efetivação do direito à saúde e para o fortalecimento da atenção básica e especializada, promovendo uma gestão pública mais sensível, planejada e eficaz.

A aquisição será viabilizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, via convênio firmado com a Secretaria das Cidades (SECID), com contrapartida do município. Essa alternativa estratégica dispensa a realização de uma nova licitação, o que acelera a tramitação, reduz custos operacionais e permite aproveitar preços já registrados, reconhecidamente mais competitivos do que os obtidos em processos licitatórios individuais. As principais vantagens na adesão à Ata de Registro de Preços – PE nº 116/2025 – consistem na agilidade do procedimento, que permite atender com rapidez às demandas urgentes da saúde pública, e na vantajosidade econômica, ao possibilitar a aquisição com valores já registrados. Além disso, o processo por meio de ata reforça a transparência dos atos administrativos, uma vez que está respaldado em procedimentos licitatórios previamente realizados, com critérios públicos, impessoais e auditáveis. Essa combinação de agilidade, economia e transparência promove uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e assegura a continuidade dos serviços essenciais.

A inexigibilidade de licitação é uma exceção à regra geral, mas a própria legislação, no art. 74, define claramente os casos em que a licitação não é obrigatória, estabelecendo as situações em que a competição não pode ser realizada de forma viável.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição.*

Com base nos documentos anexos, que demonstram a viabilidade da contratação por meio de processo de inexigibilidade, solicitamos a formalização do processo para a aquisição do veículo.





### 3 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso IV do art. 6º, do Decreto Municipal nº 3.497/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referencias de contratações anteriores do mesmo objeto que o Município executou ou contratações similares de outros órgãos da Administração Pública, sendo que o valor ficou em torno de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

### 4 – PREVISÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

Após a finalização dos tramites do processo e a publicação da homologação.

### 5 – GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alto.

### 6 – VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DFD:

A presente contratação não necessita nenhuma vinculação ou dependência com o objeto de outro Documento de Formalização de Demanda.

### 7 – FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

Inexigibilidade de Licitação.

### 8 – INDICAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DO PRESENTE PROCESSO:

#### 8.1 – Fiscal de Contrato:

Jean Max da Silva.

#### 8.2 – Gestor de Contrato:

Rosemari de Oliveira Scolari.

Parágrafo Único: Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

### 9 – ENCAMINHAMENTO:

De acordo com o processo, encaminhe-se ao Departamento responsável para prosseguimento.

**Rosemari de Oliveira Scolari**  
**Gestora do Contrato**  
**Diretora do Departamento de Saúde**

**Jean Max da Silva**  
**Fiscal de Contrato**





Marmeleiro, 12 de janeiro de 2026.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1 – INTRODUÇÃO:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

### 2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Constitui objeto deste documento a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

Justifica-se a contratação de empresa para aquisição de um veículo de passeio com carroceria sedan para atender às necessidades do Departamento de Saúde do Município de Marmeleiro-PR. O veículo será utilizado para o transporte de pacientes a outros municípios, garantindo conforto, segurança e eficiência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. A aquisição é fundamental para assegurar a continuidade dos deslocamentos, mesmo em períodos de alta demanda ou quando outros veículos da frota estiverem em manutenção.

A escolha por um modelo com carroceria sedan se justifica por suas características técnicas e funcionais, que oferecem maior conforto aos passageiros, espaço adequado para bagagens e melhor desempenho em viagens intermunicipais, aspectos estes essenciais para o transporte contínuo de pacientes. Dessa forma, a aquisição do veículo sedan atende não apenas aos requisitos técnicos e de eficiência, mas também às necessidades reais da rede de saúde municipal, garantindo conforto, segurança e regularidade no atendimento à população.

Aliada aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, a iniciativa garante não apenas a manutenção ininterrupta dos serviços de saúde, mas também promove dignidade e humanização no transporte dos pacientes, ao oferecer condições adequadas de conforto e segurança durante os trajetos, respeitando a vulnerabilidade dos usuários do SUS. Dessa forma, a ação contribui diretamente para a efetivação do direito à saúde e para o fortalecimento da atenção básica e especializada, promovendo uma gestão pública mais sensível, planejada e eficaz.

A aquisição será viabilizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, via convênio firmado com a Secretaria das Cidades (SECID), com contrapartida do município. Essa alternativa estratégica dispensa a realização de uma nova licitação, o que acelera a tramitação, reduz custos operacionais e permite aproveitar preços já registrados, reconhecidamente mais competitivos do que os obtidos em processos licitatórios individuais. As principais vantagens na adesão à Ata de Registro de Preços – PE nº 116/2025 – consistem na agilidade do procedimento, que permite atender com rapidez às demandas urgentes da saúde pública, e na vantajosidade econômica, ao possibilitar a aquisição com valores já registrados. Além disso, o processo por meio de ata reforça a transparência dos atos administrativos, uma vez que está respaldado em procedimentos licitatórios previamente realizados, com critérios públicos, impessoais e auditáveis. Essa combinação de agilidade, economia e transparência promove uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e assegura a continuidade dos serviços essenciais.







A inexigibilidade de licitação é uma exceção à regra geral, mas a própria legislação, no art. 74, define claramente os casos em que a licitação não é obrigatória, estabelecendo as situações em que a competição não pode ser realizada de forma viável.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição.*

Com base nos documentos anexos, que demonstram a viabilidade da contratação por meio de processo de inexigibilidade, solicitamos a formalização do processo para a aquisição do veículo.

### 3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação não está alinhada com o PCA, uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

### 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O objeto da contratação se enquadra no texto do Decreto Federal nº 10.818/2021, sendo descritos como comuns.

O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

A CONTRATADA deverá proporcionar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

A validade/garantia dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

A CONTRATADA deverá garantir requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento do objeto conforme edital durante toda a vigência do Contrato.

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

O prazo de entrega/execução do objeto deverá ser no máximo em 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que com justificativa aceita pelo Departamento solicitante.

O objeto será recebido definitivamente em prazo a ser definido no Termo de Referência, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a quantidade, qualidade e adequação dos itens entregues.

Sobre a CONTRATADA, a mesma deverá apresentar:

- Habilitação jurídica.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- Regularidade econômico-financeira.
- Comprovação técnica, caso necessário.
- Declaração unificada, caso necessário.

### 5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1	Unid.	<b>Veículo, TIPO: Sedan</b> , conforme categoria Médio 175 do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 98 cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, <b>CAPACIDADE:</b> Porta malas com capacidade mínima de 440 litros, <b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> 4 (quatro) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave,





# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6

			vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: FIAT / Fabricante: FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / Garantia: 24 meses / Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B
--	--	--	---

A estimativa fundamenta-se na necessidade de ampliar e renovar a frota de veículos do departamento de saúde do município, com o objetivo de garantir maior eficiência, comodidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS.

## 6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso VII do art. 3º, do Decreto Municipal nº 3.498/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referenciais de contratações anteriores do mesmo objeto que o Município executou e valores de breve pesquisa de mercado, sendo que o valor ficou em torno de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

A pesquisa de preços definitiva embasada no Decreto Municipal nº 3.498/2024 será feita para conclusão do Termo de Referência onde se trata de procedimento indispensável à verificação de valores para precificar o valor referencial máximo aceitável.

## 7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Ressaltasse que foi feita uma pesquisa e levantamento de mercado e considerando-se os resultados da mesma, foi avaliada a Adesão a Ata de Registro de Preços como sendo mais vantajosa e adequada para essa aquisição do que a realização de um Pregão.

Ademais, com base em contratações anteriores, as quais foram realizadas por meio da Adesão à Ata de Registro de Preços, compreende-se, que o meio mais prático e com menos custos para a Administração, seria a contratação por meio de Inexigibilidade.

## 8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando a eficácia, a qualidade e a conveniência econômica e sabendo que a demanda do objeto é certa e previsível.

Diante da impossibilidade de competição em razão da exclusividade para aquisição do objeto, a solução que se adequa às necessidades do departamento, é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

## 9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03 é detentora da Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, pela Autorização do SECID, para a venda ao Município de Marmeleiro.

Na própria Ata foi determinada a contratação em Lotes/Itens, visto que a solução é composta por Lotes/Itens distintos (veículos de tipos, modelos e características diferentes).

## 10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

A presente contratação objetiva atingir os seguintes resultados:

- Suprir as necessidades do Departamento requisitante e manter o bom funcionamento.





# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7

- Garantir o fornecimento do objeto de primeira qualidade, prezando pela eficiência e sustentabilidade.

- Proporcionar, tanto para a Administração Pública, como para a empresa vencedora, o melhor custo-benefício possível.

## 11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CELEBRAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO:

A presente contratação não necessita nenhuma providência prévia a celebração contratual.

## 12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 13 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada à natureza do objeto a ser contratado, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

## 14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, da contratação de empresa para suprir as necessidades do objeto para atender o Departamento requisitante, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

**Rosemari de Oliveira Scolari**  
**Diretora do Departamento de Saúde**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 12/01/2026 EM: 16:00 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/ppb584e93a61664>





# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

8

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 12 de janeiro de 2026.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – OBJETO:

Constitui objeto deste Termo de Referência, para processo de Inexigibilidade de Licitação, a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Unid.	<b>Veículo, TIPO: Sedan</b> , conforme categoria Médio 175 do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 98 cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, <b>CAPACIDADE:</b> Porta malas com capacidade mínima de 440 litros, <b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> 4 (quatro) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, <b>UNID. DE MEDIDA:</b> Unitário / <b>Marca:</b> FIAT / <b>Fabricante:</b> FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / <b>Garantia:</b> 24 meses / Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B	110.900,00	110.900,00
<b>Valor Total</b>					<b>110.900,00</b>

As especificações são as mesmas mencionadas Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID.

Integra este Termo de Referência, o Anexo I – Pesquisa de Preços, com a estimativa de preços e preços referenciais.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

O objeto desta contratação é caracterizado como bens comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:





Justifica-se a contratação de empresa para aquisição de um veículo de passeio com carroceria sedan para atender às necessidades do Departamento de Saúde do Município de Marmeleiro-PR. O veículo será utilizado para o transporte de pacientes a outros municípios, garantindo conforto, segurança e eficiência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. A aquisição é fundamental para assegurar a continuidade dos deslocamentos, mesmo em períodos de alta demanda ou quando outros veículos da frota estiverem em manutenção.

A escolha por um modelo com carroceria sedan se justifica por suas características técnicas e funcionais, que oferecem maior conforto aos passageiros, espaço adequado para bagagens e melhor desempenho em viagens intermunicipais, aspectos estes essenciais para o transporte contínuo de pacientes. Dessa forma, a aquisição do veículo sedan atende não apenas aos requisitos técnicos e de eficiência, mas também às necessidades reais da rede de saúde municipal, garantindo conforto, segurança e regularidade no atendimento à população.

Aliada aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, a iniciativa garante não apenas a manutenção ininterrupta dos serviços de saúde, mas também promove dignidade e humanização no transporte dos pacientes, ao oferecer condições adequadas de conforto e segurança durante os trajetos, respeitando a vulnerabilidade dos usuários do SUS. Dessa forma, a ação contribui diretamente para a efetivação do direito à saúde e para o fortalecimento da atenção básica e especializada, promovendo uma gestão pública mais sensível, planejada e eficaz.

A aquisição será viabilizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, via convênio firmado com a Secretaria das Cidades (SECID), com contrapartida do município. Essa alternativa estratégica dispensa a realização de uma nova licitação, o que acelera a tramitação, reduz custos operacionais e permite aproveitar preços já registrados, reconhecidamente mais competitivos do que os obtidos em processos licitatórios individuais. As principais vantagens na adesão à Ata de Registro de Preços – PE nº 116/2025 – consistem na agilidade do procedimento, que permite atender com rapidez às demandas urgentes da saúde pública, e na vantajosidade econômica, ao possibilitar a aquisição com valores já registrados. Além disso, o processo por meio de ata reforça a transparência dos atos administrativos, uma vez que está respaldado em procedimentos licitatórios previamente realizados, com critérios públicos, impessoais e auditáveis. Essa combinação de agilidade, economia e transparência promove uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e assegura a continuidade dos serviços essenciais.

A inexigibilidade de licitação é uma exceção à regra geral, mas a própria legislação, no art. 74, define claramente os casos em que a licitação não é obrigatória, estabelecendo as situações em que a competição não pode ser realizada de forma viável.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição.*

Com base nos documentos anexos, que demonstram a viabilidade da contratação por meio de processo de inexigibilidade, solicitamos a formalização do processo para a aquisição do veículo.

A estimativa fundamenta-se na necessidade de ampliar e renovar a frota de veículos do departamento de saúde do município, com o objetivo de garantir maior eficiência, comodidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS.

A presente contratação não está alinhada com o PCA, uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

### 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando a eficácia, a qualidade e a conveniência econômica e sabendo que a demanda do objeto é certa e previsível.

Diante da impossibilidade de competição em razão da exclusividade para aquisição do objeto, a solução que se adequa às necessidades do departamento, é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.







## 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

De acordo com a previsão Legal (art. 74 da Lei nº 14.133/2021), a presente contratação se trata de uma Inexigibilidade de Licitação, uma vez que a contratação atende aos requisitos legais.

### 4.1. SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do instrumento contratual.

Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento







do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

Permitir, a qualquer tempo, que o Fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

## 6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pela CONTRATANTE.

Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

A entrega dos produtos será de forma total e deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura do Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

O local da entrega do objeto será, junto ao Paço Municipal, localizado na Avenida Macali, nº 255, Centro, Cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP: 85.614-068.

O prazo para entrega do objeto será **impreterivelmente de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Ordem de Compra por parte da CONTRATADA.**





O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CONTRATANTE.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

A CONTRATADA deverá proporcionar a entrega/execução do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

## 7.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

**Provisoriamente**, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Definitivamente**, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços/Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades do Departamento solicitante. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

## 8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, será de responsabilidade do servidor, Sr. Jean Max da Silva.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.





As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor do Contrato.

A gestão do presente Contrato ficará a cargo da Diretora do Departamento de Saúde, Sra. Rosemari de Oliveira Scolari.

Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do presente processo, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

## 9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

## 10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A empresa contratada foi selecionada por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação, fundamentada no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

A seleção da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, será realizada por meio de Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74, da Lei nº 14.133/2021. Essa escolha se fundamenta na Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID.

Conforme descrito de forma pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, foi escolhida a solução disponibilizada pelas seguintes razões:

- Atende integralmente às necessidades do CONTRATANTE.
- Os produtos passaram por Análise Técnica no SECID, demonstrando atenderem plenamente ao descritivo.

Já a escolha do fornecedor, se deu pela vantajosidade financeira percebida na pesquisa de preços, aliada à facilidade na adesão à ata de registro de preços mencionada, agilizando assim o processo de contratação.

Dessa forma, a fundamentação da seleção da fornecedora, através da Inexigibilidade de Licitação e a análise comparativa de preços, reforçam a transparência e a legalidade do processo, garantindo que a administração municipal atenda suas obrigações de maneira eficiente e responsável.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os requisitos arrolados abaixo, para isso devem ser observadas as disposições previstas no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A documentação da empresa, conforme consta nos autos do processo:

- Contrato Social e alterações;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa Municipal;





- Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- CND Débitos Trabalhistas;
- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- Declaração Unificada;
- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## 11 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do presente processo nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente processo, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do presente processo, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## 12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
278	08.02	10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	0
279		10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	975

## 13 – AUTORIZAÇÃO:

Encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade da contratação e demais providências cabíveis.

**Rosemari de Oliveira Scolari**  
**Diretora do Departamento de Saúde**





## ANEXO I – PESQUISA DE PREÇOS

### 1 – OBJETO

Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

### 2 – FONTES PESQUISADAS

A cesta de preços formada, engloba preços adquiridos através dos seguintes métodos:

- Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID.
  - Contratações similares feitas pela Administração Pública, através de Atas de Registro de Preços / Contratos de outros órgãos públicos.
  - Portal de Informação para Todos, do sítio eletrônico do TCE-PR, no campo de Consulta de Licitações.
  - Pesquisa direta com fornecedores atuantes na área do objeto a ser adquirido.
  - Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.
- Todas as pesquisas realizadas encontram-se em anexo a esse documento.

### 3 – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

A numeração dos itens abaixo é correspondente a tabela de **“Especificações Técnicas”** do Termo de Referência, constando os descritivos específicos completos dos itens na referida tabela.

Item	Quant.	Unid.	Adesão a ARP - vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID	Fipal Distribuidora de Veículos Ltda	Bevel Beltrão Veículos Ltda	Sítios Eletrônicos	Espigão Alto do Iguaçu Contrato nº 119/2025	Sapopema Pregão nº 46/2025
1	1	Unid.	110.900,00	118.423,60	118.480,00	112.490,00	110.900,00	115.000,00

Os preços que compõem a tabela de mapeamento acima foram examinados individualmente, sendo considerado para fins de Inexigibilidade de Licitação, vantajosa a proposta para esta municipalidade.

Declaramos a responsabilidade pela pesquisa e mapeamento dos preços que serviram a Administração Pública para definição da proposta mais vantajosa para esta contratação.







## AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE BEM(NS)

Município : **Marmeleiro**  
 Modalidade : **PREGÃO SECID** Nr. : **116/2**  
 Objeto : **Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório- PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 2 - e-Protocolo nº 22.199.244-0**  
 Lote(s) : **1==> R\$ 110.900,00**

Tem o presente por objetivo autorizar essa Municipalidade a efetivar a contratação de fornecimento dos bens objeto dessa autorização, mediante a assinatura do contrato com o fornecedor vencedor:

Lote 1 - PINHEIRO S VEICULOS LTDA

A presente Autorização prende-se ao fato de que o Município firmou o Termo de Aceite de Aquisição de Bem(ns) Móvel(is) de acordo com a quantidade e características técnicas do(s) referido(s) Bem(ns).

Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório- PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 2 - e-Protocolo nº 22.199.244-0

Alertamos:

a) A necessidade da observância do contido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para a efetivação dos atos ora autorizados;  
 b) Este(s) lote(s) tem o valor total viabilizado de R\$ 110.900,00 com a seguinte composição : Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado: R\$105.355,00; Contrapartida Municipal: R\$5.545,00; , distribuídos entre o(s) lote(s): Lote: 1 Total: R\$110.900,00; Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado: R\$105.355,00; Contrapartida Municipal: R\$5.545,00;

c) Contrato de fornecimento conforme modelo anexo (impresso/meio magnético).

Curitiba , 14/10/2025

**Carlos Massa Ratinho Jr**  
**Governador do Estado do Paraná**

**Guto Silva**  
**Secretário de Estado das Cidades**

Associação : **AMSOP**  
 Escritório : **Regional de Cascavel**  
 Programa de Governo : **PROGRAMA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS -**  
 SAM Projeto Nr : **47**





## TERMO DE ACEITE DE AQUISIÇÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS)

Por este Termo, o(a) prefeito(a) Sr(a), JANDER LUIZ LOSS representando o Município de Marmeleiro em pleno exercício de seu cargo, declara aceitação da aquisição do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s), objeto da(s) licitação(ões) na modalidade PREGÃO SECID para fins de Registro de Preço, realizada pela Secretaria de Estado das Cidades - SECID. O(s) bem(ns) contante(s) deste Termo terá(ão) a seguinte composição financeira: Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado: R\$105.355,00; Contrapartida Municipal: R\$5.545,00; .

Quantidade	Descrição das características técnicas	Valor R\$
1	Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório– PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 2 – e-Protocolo nº 22.199.244-0	110.900,00

Curitiba , 14/10/2025

JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPP A3, OU=(EM BRANCO), OU=14030336000101,  
OU=presencial, CN=JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.11.28 14:04:22-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

JANDER LUIZ LOSS  
Prefeito(a) Municipal

**OFÍCIO 95.2025**  
**GOIÂNIA, 02 de dezembro de 2025.**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO – PR**  
**COMISSÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Resposta a solicitação de adesão.

ASSUNTO: Solicitação de Ofício aceitando o fornecimento da Adesão à Ata de Registro de Preços nº 87/2025, do Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID.

A empresa PINHEIROS VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.692.763/0001-03, com sede na Avenida T9, nº 500, setor Marista, Goiânia-Go, nos termos da legislação vigente, manifesta a concordância e aceitação em fornecer a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO - PR, através de adesão à Ata de Registro de Preço, gerada do Pregão Eletrônico nº 116/2025, conduzido por intermédio da Comissão de Licitação da Secretaria de Estado das Cidades do Paraná, nos mesmos termos e condições do edital e seus anexos, **01 unidade do item 02.**

- **ITEM 02: FIAT CRONOS DRIVE 1.3**

Cumpre-lhes informar que a concessão da presente adesão, não irá interferir nos pedidos que os demais Municípios têm a formalizar com a presente empresa. Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias, para o esclarecimento de eventuais dúvidas e declaramos nos submeter a todos os itens do respectivo edital.

Atenciosamente,

LUCAS JOVE  
OZORIO:04674  
198178

Assinado de forma digital  
por LUCAS JOVE  
OZORIO:04674198178  
Dados: 2025.12.02  
17:27:49 -03'00'

Pinheiros Veículos LTDA  
CNPJ 01.692.763/0001-03

(62) 98234-9999  
licitacao@pinauto.com.br

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 1 de 63)

## EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **Secretaria de Estado das Cidades**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>116/2025</b>  <b>TIPO: MENOR PREÇO</b> <b>SRP</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 09 h 30 min do dia 14/03/2025</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>09 h 30 min do dia 14/03/2025</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

### 1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **veículos**.

Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades, ou por recursos próprios dos municípios, com a diretriz de fomentar o desenvolvimento urbano e regional sustentável nos municípios do Estado e que tem por objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional por meio de implementação de ações voltadas a satisfazer a demanda dos municípios e regiões paranaenses.

### 2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 117.771.914,80 (cento e dezessete milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e quatorze reais e oitenta centavos)**.

### 3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nos sites [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/ptbr>

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira **Andressa Cristina Antunes da Silva** pela Portaria n.º **108/2023 - SECID/PR**.

**E-mail:** [licitacoessecid@secid.pr.gov.br](mailto:licitacoessecid@secid.pr.gov.br)

**Telefones:** (41) 3250-7261

**Endereço:** Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 – Ahú, Curitiba - PR – CEP 80.540-280,

### 4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

#### 4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 2 de 63)

data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico [comprasparana.pr.gov.br](http://comprasparana.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

#### 4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

#### 4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>), através do Sistema de Informação ao Cidadão.

### 5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

**5.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**5.3** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

## CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

### 1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados”.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.”

### 3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### 4 PROPOSTA PARCIAL:

**4.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 5 CONSÓRCIO:

**5.1** não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 3 de 63)

#### 6 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VI.I – Endereço de Entrega das Prefeituras
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);
- Anexo IX – Declaração LGPD.

## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### 1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones descritos no site para Capitais e Regiões Metropolitanas e para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 4 de 63)

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 3 PROPOSTA INICIAL

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### 4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do item;

**4.1.2** Marca;

**4.1.3** Fabricante;

**4.1.4** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 5 de 63)

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 6 de 63)

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.21** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.22** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.22.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (dois)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.23** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

**6.3** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.3.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.6** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (dois) dias**, sob pena de não aceitação da proposta.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 7 de 63)

**6.6.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.6.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.7** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.8** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.9** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.9.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.9.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.10** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.7** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## 8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 8 de 63)

deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## 9. OS RECURSOS

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná ( <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-ainformacao> ), através do Sistema de Informação ao Cidadão.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## 11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, a **SECRETARIA DAS CIDADES** convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 9 de 63)

**11.2** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**11.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.3** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.5** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.6** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**11.6.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

**11.6.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.6.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**11.6.2.2** O transcurso do período citado no item 11.6.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## 12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**12.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**12.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 10 de 63)

ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual  
= 6%.

**12.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### 13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 11 de 63)

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

## 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**14.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**14.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**14.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**14.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**14.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2025.

**Valdomiro Hrysay**

Diretor-Geral – Secretaria de Estado das Cidades

PROTOKOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 12 de 63)

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Futura e eventual aquisição de veículos para atender à demanda dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, com a diretriz de fomentar o desenvolvimento urbano e regional dos municípios do Estado e que tem por objetivo a aquisição de veículos, para os municípios do Estado do Paraná, conforme Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 308, § 4º.

**1 OBJETO**

- 1.1 O Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos, cujo período de vigência da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Estado será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por período igual, desde que comprovado que as condições e os preços permanecerem vantajosos, conforme Seção IV – Do sistema de Registro de Preços do decreto 10.086/2022, o valor global máximo do Sistema de Registro de Preços é de 117.771.914,80 (cento e dezessete milhões setecentos e setenta e um mil novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), divididos entre os lotes que seguem, bem como as especificações da planilha abaixo:

Lote 1	Cód. GMS	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	2301 - 93140	Veículos tipo <b>Hatch</b> : <b>MOTORIZAÇÃO</b> : Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido; <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b> : Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses; <b>CAPACIDADE</b> : Porta malas com capacidade mínima de 260 litros	<b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS</b> : 5 (cinco) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Un	275	R\$ 109.463,17	R\$ 30.102.371,75

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 13 de 63)

Lote 2	Cód. GMS	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	2301 – 93.141	Veículos tipo <b>Sedan</b> ,  <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido;  <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;  <b>CAPACIDADE:</b> Porta malas com capacidade mínima de 440 litros;	<b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> 4 (quatro) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Un	175	R\$ 121.983,11	R\$ <b>21.347.044,25</b>

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 14 de 63)

Lote 3	Cód. GMS	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	2301 - 94547	Veículo tipo <b>Picape</b> , cabine dupla, <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 118 cv, torque mínimo de 16 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido. <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo, zero km rodado, cabine dupla, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. <b>CAPACIDADE:</b> Capacidade de carga volumétrica mínima de 650 litros.	<b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> 4 (quatro) portas, ar condicionado, transmissão manual, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, ganchos para fixação de carga, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN	Un	160	R\$ 142.424,37	R\$ 22.787.899,20

PROTOKOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 15 de 63)

Lote 4	Cód. GMS	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	2301 - 93147	Veículo tipo SUV/MiniVan <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 106 cv; torque mínimo de 16,2 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido; <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses; <b>CAPACIDADE E DIMENSÕES:</b> Altura mínima de 1600mm; largura mínima de 1720mm; comprimento mínimo de 4300mm; porta malas com capacidade mínima de 440 litros, capacidade para 07 ocupantes;	<b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> 5 (cinco) portas; ar condicionado; transmissão manual; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme a legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Un	60	R\$ 138.139,51	R\$ 8.288.370,60



PROTÓCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 16 de 63)

Lote 5	Cód. GMS	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	2302 - 93149	Veículo tipo <b>Van</b> Passageiros 15 lugares (14+1) <b>MOTORIZAÇÃO:</b> Potência mínima de 135 cv; torque mínimo de 30 kgfm; diesel ou híbrido a diesel; <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> Novo; zero km rodado; teto alto; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses; <b>CAPACIDADE E DIMENSÕES:</b> Largura mínima de 2000mm; comprimento total mínimo de 5900mm; distância mínima entre eixos de 3600mm; capacidade para no mínimo 15 (14+1) ocupantes;	<b>EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:</b> Ar condicionado com duto no compartimento de passageiros; transmissão manual; direção elétrica, hidráulica ou similar; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros dianteiros elétricos; comando elétrico dos retrovisores externos; vidros com película protetora conforme a legislação; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco dianteiro individual para o motorista; banco do motorista com regulagem de altura; bancos reclináveis (facultados os do(s) passageiro(s) da cabine ao lado do motorista que poderão ser sem reclinção); jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.	Un	100	R\$ 352.462,29	R\$ 35.246.229,00

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O presente protocolado que se refere a futura e eventual aquisição de veículos para atender a demanda dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, com a diretriz de fomentar o desenvolvimento urbano e regional dos municípios do Estado e que tem por objetivo a aquisição de veículos.

Informamos que os itens descritos para o sistema de registro de preço já estão catalogados no sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS, conforme padronização da exigência da Lei nº 14.133/2021, art. 40, § 1º, incisos I:

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 17 de 63)

§1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXXIII do caput do art. 6º desta lei, além das seguintes informações:

I – especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

### **1.2.1 Veículos Hatch: 275 veículos**

**MOTORIZAÇÃO:** Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido;

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

**CAPACIDADE:** Porta malas com capacidade mínima de 260 litros;

**EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:** 5 (cinco) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

### **1.2.2 Veículos Sedan: 175 veículos**

**MOTORIZAÇÃO:** Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido;

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

**CAPACIDADE:** Porta malas com capacidade mínima de 440 litros;

**EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:** 4 (quatro) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

### **1.2.3 Picape Cabine Dupla: 160 veículos**

**MOTORIZAÇÃO:** Potência mínima de 118 cv, torque mínimo de 16 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido.

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Novo, zero km rodado, cabine simples, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.

**CAPACIDADE:** Capacidade de carga volumétrica mínima de 650 litros.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 18 de 63)

**EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:** 4 (quatro) portas, ar condicionado, transmissão manual, direção elétrica, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, ganchos para fixação de carga, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN

#### 1.2.4 MiniVan: 60 veículos

**MOTORIZAÇÃO:** Potência mínima de 106 cv; torque mínimo de 16,2 kgfm; etanol e/ou gasolina ou híbrido;

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

**CAPACIDADE E DIMENSÕES:** Altura mínima de 1600mm; largura mínima de 1720mm; comprimento mínimo de 4300mm; porta malas com capacidade mínima de 440 litros, capacidade para 07 ocupantes;

**EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:** 5 (cinco) portas; ar condicionado; transmissão manual; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme a legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

#### 1.2.5 Van 15 lugares (14+1) – 100 veículos

**MOTORIZAÇÃO:** Potência mínima de 135 cv; torque mínimo de 30 kgfm; diesel ou híbrido a diesel;

**CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Novo; zero km rodado; teto alto; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

**CAPACIDADE E DIMENSÕES:** Largura mínima de 2000mm; comprimento total mínimo de 5900mm; distância mínima entre eixos de 3600mm; capacidade para no mínimo 15 (14+1) ocupantes;

**EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS:** Ar condicionado com duto no compartimento de passageiros; transmissão manual; direção elétrica, hidráulica ou similar; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros dianteiros elétricos; comando elétrico dos retrovisores externos; vidros com película protetora conforme a legislação; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco dianteiro individual para o motorista; banco do motorista com regulagem de altura; bancos reclináveis (facultado o do passageiro da cabine ao lado do motorista que poderão ser sem reclinção); jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

### 1.3 DA PADRONIZAÇÃO

**1.3.1** A aquisição dos itens é de natureza comum de mercado e observará o princípio da padronização conforme descrito no item 1.2 Especificações Técnicas, e art. 6º da Lei Federal nº14.133, de 2021.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 19 de 63)

**1.3.2.** Os bens em questão são considerados bens comuns, cuja aquisição poderá ser efetuada na forma de Pregão, em conformidade com as disposições do art. 17 e de acordo com o inciso I, art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**1.3.3.** O ineditismo de aquisições da pasta prima por priorizar a qualidade e a eficiência dos objetos, estabelecendo um padrão para as próximas aquisições.

**1.3.4** O sistema de registro de preço contemplará apenas os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná, conforme Anexo II.

#### 1.4 DO FORNECIMENTO

A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículo) na sede dos municípios habilitados no Estado do Paraná, nas condições e quantidades solicitadas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato de fornecimento, até esgotar as quantidades de cada lote. Quando da assinatura do contrato e para entrega o do veículo serão indicados o endereço, telefone de contato, nome do servidor e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município.

**1.4.1** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículos) com o tanque de combustível cheio, no endereço indicado no Anexo II.

**1.4.2** O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, de acordo com a habilitação de cada Município e em conformidade com o Edital. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

**1.4.3** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial de cada lote.

**1.4.4** A licitação não poderá ter a participação de consórcios. Para a aquisição de bens, a participação de interessados que se apresentem constituídos sob a forma de consórcios, trará prejuízos a competitividade ao certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, onde empresas, isoladamente, não teriam condições de atender. Portanto, para o caso concreto, a ausência de consórcio visa exatamente afastar a restrição a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer o bem reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluio/carteis para manipular os preços na licitação.

**1.4.5** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega.

**1.4.6** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento o provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**1.4.7** O recebimento do bem de valor superior a R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

**1.4.8** Por ocasião da entrega, caso o objeto apresentado não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se o CONTRATADO a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 30 (trinta) dias.

**1.4.9** O CONTRATADO deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no local conforme Anexo II, indicado pelo CONTRATANTE conforme item 1.3 do Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

#### 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** Futura e eventual aquisição de veículos para atender os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná, visando atender a demanda de um período de 12 (doze) meses.

**2.2** Prover suporte à demanda por bens públicos, com a possibilitar a renovação e atualização de veículos dos municípios paranaenses e a sistemática proposta - Registro de Preços - propicia não só a redução dos preços, mas também, a simplificação operacional dessas aquisições, já que evitaria que cada um dos

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 20 de 63)

Municípios contemplados por esses recursos, efetivassem licitações individuais, ou, solicitassem carona em registros de preços de outros estados da federação.

**2.3** Para garantir a melhor utilização dos recursos e reduzir custos quanto às aquisições a serem efetivadas pelos municípios, julgamos pertinente a realização de procedimento licitatório – na modalidade de pregão eletrônico – para fins de registro de preços, o que em nosso entendimento reduzirá substancialmente os preços dos bens a serem adquiridos, se comparado com valores que seriam obtidos, caso cada município os licitasse individualmente, além, é claro, de estimular e economia local, vez que as aquisições dos veículos serão consolidadas dentro do Estado do Paraná.

**2.4** Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades, ou por recursos próprios dos municípios, com a diretriz de fomentar o desenvolvimento urbano e regional sustentável nos municípios do Estado e que tem por objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional por meio de implementação de ações voltadas a satisfazer a demanda dos municípios e regiões paranaenses.

**2.5** O quantitativo de veículos estimados para a licitação teve por base levantamento técnico histórico de quantitativo de equipamentos adquiridos e requisitados pelos municípios do Estado do Paraná, atendidos com recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, e/ou recursos provenientes do orçamento do Estado para a utilização como instrumento de apoio e meio para implantação das políticas públicas desenvolvidas nos respectivos municípios, como apoio ao desenvolvimento municipal e fortalecimento institucional.

**2.6** À título de anotação, fica registrado de que todos os municípios paranaenses, que formalizaram o Termo de Adesão ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais (SFM), manifestando seu interesse em participar do PARANÁ URBANO (SFM) e o respectivo Convênio, visando a implementação do SFM, tornam-se aptos a fazerem parte do programa.

**2.7** O SFM é regido pela Lei Estadual nº 17.655, a qual criou o Comitê de Investimento do SFM, de natureza consultiva, deliberativa e propositiva, com atribuições para o estabelecimento de metas de aplicação, acompanhamento da realização dos investimentos e deliberação sobre os encargos contratuais para operacionalização dos financiamentos, tais como: custos, juros, spreads, prazos e garantias, todos em conformidade com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Para atingir seu objetivo, o SFM financia com base nas orientações ditadas por seu Regulamento Operacional (ROG). Além disto, apoia o fortalecimento institucional dos municípios, com o objetivo de melhorar as capacidades de gestão territorial, administrativa, tributária e financeira, e de recursos humanos, a ampliação e atualização de instrumentos técnicos de apoio, visando o planejamento e a oferta de serviços públicos e a aquisição de bens móveis e imóveis. Fazem parte da estrutura organizacional do SFM, a Secretaria de Estado das Cidades – SECID, responsável pela elaboração das políticas do desenvolvimento urbano e regional do Estado, cabendo-lhe a administração do SFM; o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, com a função de agente técnico operacional; a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, com a função de agente financeiro; e o Comitê de Investimento do SFM. O Programa 01 do Plano Plurianual 2020-2023 (Lei 20.077/2019), denominado Desenvolvimento Sustentável das Cidades, estabelece como objetivos "direcionar recursos a programas, planos e projetos de desenvolvimento sustentável e fortalecimento do aparato institucional dos municípios", além de "garantir o bem-estar dos cidadãos". Conforme estas diretrizes, a SECID, como órgão responsável pela política de desenvolvimento urbano e regional, efetua transferências de recursos aos municípios, especificamente baseada nos objetivos da iniciativa 5058 - Desenvolvimento Sustentável da Infraestrutura Urbana, dentre os quais elencamos "auxiliar os municípios com repasse de transferências voluntárias do Governo do Estado para investimentos em infraestrutura básica e social e aquisição de equipamentos e veículos". Para efetivar as transferências de recursos e acompanhar a efetividade de sua aplicação, a SECID utiliza o instrumento de Convênios com os municípios. Nesta modalidade, os Municípios apresentam projetos de intervenções urbanas ou outros tipos de ações para o fortalecimento institucional (aquisição de veículos)



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 21 de 63)

que, após analisados pelo corpo técnico, podem tornar-se objeto de Convênio celebrado entre a SECID e o município.

#### **Não aquisição de veículos elétricos:**

Optamos por não incluir veículos elétricos como opção de compra nesta licitação, primeiro porque não há veículos elétricos para todas as categorias de veículos previstas nos lotes desta licitação, segundo porque apesar de ser uma opção que tem significativo impacto em questões de sustentabilidade e em questões ambientais, a pretendida aquisição tem por objetivo de atender demandas para a produção e o desenvolvimento regional de trabalhos voltados as questões específicas dos municípios do Estado do Paraná, e terceiro porque os veículos elétricos, para os fins aos quais serão destinados, não é uma demanda particular dos municípios paranaenses.

Então, diante de todo esse contexto, também é possível concluir que a rede de infraestrutura de recarga de veículos elétricos, ainda, não é a ideal para atender toda a capilaridade dos serviços públicos municipais e de atendê-los adequadamente em todas as regiões do Estado do Paraná. Percebe-se que a oferta de pontos de recarga no Brasil é baixa e estão concentradas principalmente na região Sudeste. Em cidades menores, como é o caso da maioria dos municípios paranaenses, pode ser difícil encontrar pontos de recarga, logo, torna-se inviável a aquisição desse tipo de veículo. Além disso há outra questão que deve ser considerada, é o fato de que a recarga de um carro elétrico demora muito mais do que o abastecimento de um carro a combustão.

A maioria dos modelos elétricos tem uma recarga normal em média uma hora para completar a carga (isso quando plugados nos wallbox de carga rápida), todavia, nem sempre há disponíveis pontos de recarga rápida e quando isso acontece a recarga é feita em pontos de energia comuns o que pode durar quatro e oito horas. Este fato pressupõe perda significativa de tempo de uso do veículo em uma jornada de 08 horas de trabalho. Todas essas questões limitam o uso do veículo não só sob o aspecto de tempo, mas, também sob o aspecto da sua autonomia que não lhe permite percorrer grandes distâncias sem expressivos intervalos de tempo para recarga. Outra questão a ser considerada do ponto de vista de manutenção veicular, preventiva ou corretiva, é a vida útil e o descarte das baterias desses veículos.

Sabidamente o componente mais caro do conjunto mecânico de um elétrico, é a bateria e ela continua sendo um dos pontos de maior insegurança por parte do público. Feita normalmente de lítio-níquel-manganês-cobalto (NMC), lítio-níquel-cobalto-alumínio (NCA) ou lítio-ferro-fosfato (LFP), a peça tem vida útil longa, mas, mesmo assim limitada. Em caso de troca, o valor costuma ser muito alto e pode ultrapassar, por exemplo, 50% do valor do veículo. Fora essa questão, as baterias ainda são consideradas um problema do ponto de vista da reciclagem, vez que não há oficialmente instituída uma logística reversa do produto, tampouco, procedimentos que assegurem o seu reaproveitamento, sua reciclagem ou o seu descarte de forma ambientalmente adequada.

#### **2.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS E QUANTITATIVOS:**

- 275 (duzentos e setenta e cinco) veículos tipo Hatch, conforme anexo I;
- 175 (cento e setenta e cinco) veículos tipo sedan, conforme anexo I;
- 160 (cento e sessenta) veículos tipo picape média, conforme anexo I;
- 60 (sessenta) veículos minivan, conforme anexo I,
- 100 (cem) veículos tipo van, conforme anexo I.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 22 de 63)

**3.1** Para dar apoio logístico aos municípios do Estado do Paraná, o Registro de Preço, proporcionará economia para os municípios, bem como, para o Estado do Paraná, vez que não precisará dispendir mais recursos para que cada município contemplado através da SECID, venha a licitar aquisição de veículo separadamente. Outrossim percebe-se que haverá ganhos ambientais para a sociedade, por serem veículos modernos e atenderem O Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

**3.2** Considerando todo o ciclo de vida do objeto, os quesitos como garantia, manutenção e reposição de peças está previsto no contrato de fornecimento dos veículos, como forma de garantir sua qualidade contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e oferecer treinamento para operação dos mesmos quando necessário, às expensas do CONTRATANTE, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena, de aplicação da penalidade e demais prevista no contrato de fornecimento.

#### 4. PESQUISA DE PREÇOS

**4.1** Informamos que será utilizada a **MÉDIA DE VALORES** como base de preço para o sistema de registro de preço, sendo assim justificamos que:

**4.2** A média de valores foi calculada com base nos orçamentos apresentados pelas empresas que responderam à solicitação, sendo mencionados no Mapa de Preço. Para os Lotes 02 e 03 foram obtidos 5 orçamentos, e os valores de cada um desses orçamentos foram somados e divididos por 5, que é o número de cotações apresentadas para esses lotes. Para o Lote 04 e 05 foram obtidos 3 orçamentos, que, posteriormente, foram somados e divididos por 3, número de cotações apresentadas para esse lote. Já para o lote 01 foram obtidos 04 orçamentos, que foram somados e divididos por 04, número de orçamentos apresentados para o lote. Cabe destacar que utilizamos a média para obter um valor razoável para a base de preço da licitação, com o objetivo de oferecer menos risco de a licitação restar deserta ou fracassada.

#### 5 PARCELAMENTO DO OBJETO

**5.1** O parcelamento do objeto da licitação em lotes, nesse caso, torna-se escolha técnica e economicamente vantajosa, por se tratar de contratação de grande vulto, bem como, a sua divisibilidade contribui para a gestão do contrato.

**5.2** Não se verificou haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala a proposição de realizar o certame em 05 (cinco) lotes distintos, de modo a ampliar a participação de licitantes. A contratação é tecnicamente viável e economicamente terá maior aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

**5.3** Verifica-se que o objeto da contratação pretendida é oferecido por diversos fornecedores no mercado e apresenta características padronizadas e usuais.

**5.4** Dessa forma, a licitação poderá ser realizada na modalidade pregão eletrônico, como forma de atingir um número maior de possíveis fornecedores, atendendo aos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

#### 6 SUSTENTABILIDADE

**6.1** A empresa CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 23 de 63)

**6.2** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**6.3** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**6.4** A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

**6.5** Os veículos devem estar em conformidade com as Resoluções do CONAMA relacionados ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.

## 7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Nos termos do contido no art. 49, inciso II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, na presente licitação não será possível a aplicação da reserva de cotas para ME/EPP, considerando: i) que historicamente empresas enquadradas como ME/EPP não participam da licitação para esse objeto.

O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a Administração por representar prejuízo ao conjunto do objeto/lote a ser contratado. De acordo com Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, por tratar-se de bem que a separação entre fornecedores implicará prejuízo à Administração Pública. Portanto, não deverá ser licitado separado, mas apenas em LOTES (integralmente) por tipo/modelo de veículo conforme disposto no presente Termo de Referência, não sendo aplicáveis, no caso, as disposições dos Art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, impossibilitando tratamento diferenciado para ME e EPP

## 8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em Edital, conforme definição do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## 9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

**9.1.** O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato com o Município.

**9.2.** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega.

**9.3.** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**9.4.** Por ocasião da entrega, caso o objeto apresentado não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se o CONTRATADO a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 30 (trinta) dias.

**9.5.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 24 de 63)

**9.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.7.** O CONTRATADO deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no local indicado pelo CONTRATANTE conforme item 1.4 do Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

**9.8.** Os critérios para o recebimento estão especificados nesse termo de referência.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATADO:

**10.1.1** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10** Responsabilizar-se pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s);

**10.1.11** Garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e oferecer treinamento para operação do(s) mesmo(s) (se necessário);

**10.1.12** Durante o prazo de garantia de 24 (vinte e quatro) meses, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;

**10.1.13** Assegurar durante o período da garantia de 24 (vinte e quatro) meses, às suas expensas, e após a garantia, pelo prazo mínimo 60 (sessenta) meses, às expensas do CONTRATANTE, as alterações,

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 25 de 63)

substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena, de aplicação da penalidade prevista no item 11.”;

**10.1.14** Após o período de garantia de 24 (vinte e quatro) meses a CONTRATADA fica obrigada, às expensas da CONTRATANTE, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, disponibilizar Assistência Técnica no Estado do Paraná

**10.1.14.1** A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no ato da assinatura deste contrato, a relação da(s) Assistência(s) Técnica(s) autorizada(s) no Estado do Paraná.

**10.1.15** Realizar os reparos e/ou reposição de peças, indispensáveis para o uso do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de comunicação do evento pela Contratante;

**10.1.16** Providenciar a substituição do(s) objeto(s) licitado(s), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação do evento pela CONTRATANTE;

**10.1.17** Entregar o(s) equipamento(s) com a logo do programa, conforme modelo a ser confeccionado nas dimensões 35x20cm, 4 (quatro) cores, gerado em <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas/index.html> fornecido - Adendo II e Adendo III.

## **10.2 São obrigações do CONTRATANTE:**

**10.2.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

**10.2.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.3** Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.5** Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.6** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.7** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.8** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.9** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 26 de 63)

sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da contraparte junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do [NOME DO ÓRGÃO PAGADOR], [CNPJ], [ENDEREÇO] constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = (6/100)$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

**12.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**12.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**12.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

**12.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**12.4.1** Valor Unitário Lote 1: R\$ 109.463,17 (Cento e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos) Valor Unitário Lote 2: R\$ 121.983,11 (Cento e vinte e um mil, novecentos e oitenta e três reais e onze centavos) Valor Unitário Lote 3: R\$ 142.424,37 (Cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos) Valor unitário Lote 4: R\$ 138.139,51 (Cento e trinta e oito mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) e valor unitário Lote 5: R\$ 352.462,29 (Trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos).

**12.4.2** Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

**12.5** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

**12.6.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 27 de 63)

**12.7** Não será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

### **13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**13.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada pôr Termo Aditivo ao Contrato.

### **14 SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1** Dada as características dos objetos a serem adquiridos não será admitida a subcontratação do objeto neste procedimento.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**15.1** Não será exigida garantia de execução.

### **16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

**16.1** Será exigida garantia de fábrica, por, no mínimo, 24 meses, conforme consta nas especificações técnicas.

**16.2** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**16.3** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**16.4** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**16.5** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**16.6** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**16.7** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**16.8** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 28 de 63)

**16.9** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**16.10** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**16.11** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 17. VIGÊNCIA

**17.1** Da vigência da ata de registro de preços.

**17.1.1** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**17.1.2** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**17.1.3** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**17.2** Da vigência do contrato

**17.2.1** O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## 18. DO REAJUSTAMENTO

**18.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é o mais utilizado para a atualização monetária e se trata da taxa oficial da inflação. É responsável pela análise do aumento de preços no mercado baseado em um valor médio para a compra de um produto. O cálculo é realizado todos os meses a fim de que a atualização o do Real estabeleça um percentual médio para os reajustes.

**18.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**18.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**18.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**18.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**18.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**19.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**19.1.1** A revisão

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 29 de 63)

e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

**19.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**19.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**19.1.2.2** O transcurso do período citado no item 19.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## 20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**20.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 21. DECRETO ESTADUAL Nº 10.086, de 2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025.

**Gerson Luiz Charello**  
**Chefe NAS / SECID**

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 30 de 63)

**ANEXO II**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **04 (quatro) dias** úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7.

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 31 de 63)

Ativo Circulante  
LC = -----; e  
Passivo Circulante

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1 (um)** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1 (um)** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1 (um)** no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.1.7** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

#### **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 32 de 63)

**ANEXO III  
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116 Ano: 2025**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:	Inscrição Estadual :
CNPJ/CPF :	
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **VEÍCULOS**, para atender ao(à) **ÓRGÃO/ENTIDADE**.

**1. Especificações técnicas:**

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de **90 (noventa)** dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

PROTOKOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 33 de 63)

#### ANEXO IV

#### MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 34 de 63)

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

#### 1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### 2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

#### 3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

#### 4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 35 de 63)

ANEXO VI

ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: XXXXXXXX
Responsável pelo Recebimento: XXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXX
Horário de Funcionamento: XXXXXXXX

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: XXXXXXXX
Responsável pelo Recebimento: XXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXX
Horário de Funcionamento: XXXXXXXX



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 36 de 63)

ANEXO VI.I

ENDEREÇO DE ENTREGA DAS PREFEITURAS

Seq.	Município	Endereço Prefeitura	CEP
1	ABATIA	AV JOÃO CARVALHO DE MELLO, 135	86460-000
2	ADRIANOPOLIS	R MAL. MASCARENHAS DE MORAIS, 57	83490-000
3	AGUDOS DO SUL	AV BRASIL, 277, CENTRO	83850-000
4	ALMIRANTE TAMANDARE	AV EMÍLIO JONHSON, 360	83501-000
5	ALTAMIRA DO PARANA	R CANTÚ, 180	85280-000
6	ALTO PARAISO	AV PEDRO AMARO DOS SANTOS, 1546	87528-000
7	ALTO PARANA	R JOSÉ DE ANCHIETA, 1641	87750-000
8	ALTO PIQUIRI	R SANTOS DUMONT, 341, CENTRO	87580-000
9	ALTONIA	R RUI BARBOSA, 815, CENTRO	87550-000
10	ALVORADA DO SUL	PÇ PREF. ANTONIO DE SOUZA LEMOS, 32	86150-000
11	AMAPORA	R SETE DE SETEMBRO, 21	87850-000
12	AMPERE	R MARINGÁ, 279, CENTRO	85640-000
13	ANAHY	R RIO DA AREIA, 591, CENTRO	85425-000
14	ANDIRA	R MAURO CARDOSO DE OLIVEIRA, 190, JD. VESPER	86380-000
15	ANGULO	AV VALÉRIO OSMAR ESTEVÃO, 72	86755-000
16	ANTONINA	R XV DE NOVEMBRO, 150, CENTRO	83370-000
17	ANTONIO OLINTO	AV REINALDO MACHIAVELLI, 202	83980-000
18	APUCARANA	R JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA, 25, CENTRO CIVICO	86800-235
19	ARAPONGAS	R GARÇAS, 750	86701-250
20	ARAPOTI	R PLACÍDIO LEITE, 148, CENTRO CÍVICO	84990-000
21	ARAPUA	R PRES. CAFÉ FILHO, SN	86884-000
22	ARARUNA	PÇ NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390	87260-000
23	ARAUCARIA	R PEDRO DRUSZCZ, 111, CENTRO	83702-080
24	ARIRANHA DO IVAI	R MIGUEL VERENKA, 140	86880-000
25	ASSAI	AV RIO DE JANEIRO, 720 - 1º ANDAR	86220-000
26	ASSIS CHATEAUBRIAND	AV CÍVICA, 99	85935-000
27	ASTORGA	AV DR. JOSÉ SOARES DE AZEVEDO, 48	86730-000
28	ATALAIA	PÇ JOSÉ BENTO DOS SANTOS, 02	87630-000
29	BALSA NOVA	AV BRASIL, 665	83650-000
30	BANDEIRANTES	R FREI RAFAEL PRONER, 1457, CENTRO	86360-000
31	BARBOSA FERRAZ	AV PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO	86960-000
32	BARRA DO JACARE	R RUI BARBOSA, 96	86385-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 37 de 63)

33	BARRACAO	R SÃO PAULO, 235	85700-000
34	BELA VISTA DA CAROBA	AV RIO DE JANEIRO, SN, CENTRO	85745-000
35	BELA VISTA DO PARAISO	R JOAQUIM LADEIA, 150, CENTRO	86130-000
36	BITURUNA	AV DR. OSCAR GEYER, 489	84640-000
37	BOA ESPERANCA	AV BRASIL, 301	87390-000
38	BOA ESPERANCA DO IGUACU	R DEMÉTRIO PINZON, 16 - CX. POSTAL 003, CENTRO	85680-000
39	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	R MOISÉS MIRANDA, 422	85225-000
40	BOA VISTA DA APARECIDA	AV CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, 1190, CENTRO	85780-000
41	BOCAIUVA DO SUL	R CARLOS ALBERTO RIBEIRO, 21, CENTRO	83450-000
42	BOM JESUS DO SUL	RUA SAO PAULO, 185, CENTRO	85708-000
43	BOM SUCESSO	PÇ PARANÁ, 77	86940-000
44	BOM SUCESSO DO SUL	R CÂNDIDO MERLO, 290, CENTRO	85515-000
45	BORRAZOPOLIS	PÇ DA REPÚBLICA, 28	86925-000
46	BRAGANEY	AV ARTHUR PEREIRA, 860, CENTRO	85430-000
47	BRASILANDIA DO SUL	AV ADÃO ARCÂNGELO DALBEN, 882	87595-000
48	CAFEARA	AV BRASIL, 188	86640-000
49	CAFELANDIA	R VER. LUIZ PICOLLI, 299	85415-000
50	CAFEZAL DO SUL	AV ITALO ORCELLI, 796, CENTRO	87565-000
51	CALIFORNIA	R 17 DE DEZEMBRO, 149 - CX.POSTAL 15	86820-000
52	CAMBARA	AV BRASIL, 1229, CENTRO	86390-000
53	CAMBE	R OTTO GAERTNER, 65	86181-900
54	CAMBIRA	AV CANADÁ, 320, CENTRO	86890-000
55	CAMPINA DA LAGOA	PÇ JOÃO XXIII, 996	87345-000
56	CAMPINA DO SIMAO	AV JOÃO FERREIRA NEVES, S/N	85148-000
57	CAMPINA GRANDE DO SUL	PÇ BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 30	83430-000
58	CAMPO BONITO	R PREF. DARCISIO ROBERTO GRASSI, 252, CENTRO	85450-000
59	CAMPO DO TENENTE	AV MIGUEL KOMARCHEWSKI, 900	83870-000
60	CAMPO LARGO	AV PADRE NATAL PIGATO, 989	83607-240
61	CAMPO MAGRO	RODOVIA GUMERCINDO BOZA, 18600 - KM 18,5	83535-000
62	CAMPO MOURAO	R BRASIL, 1487, CENTRO	87301-140
63	CANDIDO DE ABREU	AV PARANÁ, 3, CENTRO	84470-000
64	CANDOI	R XV DE NOVEMBRO, 1761	85140-000
65	CANTAGALO	R CINDERELA, 379	85160-000
66	CAPANEMA	AV PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080	85760-000
67	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	AV TRANCREDO NEVES, 502	85790-000
68	CARAMBEI	R DAS ÁGUAS MARINHAS, 450, CENTRO	84145-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 38 de 63)

69	CARLOPOLIS	RUA BENEDITO SALLES, 1060	86420-000
70	CASCADEL	R PARANÁ, 5000	85810-011
71	CASTRO	PÇ PEDRO KALED, 22	84165-540
72	CATANDUVAS	AV DOS PIONEIROS, 500	85470-000
73	CENTENARIO DO SUL	PÇ PE. AURÉLIO BASSO, 378	86630-000
74	CERRO AZUL	R BARÃO DO CERRO AZUL, 63, CENTRO	83570-000
75	CEU AZUL	AV NILO UMBERTO DEITOS, 1426	85840-000
76	CHOPINZINHO	R SANTOS DUMONT, 3883	85560-000
77	CIANORTE	CENTRO CÍVICO, 100	87200-000
78	CIDADE GAUCHA	R 25 DE JULHO, 1814	87820-000
79	CLEVELANDIA	PÇ GETÚLIO VARGAS, 71	85530-000
80	COLOMBO	R XV DE NOVEMBRO, 105, CENTRO	83414-000
81	COLORADO	AV BRASIL, 1250	86690-000
82	CONGONHINHAS	AV DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266, CENTRO	86320-000
83	CONSELHEIRO MAIRINCK	PÇ OTACÍLIO FERREIRA, 82, CENTRO	86480-000
84	CONTENDA	AV JOÃO FRANCO, 400	83730-000
85	CORBELIA	R AMOR PERFEITO, 1616	85420-000
86	CORNELIO PROCOPIO	AV MINAS GERAIS, 301	86300-000
87	CORONEL DOMINGOS SOARES	AV ARAUCÁRIA, 3120	84690-000
88	CORONEL VIVIDA	PÇ ANGELO MEZZOMO, SN	85550-000
89	CORUMBATAI DO SUL	R TOCANTINS, 153	86970-000
90	CRUZ MACHADO	AV VITÓRIA, 167	84620-000
91	CRUZEIRO DO IGUACU	AV TREZE DE MAIO, 906	85598-000
92	CRUZEIRO DO OESTE	R JOÃO ORMINDO DE RESENDE, 686, CENTRO	87400-000
93	CRUZEIRO DO SUL	AV GASTÃO VIDIGAL, 600	87650-000
94	CRUZMALTINA	AV PE. GUALTER FARIAS NEGRÃO, 40	86855-000
95	CURITIBA	AV CÂNDIDO DE ABREU, 817 - 2º ANDAR, CENTRO CÍVICO	80530-908
96	CURIUVA	AV ANTÔNIO CUNHA, 365	84280-000
97	DIAMANTE DO NORTE	R JOSÉ VICENTE, 257, CENTRO	87990-000
98	DIAMANTE DO OESTE	R MARECHAL CASTELO BRANCO, 597	85896-000
99	DIAMANTE DO SUL	AV GETÚLIO VARGAS, S/N	85408-000
100	DOIS VIZINHOS	AV RIO GRANDE DO SUL, 130	85660-000
101	DOURADINA	AV BRASIL, 701	87485-000
102	DOUTOR CAMARGO	R XAVIER DA SILVA, 1000	87155-000
103	DOUTOR ULYSSES	R OLÍVIO GABRIEL DE OLIVEIRA, S/N	83590-000
104	ENEAS MARQUES	AV JOAQUIM BONETTI, 579	85630-000
105	ENGENHEIRO BELTRAO	R MANOEL RIBAS, 160	87270-000
106	ENTRE RIOS DO OESTE	R TOCANTINS, 600, CENTRO	85988-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 39 de 63)

107	ESPERANCA NOVA	AV JUVENAL SILVA BRAGA, 400	87545-000
108	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	AV BRASÍLIA, 551	85465-000
109	FAROL	R BAHIA, 880	87325-000
110	FAXINAL	AV BRASIL, 694	86840-000
111	FAZENDA RIO GRANDE	R JACARANDÁ, 300, NAÇÕES	83820-000
112	FENIX	R JANGADA, 25 - CX. POSTAL 24	86950-000
113	FERNANDES PINHEIRO	AV REMIS JOÃO LOSS, 600	84535-000
114	FIGUEIRA	R DR. ZOILO MEIRA SIMÕES, 410	84285-000
115	FLOR DA SERRA DO SUL	R JOÃO ARISI, 115, CENTRO	85618-000
116	FLORAI	R PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 177	87185-000
117	FLORESTA	AV GETÚLIO VARGAS, 2420, CENTRO	87120-000
118	FLORESTOPOLIS	R SANTO INÁCIO, 161	86165-000
119	FLORIDA	R SÃO PEDRO, 443	86780-000
120	FORMOSA DO OESTE	AV SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111	85830-000
121	FOZ DO IGUACU	PÇ GETÚLIO VARGAS, 280, CENTRO	85851-340
122	FOZ DO JORDAO	R PE. EMÍLIO BARBIÉRI, 339	85145-000
123	FRANCISCO ALVES	R JORGE FERREIRA, 627	87570-000
124	FRANCISCO BELTRAO	R OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1000	85600-000
125	GENERAL CARNEIRO	AV PRES. GETÚLIO VARGAS, 601	84660-000
126	GODOY MOREIRA	R CAMPO MOURÃO, 184, CENTRO	86938-000
127	GOIOERE	AV AMAZONAS, 280, JD. LINDOIA	87360-000
128	GOIOXIM	R LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, CENTRO	85162-000
129	GRANDES RIOS	AV BRASIL, 967	86845-000
130	GUAIRA	AV CEL. OCTÁVIO TOSTA, 126	85980-000
131	GUAIRACA	R FRANCISCO VIEIRA, 1181	87880-000
132	GUAMIRANGA	R DIOGO EMANUEL DE ALMEIDA, 234, CENTRO	84435-000
133	GUAPIRAMA	R DOIS DE MARÇO, 460	86465-000
134	GUAPOREMA	R PARÁ, 86	87810-000
135	GUARACI	R PREF. JOÃO DE GIULI, 180	86620-000
136	GUARANIACU	AV ABILON DE SOUZA NEVES, 394	85400-000
137	GUARAPUAVA	R BRIGADEIRO ROCHA, 2777	85010-210
138	GUARAQUECABA	R MAJOR DOMINGOS DO NASCIMENTO, 46	83390-000
139	GUARATUBA	R DR. JOÃO CÂNDIDO, 380	83280-000
140	HONORIO SERPA	RUA ELPÍDIO DOS SANTOS, 541	85548-000
141	IBAITI	PÇ TRÊS PODERES, 23	84900-000
142	IBEMA	AV NEY EUIRSON NAPOLI, 1426, CENTRO	85478-000
143	IBIPORA	R PE. VITORIANO VALENTE, 540	86200-000
144	ICARAIMA	AV HERMES VISSOTO, 810	87530-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 40 de 63)

145	IGUARACU	R OTÁVIO PEDRO DA SILVA, 294	86750-000
146	IGUATU	AV CENTENÁRIO, S/N	85423-000
147	IMBAU	AV FRANCISCO SIQUEIRA KORTZ, SN, SÃO CRISTÓVÃO	84250-000
148	IMBITUVA	R JOSÉ BUHRER JÚNIOR, 462	84430-000
149	INACIO MARTINS	R 07 DE SETEMBRO, 370	85155-000
150	INAJA	AV ANTONIO VIEIRA MARTINS, 80	87670-000
151	INDIANOPOLIS	PÇ CARAMURÚ, 150	87210-000
152	IPIRANGA	R XV DE NOVEMBRO, 545, CENTRO	84450-000
153	IPORA	R PEDRO ALVARES CABRAL, 2677	87560-000
154	IRACEMA DO OESTE	R PROF. VIEIRA DE ALENCAR, 441	85833-000
155	IRATI	R CEL. EMÍLIO GOMES, 22	84500-000
156	IRETAMA	R OSCAR GAUER KHUNN, 174	87280-000
157	ITAGUAJE	AV GOVERNADOR MOISÉS LUPION, SN	86670-000
158	ITAIPULANDIA	R SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891	85880-000
159	ITAMBARACA	AV INTERVENTOR MANOEL RIBAS, 6, CENTRO	86375-000
160	ITAMBE	PÇ RUI BARBOSA, 34	87175-000
161	ITAPEJARA DO OESTE	AV MANOEL RIBAS, 620, CENTRO	85580-000
162	ITAPERUCU	AV CRISPIM FURQUIM DA SIQUEIRA, 1800	83560-000
163	ITAUNA DO SUL	AV BRASIL, 883, CENTRO	87980-000
164	IVAI	R RUI BARBOSA, 632	84460-000
165	IVAIPORA	PÇ DOS TRÊS PODERES, 500	86870-000
166	IVATE	AV RIO DE JANEIRO, 2758	87525-000
167	IVATUBA	R MARECHAL FLORIANO, 797	87130-000
168	JABOTI	PÇ MINAS GERAIS, 175	84930-000
169	JACAREZINHO	R CEL. BATISTA, 335	86400-000
170	JAGUAPITA	AV MINAS GERAIS, 220	86610-000
171	JAGUARIAIVA	PÇ GETULIO VARGAS, 60	84200-000
172	JANDAIA DO SUL	PÇ DO CAFÉ, 22	86900-000
173	JANIOPOLIS	R RUI BARBOSA, 286, CENTRO	87380-000
174	JAPIRA	AV ALEXANDRE LEITE DOS SANTOS, 481, CENTRO	84920-000
175	JAPURA	AV BOLIVAR, 363	87225-000
176	JARDIM ALEGRE	PÇ MARIANA LEITE FELIX, 800	86860-000
177	JARDIM OLINDA	AV SIQUEIRA CAMPOS, 83	87690-000
178	JATAIZINHO	AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 494	86210-000
179	JESUITAS	R PE. LEONEL FRANÇA, 369	85835-000
180	JOAQUIM TAVORA	R TENENTE UBIRAJARA DE SOUZA,, 348	86455-000
181	JUNDIAI DO SUL	PRAÇA PIO X, 260, --	86470-000
182	JURANDA	PÇ HENRIQUE SZAUFERMANN, 139	87355-000
183	JUSSARA	AV PRINCESA IZABEL, 320, CENTRO	87230-000



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 41 de 63)

184	KALORE	PÇ FRANCISCO LEMES GONÇALVES, 267	86920-000
185	LAPA	AL. DAVID CARNEIRO, 243, CENTRO	83750-000
186	LARANJAL	R PERNAMBUCO, 501	85275-000
187	LARANJEIRAS DO SUL	PÇ RUI BARBOSA, 01, CENTRO	85310-070
188	LEOPOLIS	R PEDRO DOMINGUES DE SOUZA, 374	86330-000
189	LIDIANOPOLIS	R JUSCELINO KUBITSCHKE, 327, CENTRO	86865-000
190	LINDOESTE	AV MAL. CÂNDIDO RONDON, SN, CENTRO	85826-000
191	LOANDA	R MATO GROSSO, 354	87900-000
192	LOBATO	R ANTONIO COLETO, 1260	86790-000
193	LONDRINA	AV DUQUE DE CAXIAS, 635, JD. MAZEI II	86015-901
194	LUIZIANA	R DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA, SN	87290-000
195	LUNARDELLI	AV. DOM PEDRO II, 195	86935-000
196	LUPIONOPOLIS	PÇ PE. ANTONIO POZZATO, 880	86635-000
197	MALLET	R MAJOR ESTEVÃO, 180	84570-000
198	MAMBORE	R GUADALAJARA, 645 - CX. POSTAL 01	87340-000
199	MANDAGUACU	R BERNARDINO BOGO, 175	87160-000
200	MANDAGUARI	AV AMAZONAS, 500, CENTRO	86975-000
201	MANDIRITUBA	PÇ BOM JESUS, 44	83800-000
202	MANFRINOPOLIS	R ENCANTILADO, 11, CENTRO	85628-000
203	MANGUEIRINHA	PÇ FRANCISCO DE ASSIS REIS, 1060	85540-000
204	MANOEL RIBAS	AV SETE DE SETEMBRO, 366	85260-000
205	MARECHAL CANDIDO RONDON	R ESPIRITO SANTO, 777	85960-000
206	MARIA HELENA	PÇ BRASIL, 2001	87480-000
207	MARIALVA	R SANTA EFIGÊNIA, 680	86990-000
208	MARILANDIA DO SUL	R SILVIO BELIGNI, 200	86825-000
209	MARILENA	R DANTE PASQUALETTO, 855	87960-000
210	MARILUZ	AV MARILIA, 1920	87470-000
211	MARINGA	AV XV DE NOVEMBRO, 701	87013-230
212	MARIOPOLIS	R SEIS, 1030	85525-000
213	MARIPA	R LUIZ DE CAMÕES, 437	85955-000
214	MARMELEIRO	AV MACALI, 255, CENTRO	85615-000
215	MARQUINHO	R SETE DE SETEMBRO, S/N	85168-000
216	MARUMBI	R VEREADOR JOÃO FUZZETTI, 800	86910-000
217	MATELANDIA	AV DUQUE DE CAXIAS, 800	85887-000
218	MATINHOS	R PASTOR ELIAS ABRAHÃO, 22, CENTRO	83260-000
219	MATO RICO	AV DAS ARAUCÁRIAS, 001	85240-000
220	MAUA DA SERRA	AV PONTA GROSSA, 480	86828-000
221	MEDIANEIRA	AV. JOSÉ CALLEGARI, 647, BAIRRO IPÊ	85884-000
222	MERCEDES	R DR. OSVALDO CRUZ, 555	85998-000
223	MIRADOR	AV GUAÍRA, 133	87840-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 42 de 63)

224	MIRASELVA	R SÃO PAULO, 10	86615-000
225	MISSAL	R NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 555, CENTRO	85890-000
226	MOREIRA SALES	R OTTO MACEDO, 629	87370-000
227	MORRETES	R CONSELHEIRO SINIMBU, 62	83350-000
228	MUNHOZ DE MELLO	AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 631	86760-000
229	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	PÇ DEP. NILSON BATISTA RIBAS, 131, CENTRO	86680-000
230	NOVA ALIANCA DO IVAI	AV FRANCISCO PIRES LEMOS, 410	87790-000
231	NOVA AMERICA DA COLINA	AV PARANÁ, 42	86230-000
232	NOVA AURORA	R SÃO JOÃO, 354	85410-000
233	NOVA CANTU	R BAHIA, 85	87330-000
234	NOVA ESPERANCA	AV ROCHA POMBO, 1453, CENTRO	87600-000
235	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	AV IGUAÇU, 750, CENTRO	85635-000
236	NOVA FATIMA	R DR. ALOYSIO DE BARROS TOSTES, 420, CENTRO	86310-000
237	NOVA LARANJEIRAS	R RIO GRANDE DO SUL, 2122	85350-000
238	NOVA LONDRINA	PÇ DA MATRIZ, 261	87970-000
239	NOVA OLIMPIA	R PARANÁ, 668	87490-000
240	NOVA PRATA DO IGUACU	R VER. VALMOR GOMES, 11/59	85685-000
241	NOVA SANTA BARBARA	R WALFREDO BITTENCOURT DE MORAES, 222	86250-000
242	NOVA SANTA ROSA	R TUCUNDUVA, 833	85930-000
243	NOVA TEBAS	R BELO HORIZONTE, 695	85250-000
244	NOVO ITACOLOMI	AV 28 DE SETEMBRO, 711	86895-000
245	ORTIGUEIRA	R SÃO PAULO, 80	84350-000
246	OURIZONA	R BELA VISTA, 1014	87170-000
247	OURO VERDE DO OESTE	R CURITIBA, 657	85933-000
248	PAICANDU	R SETE DE SETEMBRO, 499	87140-000
249	PALMAS	AV CLEVELÂNDIA, 521, CENTRO	85555-000
250	PALMEIRA	PÇ MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 11 - Cx. POSTAL 32, --	84130-000
251	PALMITAL	R MOISÉS LUPION, 1001	85270-000
252	PALOTINA	R ALDIR PEDRON, 898	85950-000
253	PARAISO DO NORTE	AV TAPEJARA, 88, CENTRO	87780-000
254	PARANACITY	R PEDRO PAULO VENÉRIO, 1022	87660-000
255	PARANAGUA	R JÚLIA DA COSTA, 322 - PALÁCIO SÃO JOSÉ	83203-060
256	PARANAPOEMA	R DR. JOSÉ CÂNDIDO MURICY, 216 - CAIXA POSTAL 41	87680-000
257	PARANAVAI	RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO	87700-000
258	PATO BRAGADO	R WILLY BARTH, 2885	85948-000
259	PATO BRANCO	R CARAMURÚ, 271, CENTRO	85501-060

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 43 de 63)

260	PAULA FREITAS	AV AGOSTINHO DE SOUZA, 646, CENTRO	84630-000
261	PAULO FRONTIN	R RUI BARBOSA, 204, CENTRO	84635-000
262	PEABIRU	PÇ ELEUTÉRIO G. DE ANDRADE, 21	87250-000
263	PEROBAL	AV PARANÁ, 609	87538-000
264	PEROLA	AVENIDA DONA PÉROLA BYINGTON, 1800, CENTRO	87540-000
265	PEROLA DO OESTE	R MANOEL RIBAS, 290	85740-000
266	PIEN	RUA AMAZONAS, 373	83860-000
267	PINHAIS	R WANDA DOS SANTOS MALLMANN, 536	83323-400
268	PINHAL DE SAO BENTO	AV SÃO ROQUE, 178	85727-000
269	PINHALAO	R DOMINGOS CALIXTO, 483, CENTRO	86570-000
270	PINHAO	AV TRIFON HANYSZ, 220, CENTRO	85170-000
271	PIRAI DO SUL	PÇ ALÍPIO DOMINGUES, 34	84240-000
272	PIRAQUARA	AV GETÚLIO VARGAS, 1990, CENTRO	83301-010
273	PITANGA	CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171	85200-000
274	PITANGUEIRAS	AV CENTRAL, 408	86613-000
275	PLANALTINA DO PARANA	PÇ GIÁCOMO MADALOZZO, 234	87860-000
276	PLANALTO	PÇ SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1583	85750-000
277	PONTA GROSSA	AVENIDA VISCONDE DE TAUNAY, 950, CENTRO	84052-900
278	PONTAL DO PARANA	ROD. PR 407 - KM 19, 215	83255-000
279	PORECATU	R BARÃO DO RIO BRANCO, 344	86160-000
280	PORTO AMAZONAS	R GUILHERME SCHIFFER, 67, CENTRO	84140-000
281	PORTO BARREIRO	R DAS CARMÉLIAS, 900	85345-000
282	PORTO RICO	AV JOÃO CARRARO, 557	87950-000
283	PORTO VITORIA	R OSVALDO GOMES DA SILVA, 717	84615-000
284	PRADO FERREIRA	R SÃO PAULO, 191, CENTRO	86618-000
285	PRANCHITA	AV SIMÃO FAQUINELLO, 364	85730-000
286	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	R JOSÉ PERES GONÇALVES, 23	87180-000
287	PRIMEIRO DE MAIO	R ONZE, 674	86140-000
288	PRUDENTOPOLIS	R RUI BARBOSA, 801, CENTRO	84400-000
289	QUARTO CENTENARIO	AV RAPOSO TAVARES, 594	87365-000
290	QUATIGUA	AV JOÃO PESSOA, 1300	86450-000
291	QUATRO BARRAS	AV DOM PEDRO II, 110, CENTRO	83420-000
292	QUATRO PONTES	R GASPAR MARTINS, 560	85940-000
293	QUEDAS DO IGUACU	R JUAZEIRO, 1065, CENTRO	85460-000
294	QUERENCIA DO NORTE	R WALDEMAR DOS SANTOS, 1197	87930-000
295	QUINTA DO SOL	PÇ SOLANGE MARQUES, 259, CENTRO	87265-000
296	QUITANDINHA	R JOSÉ DE SÁ RIBAS, 238	83840-000
297	RAMILANDIA	AV VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600	85888-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 44 de 63)

298	RANCHO ALEGRE	AV BRASIL, 256	86290-000
299	RANCHO ALEGRE DO OESTE	AV PARANÁ, 530, CENTRO	87395-000
300	REALEZA	R BARÃO DO RIO BRANCO, 3507	85770-000
301	REBOUCAS	R JOSÉ AFONSO VIEIRA LOPES, 96	84550-000
302	RENASCENCA	R GETÚLIO VARGAS, 901, CENTRO	85610-000
303	RESERVA	R CEL. ROGÉRIO BORBA, 741, CENTRO	84320-000
304	RESERVA DO IGUACU	AV 04 DE SETEMBRO, 614, CENTRO	85195-000
305	RIBEIRAO CLARO	R CEL. EMÍLIO GOMES, 731, CENTRO	86410-000
306	RIBEIRAO DO PINHAL	R PARANÁ, 983	86490-000
307	RIO AZUL	R GUILHERME PEREIRA, 482	84560-000
308	RIO BOM	AV CURITIBA, 65	86830-000
309	RIO BONITO DO IGUACU	R SETE DE SETEMBRO, 720, CENTRO	85340-000
310	RIO BRANCO DO IVAI	AV RIO BRANCO, 500	86848-000
311	RIO BRANCO DO SUL	R HORACY SANTOS, 222	83540-000
312	RIO NEGRO	R JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070, SEMINÁRIO	83880-000
313	ROLANDIA	R PRES. BERNARDES, 809, --	86600-000
314	RONCADOR	PÇ MOISÉS LUPION, 89, CENTRO	87320-000
315	RONDON	AV PARANA, 155 - CENTRO	87800-000
316	ROSARIO DO IVAI	AV SÃO PAULO, 45	86850-000
317	SABAUDIA	PÇ DA BANDEIRA, 47, CENTRO	86720-000
318	SALGADO FILHO	R FLORIANO FRANCISCO ANATER, 50	85620-000
319	SALTO DO ITARARE	R EDUARDO BERTONI JUNIOR, 471	84945-000
320	SALTO DO LONTRA	R RIO GRANDE DO SUL, 975, CENTRO	85670-000
321	SANTA AMELIA	R DR. ALCIDES PRUDENTE PAVAN, 130	86370-000
322	SANTA CECILIA DO PAVAO	R JERÔNIMO FARIAS MARTINS, 1335	86225-000
323	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	AV PAULO LIBÂNIO, 700, CENTRO	87920-000
324	SANTA FE	AV PRESIDENTE KENNEDY, 717	86770-000
325	SANTA HELENA	R PARAGUAI, 1401 - CP. 03, CENTRO	85892-000
326	SANTA INES	R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA, 200	86660-000
327	SANTA ISABEL DO IVAI	RUA PROFESSORA DULCE CRISTI, 1170, CENTRO	87910-000
328	SANTA IZABEL DO OESTE	R ACÁCIA, 1317, CENTRO	85650-000
329	SANTA LUCIA	AV DO ROSÁRIO, 228	85795-000
330	SANTA MARIA DO OESTE	R JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, 10	85230-000
331	SANTA MARIANA	R ANTONIO MANOEL DOS SANTOS, 151	86350-000
332	SANTA MONICA	R MARIETA MOCELLIN, 588	87915-000
333	SANTA TEREZA DO OESTE	AV PARANÁ, 61	85825-000
334	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	R JOÃO XXIII, 144, CENTRO	85875-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 45 de 63)

335	SANTANA DO ITARARE	PÇ FREI MATHIAS DE GÊNOVA, 184, CENTRO	84970-000
336	SANTO ANTONIO DA PLATINA	PÇ NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N	86430-000
337	SANTO ANTONIO DO CAIUA	AV SÃO JOÃO, 415	87730-000
338	SANTO ANTONIO DO PARAISO	AV DEP. NILSON RIBAS, 886	86315-000
339	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	AV BRASIL, 621, CENTRO	85710-000
340	SANTO INACIO	R MARCELINO ALVES DE ALCÂNTARA, 133	86650-000
341	SÃO CARLOS DO IVAÍ	AV IVAÍ, 890, CENTRO	87770-000
342	SÃO JERONIMO DA SERRA	PÇ CEL. DEOLINDO, 191	86270-000
343	SÃO JOAO	AV XV DE NOVEMBRO, 160	85570-000
344	SÃO JOAO DO CAIUA	R DOM PEDRO II, 800	87740-000
345	SÃO JOAO DO IVAÍ	AV CURITIBA, 563	86930-000
346	SÃO JOAO DO TRIUNFO	R TEN.CEL. CARLOS SOUZA, 312	84150-000
347	SÃO JORGE DO IVAÍ	PÇ SANTA CRUZ, 249, CENTRO	87190-000
348	SÃO JORGE DO OESTE	AV IGUAÇU, 281	85575-000
349	SÃO JORGE DO PATROCINIO	AV CARLOS SPANHOL, 164	87555-000
350	SÃO JOSE DA BOA VISTA	R LEOPOLDO JOSÉ BARBOSA, 139	84980-000
351	SÃO JOSE DAS PALMEIRAS	R MAL. CASTELO BRANCO, 979	85898-000
352	SÃO JOSE DOS PINHAIS	R PASSOS DE OLIVEIRA, 1101	83030-720
353	SÃO MANOEL DO PARANA	PÇ PARANÁ, 50, CENTRO	87215-000
354	SÃO MATEUS DO SUL	R BARÃO DO RIO BRANCO, 431	83900-000
355	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	R VÂNIO GHELLERE, 64	85877-000
356	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	R NITERÓI, 121	85929-000
357	SÃO PEDRO DO IVAÍ	PÇ PE. JOSÉ ROSSI, 354	86945-000
358	SÃO PEDRO DO PARANA	AV PARANÁ, 307	87955-000
359	SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA	R PAPA JOÃO XXII, 672, CENTRO	86240-000
360	SÃO TOME	PÇ PROF. PEDRO FECCHIO, 248	87220-000
361	SAPOPEMA	AV MANOEL RIBAS, 818, CENTRO	84290-000
362	SARANDI	RUA JOSÉ EMILIANO DE GUSMÃO, 565, CENTRO	87111-230
363	SAUDADE DO IGUAÇU	R FREI VITO BERSCHIED, 708	85568-000
364	SENGES	TV SENADOR SOUZA NAVES, 95	84220-000
365	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	AV SANTOS DUMONT, 2021	85885-000
366	SERTANEJA	AV NOSSA SENHORA DO ROCIO, 233, CENTRO	86340-000
367	SERTANOPOLIS	AV DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342	86170-000



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 46 de 63)

368	SIQUEIRA CAMPOS	R MARECHAL DEODORO, 1837	84940-000
369	SULINA	R TUPINAMBÁ, 68	85565-000
370	TAMARANA	R IZALTINO JOSÉ SILVESTRE, 643	86125-000
371	TAMBOARA	PÇ ISABEL MARCOS BELTRAME, 2000 - CX. POSTAL 91	87760-000
372	TAPEJARA	AV TANCREDO NEVES, 442, CENTRO	87430-000
373	TAPIRA	R PARANAGUÁ, 518	87830-000
374	TEIXEIRA SOARES	PÇ XV DE NOVEMBRO, 135, CENTRO	84530-000
375	TELEMACO BORBA	PÇ DR. HORÁCIO KLABIN, 37, CENTRO	84261-170
376	TERRA BOA	R PRES. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 240	87240-000
377	TERRA RICA	AV EUCLIDES DA CUNHA, 1120	87890-000
378	TERRA ROXA	AV PRES. COSTA E SILVA, 95	85990-000
379	TIBAGI	PRAÇA EDMUNDO MERCER, 10	84300-000
380	TIJUCAS DO SUL	R XV DE NOVEMBRO, 1438	83190-000
381	TOLEDO	R RAIMUNDO LEONARDI, 1586	85900-110
382	TOMAZINA	ROD AVELINO ANTONIO VIEIRA, 117	84935-000
383	TRES BARRAS DO PARANA	AV BRASIL, 245	85485-000
384	TUNAS DO PARANA	R EROS RUPPEL ABDALLA, 189	83480-000
385	TUNEIRAS DO OESTE	R SANTA CATARINA, 409	87450-000
386	TUPASSI	PÇ SANTOS DUMONT, S/N	85945-000
387	TURVO	AV 12 DE MAIO, 353	85150-000
388	UBIRATA	AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO, 1852	85440-000
389	UMUARAMA	AV RIO BRANCO, 3717	87501-130
390	UNIAO DA VITORIA	R CRUZ MACHADO, 205	84600-000
391	UNIFLOR	AV DAS FLORES, SN	87640-000
392	URAI	R RIO DE JANEIRO, 496	86280-000
393	VENTANIA	AV ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 861, CENTRO	84345-000
394	VERA CRUZ DO OESTE	R RUI BARBOSA, 202, CENTRO	85845-000
395	VERE	R PIONEIRO ANTONIO FABIANE, 316	85585-000
396	VIRMOND	R XV DE NOVEMBRO, 608, CENTRO	85390-000
397	VITORINO	R BARÃO DE CAPANEMA, 134, CENTRO	85520-000
398	WENCESLAU BRAZ	R EXPEDICIONÁRIOS, 200, CENTRO	84950-000
399	XAMBRE	AV ALBERTO BYINGTON, 505, CENTRO	87535-000

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 47 de 63)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º	PROTOCOLO N.º
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

[ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS], localizado XXXX, nº XXXX, CEP XX.XXX-XXX, [MUNICÍPIO], Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de XXXXXXXX, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de XXXXXXXX, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE

02 - ÓRGÃO/ENTIDADE

03 - ÓRGÃO/ENTIDADE

04 - ÓRGÃO/ENTIDADE

05 - ÓRGÃO/ENTIDADE

06 - ÓRGÃO/ENTIDADE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

**LOTE 01** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 48 de 63)

**LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:**

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
Item 1						

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

**3.1.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

**3.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**3.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

### CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

### CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice XXXX, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.**5.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.**5.1.2.2** O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 49 de 63)

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de xxx (xxxx) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

**10.5** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 50 de 63)

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE****14.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.**14.2** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.comprasparaná.pr.gov.br](http://www.comprasparaná.pr.gov.br).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O Pregão Eletrônico nº 0116/2025 é realizado pela Pregoeiro(a) ANDRESSA CRISTINA ANTUNES DA SILVA, designado na Portaria n.º 108/2023 , publicado no DIOE Executivo edição n.º 11.542 de 16/11/2023. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

[PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA  
CONDUÇÃO DO PREGÃO]

#### FORNECEDORES

LOTE/It em	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 51 de 63)

Anexo da Ata de Registro de Preços  
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE XX/20XX

PROTOCOLO XX.XXX.XXX-XX

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

PROTOKOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 52 de 63)

## ANEXO VIII

### MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO XXXXXX, através do órgão XXXXXXXX ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202\_ XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1 OBJETO:

[Descrição sucinta do objeto], conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1					R\$	R\$

#### 2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º 22.199.244-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

#### 3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículo) na sede dos municípios habilitados no Estado do Paraná, nas condições e quantidades solicitadas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato de fornecimento, até esgotar as quantidades de cada lote. Quando da assinatura do contrato e para entrega o do veículo serão indicados o endereço, telefone de contato, nome do servidor e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município.

3.2 A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículos) com o tanque de combustível cheio, no endereço indicado no Anexo II.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 53 de 63)

**3.3** O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, de acordo com a habilitação de cada Município e em conformidade com o Edital. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

#### **4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**4.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

#### **5. DO REAJUSTE.**

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **IPCA/IBGE**.

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**5.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**5.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**5.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

#### **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

#### **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** Os bens deverão ser entregues no local **(Anexo VI)**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência **(Anexo I)**, que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

**7.3** O recebimento definitivo será feito no prazo de até **30 (trinta)** dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**7.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **8 FONTE DE RECURSOS:**

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 54 de 63)

**8.1** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);  
Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);  
Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);  
Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);  
Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

## 9 VIGÊNCIA:

**9.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## 10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

### 10.1 São obrigações do Contratado:

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### 10.2 São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 55 de 63)

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## 11 FORMA DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS

PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV

UASG 930318

(página 56 de 63)

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 57 de 63)

2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**15.4** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 58 de 63)

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**16.5** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## 17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**17.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**17.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 59 de 63)

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 60 de 63)

## ANEXO VIII

### ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº XXXXXXXX

VALOR XXXXXXXX

**1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** Integra este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º XXXXXXXX, independentemente de transcrição.

#### 2. DO PAGAMENTO:

**2.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**2.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**2.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**2.3** O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**2.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**2.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 61 de 63)

### **3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:** o contratado deverá:

**3.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**3.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**3.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**3.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega,

**3.5** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**3.6** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**3.7** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**3.8** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**3.8.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**3.8.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**3.8.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

### **4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**4.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**4.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**4.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**4.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**4.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 62 de 63)

**4.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**4.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**4.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**4.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**4.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**4.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## 5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

**5.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**5.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**5.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**5.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**5.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**5.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**5.4** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

**7 DO FORO:** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PROTOCOLO Nº 22.199.244-0

PREG-e Nº 0116/2025 - GMS  
PREG-e Nº 90116/2025- COMPRAS GOV  
UASG 930318

(página 63 de 63)

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Documento: **EDITAL.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Valdomiro Hrysay (XXX.834.629-XX)** em 25/02/2025 11:28 Local: SECID/DG.

Inserido ao protocolo **22.199.244-0** por: **Andressa Cristina Antunes da Silva** em: 25/02/2025 11:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**a4b0d78f1c0b3deb0043e1019c7fc5d0**.

Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO	PREG-e-116/2025	PROTOCOLO	221992440
DATA DE PUBLICAÇÃO		VALIDADE DA ATA	27/07/2026
Nº DO ADITIVO DA ATA	1		

A Secretaria de Estado das Cidades (SECID), localizada à Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - 80540-280 - Curitiba, Paraná, aqui representado por Felipe Flessak, Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) n.º 116/2025, homologado por Felipe Flessak, Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades, para a futura e a eventual aquisição de Registro de preço para futura e eventual aquisição de veículos., conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participante(s) (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1. Esta ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de Registro de preço para futura e eventual aquisição de veículos., conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021), podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste registro de preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1. SECID - Secretaria de Estado das Cidades (Antigo SEDU)

Valor Homologado: 56.513.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 1 - adjudicado para: PINHEIRO S VEICULOS LTDA, 01.692.763/0001-03, homologado no valor de R\$ 29.947.500,00 (Vinte e Nove Milhões, Novecentos e Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2301.93140 - Veículo, TIPO: Hatch, conforme categorias Compacto, Médio ou Utilitário Esportivo Compacto do Programa Brasileiro de Etiqueta Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 98	275	unid.	R\$ 108.900,0000



1	cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, CAPACIDADE: Porta malas com capacidade mínima de 260 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 5 (cinco) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: FIAT - Argo / Fabricante: FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / Garantia : 24 meses / Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B	275	unid.	R\$ 108.900,0000
---	--	-----	-------	------------------

LOTE 2 - adjudicado para: PINHEIRO S VEICULOS LTDA, 01.692.763/0001-03, homologado no valor de R\$ 19.407.500,00 (Dezenove Milhões, Quatrocentos e Sete Mil e Quinhentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2301.93141 - Veículo, TIPO: Sedan, conforme categoria Médio do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 98 cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, CAPACIDADE: Porta malas com capacidade mínima de 440 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 4 (quatro) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: FIAT / Fabricante: FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / Garantia : 24 meses /	175	unid.	R\$ 110.900,0000

1	Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B	175	unid.	R\$ 110.900,0000
---	---	-----	-------	------------------

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA:

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### CLÁUSULA QUARTA - COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2. sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR:

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla

defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO:

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos nas Cláusulas Quinta, Sexta e Sétima desta ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local,

sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES:

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à Ata de Registro de Preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CADASTRO DE RESERVA:

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto nº 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Central de Curitiba - Estado do Paraná.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) nº 116/2025 foi conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) Andressa Cristina Antunes da Silva, designado(a) na Portaria n.º 108/2023, publicada no DIOE Executivo edição nº 11.542, de 16 de novembro de 2023, neste ato substituída pela Pregoeira Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos, designada pela Portaria n.º 19/2025, publicada no DIOE Executivo edição n.º 11917 de 05 de junho de 2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

---

Felipe Flessak  
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades (SECID)

---

Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos  
Pregoeiro(a) (SECID)



Fornecedor

01.692.763/0001-03 - PINHEIRO S VEICULOS LTDA

Representante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: LUCAS JOVE  
OZORIO

Assinado de forma digital por  
LUCAS JOVE OZORIO  
Dados: 2025.07.22 11:12:03  
-03'00'

Lote	Valor Licitado	Características	Classif.
1	R\$ 29.947.500,00	Veículo tipo Hatch	1º
2	R\$ 19.407.500,00	Veículo tipo Sedan	1º

Documento: **AtaLotes01e02assinadaempresa.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Felipe Augusto Amadori Flessak** em 22/07/2025 16:35.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Lucas Jove Ozorio** em 22/07/2025 11:12.

Assinatura Avançada realizada por: **Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos (XXX.820.119-XX)** em 22/07/2025 15:07 Local: SECID/UTL.

Inserido ao protocolo **24.360.190-8** por: **Cristiane Alves Garcia da Silva** em: 22/07/2025 14:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**2f725a8f175379e46576a9f1c8e46797.**

<b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Altamir Sanson – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.700.000,00; CONVENIENTE: R\$ 321.499,97.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 304/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Atalaia <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.802-3 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Carlos Eduardo Armelin Mariani – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 24/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ R\$ 3.510.000,00.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 306/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Formosa do Oeste <b>PROTOCOLO:</b> 23.789.963-6 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Orivaldo Municelli – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ R\$ 3.460.000,00.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 307/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Tuneiras do Oeste <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.334-0 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Guerino Mendonça dos Santos – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 24/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.700.000,00; CONVENIENTE: R\$ 451.053,34.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 309/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Cruzmaltina <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.708-6 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Maurício Bueno de Camargo – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 24/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.650.000,00.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 311/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Francisco Alves <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.170-3 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Alirio José Mistura – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.590.000,00.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 312/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Campo do Tenente <b>PROTOCOLO:</b> 23.789.131-7 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Weverton Willian Vizentin – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.700.000,00; CONVENIENTE: R\$ 346.784,07.

<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 313/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Goioxim <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.611-0 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Eder dos Santos – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.700.000,00; R\$ 362.395,83.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 314/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Antônio Olinto <b>PROTOCOLO:</b> 23.790.380-3 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Fabio Staniszewski Machiavelli – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.613.266,66.
<b>OBJETO:</b> Aquisição de equipamentos rodoviários – Programa Estradas da Integração <b>INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA:</b> Termo de Convênio nº 317/2025. <b>CONVENIENTE:</b> Tamboara <b>PROTOCOLO:</b> 23.789.562-2 <b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012. <b>ASSINATURAS:</b> Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Diretora-Geral SEAB; Giovane Monteiro da Silva – Prefeito. <b>DATA DA ASSINATURA:</b> 25/07/2025 <b>VIGÊNCIA:</b> 28 (vinte e oito) meses. <b>VALOR:</b> CONCEDENTE: R\$ 3.700.000,00; CONVENIENTE: R\$ 107.000,00.

99478/2025

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ****SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO- SEAB****DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL- DERAL****PROTOCOLOS: 22.844.726-9 e EDITAL: 9/2025****Programa:** Trator, Implementos e Equipamentos Solidários - PTS

**Objeto:** As Empresas AGCO DO BRASIL SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA., GLOBAL TRATORES LTDA., LAGROSS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., LASS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., MACPONTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. e TRATORCASE MÁQUINAS AGRÍCOLAS S.A. estão credenciadas para, em caráter privado, comercializar Tratores, Pulverizadores e Colhedoras Agrícolas, aos Produtores com propriedade agropecuária no Estado do Paraná. A Comissão de Credenciamento, Resolução nº 43/2025. Curitiba, 25 de julho de 2025.

99186/2025

**Secretaria das Cidades****SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID****EXTRATO ATA SRP PREG-E 116/2025 – GMS – LOTES 01 e 02****PROTOCOLO N.º 22.199.244-0**

**OBJETO:** Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de veículos. Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades, ou por recursos próprios dos municípios, com a diretriz de fomentar o desenvolvimento urbano e regional sustentável nos municípios do Estado e que tem por objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional por meio de implementação de ações voltadas a satisfazer a demanda dos municípios e regiões paranaenses.

**LOTE 01 – Veículos tipo Hatch, homologado em 09/07/2025****LOTE 02 – Veículos tipo Sedan, homologado em 07/07/2025**

Pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral Secretaria de Estado das Cidades.

**INFORMAÇÕES:** [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)

98927/2025



Goiânia - GO, 14 dias do mês de março de 2025.

**AO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 - UASG 930318**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**  
**SESSÃO PÚBLICA: 14/03/2025 ÀS 09:30**

Na qualidade de Concessionário Autorizado FIAT para comércio de veículos, peças e serviços automotivos, instalada no Estado de Goiás, PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ 01.692.763/0001- 03, vem apresentar para Vossas Senhorias, proposta comercial para fornecimento de automóveis de exclusiva fabricação Fiat, atendendo às condições solicitadas pelo Edital em questão, como segue:

**Item 02**  
**175 unidades**

**MARCA FIAT**  
**MODELO CRONOS DRIVE 1.3 FLEX 2025**



**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMO QUE O PRODUTO ATENDERÁ DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Veículos tipo **Sedan**, **MOTORIZAÇÃO**: Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina; **CARACTERÍSTICAS GERAIS**: Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia 36 meses; **CAPACIDADE**: Porta malas com capacidade 525 litros; **EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS**: 4 (quatro) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Películas nos vidros conforme legislação. O veículo será entregue plotado conforme solicitado no item 10.1.17.

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cilindrada total (cc) : **1.332**

Potência máxima (cv) : **98,0 (G) a 6000 rpm / 107,0 (E) a 6250 rpm**

Torque máximo (kgf.m) : **13,2 (G) a 4250 / 13,7 (E) a 4000 rpm**

Altura do solo (mm) : **158**

Altura do veículo (mm) : **1.508**

Capacidade do porta-malas (litros) : **525**

Comprimento do veículo (mm) : **4.364**

Entre-Eixos (mm) : **2.521**

Largura do veículo (mm) : **1.962**

Tanque de combustível (litros) : **45**

**\*Hill Holder (Sistema ativo de freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida); ESC (Controle eletrônico de Estabilidade); TC (Controle de Tração)**

.Alarme antifurto

.Alertas de limite de velocidade e manutenção programada

.Ar condicionado com filtro antipólen

.Banco do motorista com regulagem de altura

.Brake light

.Central Multimídia UCONNECT de 7" Touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segunda porta USB

.Chave canivete com Fiat Code e telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas .Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)

.Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionadores

.Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos

.Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)

.Desembaçador do vidro traseiro temporizado

.Direção elétrica progressiva

.Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)

.Encostos de cabeça traseiros (laterais e central)

.ESS (Sinalização de frenagem de emergência) .Follow me home

.Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)

.HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)

.HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD

.Iluminação do porta-malas

.iTPMS (Monitoramento de pressão dos pneus)

.Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)

.LED Design nos faróis dianteiros

.Luz diurna de segurança - Daytime running lights (DRL)

.Luzes de leitura dianteira e traseira

.Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo

.Motor 1.3 Firefly Flex de 4 cilindros

.Porta-luvas iluminado

.Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)

.Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável

.Regulagem de altura manual do fecho do farol

.Repetidor lateral nos retrovisores

.Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15

.Sensor de estacionamento traseiro com visualizador gráfico

.Sistema de Controle de Emissões Evaporativas (ORVR)



- .Tomada 12V
- .Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
- .Vidros elétricos dianteiros com one touch e sensor antiesmagamento
- .Vidros elétricos traseiros com one touch e sensor antiesmagamento
- .Volante com comandos de rádio e telefone
- .Volante com regulagem de altura

ITEM	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO SEM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS	ALÍQUOTA ICMS %
02	175	R\$110.900,00	R\$19.407.500,00	X	X	12

Como a PINHEIROS VEICULOS LTDA está realizando uma operação interestadual, não houve qualquer utilização do benefício fiscal do Convênio ICMS 26/2003. Dessa forma, a participação da empresa não possui em seus lances o benefício do Convênio ICMS 26/2003 nesta operação. Logo, não está obrigada a indicar o preço onerado e o preço desonerado em sua proposta.

OBS: Declaramos que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, impostos, taxas, encargos, bem como despesas com primeiro emplacamento em nome do órgão solicitante, enfim, todos os custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, bem como as isenções concedidas por Lei. Informamos ainda que temos total conhecimento do Edital e aceitamos todas as condições contidas neste.

Prazo de validade da proposta: DE ACORDO COM O EDITAL.

Local de entrega: DE ACORDO COM O EDITAL.

Prazo de pagamento: DE ACORDO COM O EDITAL.

Prazo de entrega: DE ACORDO COM O EDITAL.

Garantia: DE ACORDO COM O EDITAL.

A garantia pode ser executada em qualquer uma das concessionárias FIAT, distribuídas por todo o território nacional. Informamos, igualmente, que os locais para assistência técnica e manutenção dos veículos bem como, as normas de garantia, estão explicitadas nos livretes assistenciais que acompanham os veículos. Tendo sido nossa proposta a vencedora, o pedido oficial e a nota de empenho, deveram ser emitidos em favor da PINHEIRO VEICULOS LTDA, GOIANIA-GO. Fone: (62) 3523-1961, e-mail [licitacao@pinauto.com.br](mailto:licitacao@pinauto.com.br), CNPJ 01.692.763/0001-03 Inscrição Estadual: 10.173.473-5, Inscrição Municipal: 066.344-1, Data de Abertura: 26/11/1985.

Dados Bancários:

Banco Brasil Ag: 3388-x C/C: 700087-1

#### 1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.** O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

**6.** O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

**7.** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias, para o esclarecimento de eventuais dúvidas e declaramos nos submeter a todos os itens do respectivo edital.

Atenciosamente,

**LUCAS JOVE**  
**OZORIO**

Assinado de forma digital  
por LUCAS JOVE OZORIO  
Dados: 2025.05.23  
23:11:45 -03'00'

PINHEIROS VEICULOS LTDA  
CNPJ. 01.692.763/0001-03

LUCAS JOVE OZORIO  
licitacao@pinauto.com.br  
62 982349999

**ESTADO DO PARANÁ**

Folha 1

**Órgão Cadastro:** PREF MARMELEIRO**Em:** 07/08/2025 15:10**Protocolo:****24.449.848-5****Interessado 1:** (CNPJ: XX.XXX.665/0001-01) MUNICIPIO DE MARMELEIRO**Interessado 2:** (CPF: XXX.826.379-XX) JANDER LUIZ LOSS**Assunto:** PEDIDO DE AUXILIO E/OU RECURSOS**Cidade:** MARMELEIRO / PR**Palavras-chave:** VEICULOS, RECURSOS FINANCEIROS**Nº/Ano** 263/2025**Detalhamento:** RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SEDAN, A SER UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PACIENTE PARA DPTO. DE SAÚDE.**Código TTD:** -Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 263/2025/GAB

Marmeleiro, PR, 07 de agosto de 2025.

**EX.MO. SR.  
GUTO SILVA  
DD. SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES  
CURITIBA-PR**

**Senhor Secretário,**

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente com a finalidade de solicitar à Vossa Excelência a liberação de recursos financeiros da ordem de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) que serão destinados à aquisição de um veículo sedan que utilizaremos no transporte de paciente para o Departamento de Saúde da prefeitura.

A presente solicitação tem por finalidade atender à demanda crescente do Departamento de Saúde no transporte de pacientes para consultas, exames e tratamentos especializados em outros municípios. Atualmente, a frota disponível é insuficiente para suprir a necessidade com regularidade, conforto e segurança.

A aquisição de um veículo sedan visa garantir maior eficiência, comodidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos e despedimo-nos.

**JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904**

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF AS, OU=(SEM BRANCO), OU=14030336000101, OU=presencial, CN=JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.08.07 08:38:58-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**JANDER LUIZ LOSS  
Prefeito Municipal**

*Avenida Macali, nº 255, Centro – Cx. Postal 24 – CEP 85.615-000 - CNPJ: 76.205.665/0001-01 –  
Fone / Fax: (46) 3525-8100 – Marmeleiro - PR*

Documento: **Oficion263\_2025SecidveiculoSedanDptoSaudeass.pdf.**

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Jander Luiz Loss** em 07/08/2025 08:38.

Assinatura Avançada realizada por: **Jander Luiz Loss (XXX.826.379-XX)** em 07/08/2025 15:12 Local: GAB MARMELEIRO.

Inserido ao protocolo **24.449.848-5** por: **Jander Luiz Loss** em: 07/08/2025 15:11.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**b2ba662446535631cf19000b91c9d218.**





**MARMELEIRO**  
**GABINETE**

---

**Protocolo:** 24.449.848-5  
**Assunto:** Recursos para Aquisição de Um Veículo Sedan, a ser Utilizado no Transporte de Paciente para Dpto. de Saúde.  
**Interessado:** MUNICIPIO DE MARMELEIRO  
**Data:** 07/08/2025 15:12

---

**DESPACHO**

Solicitação de Recursos para Aquisição de Um Veículo Sedan, a ser Utilizado no Transporte de Pacientes para o Departamento de Saúde.

Documento: **DESPACHO\_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jander Luiz Loss (XXX.826.379-XX)** em 07/08/2025 15:12 Local: GAB MARMELEIRO.

Inserido ao protocolo **24.449.848-5** por: **Jander Luiz Loss** em: 07/08/2025 15:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**dac47feb19be01a5c9afc2bcfc5dc566**.

# AUTORIZAÇÃO

DE: GABINETE / SECRETÁRIO

PARA: SUPEX / PARANACIDADE

## Dados Municipais

MUNICÍPIO: MARMELEIRO

ESCRITÓRIO REGIONAL: Francisco Beltrão (P.A.)

PREFEITO(A): JANDER LUIZ LOSS

POPULAÇÃO: 13.909

ASSOCIAÇÃO: Amsop



## Pedidos Gerais

ITEM:	DESCRIÇÃO:	FONTE:	VALOR MÁXIMO:	CONTRA PARTIDA:	PRIOR.
1	VEÍCULOS	T.V.	R\$115.000,00		65
2		T.V.			
3		T.V.			
4		T.V.			
5		T.V.			
TOTAL:			R\$115.000,00	TOTAL:	

## Encaminhamento

- ☐ Sem disponibilidade orçamentária para Transferência Voluntária. Sem opções de financiamento. Arquive-se.
- ☐ Sem disponibilidade orçamentária para Transferência Voluntária. Informar município sobre opções de Financiamento.
- ☒ Autorizo o início dos procedimentos para a formalização do referido Termo de Convênio, cumpridas as exigências legais e orçamentárias.

Valor autorizado (Tesouro): R\$115.000,00

☐

## Assinatura

À ASI/PARANACIDADE para anotações e providências.  
À DOM/PARANACIDADE para anotações e providências.

Guto Silva  
Secretário de Estado das Cidades

Assinatura Eletrônica  
Marcos Junior Marini  
Diretor de Desenvolvimento e Integração

Documento: **MARMELEIRO\_65\_20250904085516.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Marcos Junior Marini (XXX.319.749-XX)** em 05/09/2025 11:29 Local: SECID/DDI.

Inserido ao protocolo **24.449.848-5** por: **Sistema DSS - Sistema de Suporte à Tomada de Decisão** em: 04/09/2025 08:55.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**52cbc4a03ff0c2882147659ceee40601.**

## **DSS – Sistema de Suporte à Decisão**

### **DESPACHO**

À SECID/NFS para abertura de convênio e demais providências.  
As informações técnicas referente ao processo foram solicitadas ao Técnico do Paracidade.



**AUTORIZAÇÃO**DE: **GABINETE / SECRETÁRIO**PARA: **SUPEX / PARANACIDADE****Dados Municipais**MUNICÍPIO:  
**MARMELEIRO**ESCRITÓRIO REGIONAL:  
**Francisco Beltrão (P.A.)**PREFEITO(A):  
**JANDER LUIZ LOSS**POPULAÇÃO:  
**13.909**ASSOCIAÇÃO:  
**Amsop****Pedidos Gerais**

ITEM:	DESCRIÇÃO:	FONTE:	VALOR MÁXIMO:	CONTRA PARTIDA:	PRIO.
1	VEÍCULOS	T.V.	R\$115.000,00		65
2		T.V.			
3		T.V.			
4		T.V.			
5		T.V.			
			TOTAL: <b>R\$115.000,00</b>	TOTAL:	

**Encaminhamento**

- ☐ Sem disponibilidade orçamentária para Transferência Voluntária. Sem opções de financiamento. Arquive-se.
- ☐ Sem disponibilidade orçamentária para Transferência Voluntária. Informar município sobre opções de Financiamento.
- ☒ Autorizo o início dos procedimentos para a formalização do referido Termo de Convênio, cumpridas as exigências legais e orçamentárias.

Valor autorizado (Tesouro): **R\$115.000,00****Assinatura**

À ASI/PARANACIDADE para anotações e providências.  
À DOM/PARANACIDADE para anotações e providências.

**Guto Silva**  
Secretário de Estado das Cidades

**Marcos Junior Marini**  
Diretor de Desenvolvimento e Integração



# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

## DECLARAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CONTRAPARTIDA

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, que o Município de Marmeleiro, dispõe de recursos orçamentários, no valor de R\$ 5.545,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) para participação, a título de contrapartida, no convênio que tem por objeto a Aquisição de Um Veículo Sedan, cuja solicitação consta do protocolo nº 24.449.848-5.

Os recursos estão dispostos na rubrica orçamentária 08.002.0010.301.0016.1.248 - Aquisição de Veículos, natureza da despesa 4.4.90.52.00.00.00- Equipamentos e Material Permanente, fonte de recursos 0000 - Recursos Ordinários (Livres) da Lei Orçamentária nº 2.964/2024, para 2025.

**JANDER LUIZ**  
**LOSS:744826**  
**37904**

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF  
A3, OU=(EM BRANCO), OU=14030336000101,  
OU=presencial, CN=JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.09 13:11:00-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

Jander Luiz Loss  
Prefeito

**MARMELEIRO**  
**GABINETE**

---

**Protocolo:** 24.449.848-5  
**Assunto:** Recursos para Aquisição de Um Veículo Sedan, a ser Utilizado no Transporte de Paciente para Dpto. de Saúde.  
**Interessado:** MUNICIPIO DE MARMELEIRO  
**Data:** 07/08/2025 15:12

---

**DESPACHO**

Solicitação de Recursos para Aquisição de Um Veículo Sedan, a ser Utilizado no Transporte de Pacientes para o Departamento de Saúde.

Documento: **DESPACHO\_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jander Luiz Loss (XXX.826.379-XX)** em 07/08/2025 15:12 Local: GAB MARMELEIRO.

Inserido ao protocolo **24.449.848-5** por: **Jander Luiz Loss** em: 07/08/2025 15:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

**DSS – Sistema de Suporte à Decisão**

---

**DESPACHO**

À SECID/NFS para abertura de convênio e demais providências.

As informações técnicas referente ao processo foram solicitadas ao Técnico do Paranaidade.





ePROTOCOLO

109



Documento: **MARMELEIRO\_65\_20250904085516.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Marcos Junior Marini (XXX.319.749-XX)** em 05/09/2025 11:29 Local: SECID/DDI.

Inserido ao protocolo **24.449.848-5** por: **Sistema DSS - Sistema de Suporte à Tomada de Decisão** em: 04/09/2025 08:55.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:



# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 263/2025/GAB

Marmeleiro, PR, 07 de agosto de 2025.

**EX.MO. SR.  
GUTO SILVA  
DD. SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES  
CURITIBA-PR**

**Senhor Secretário,**

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente com a finalidade de solicitar à Vossa Excelência a liberação de recursos financeiros da ordem de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) que serão destinados à aquisição de um veículo sedan que utilizaremos no transporte de paciente para o Departamento de Saúde da prefeitura.

A presente solicitação tem por finalidade atender à demanda crescente do Departamento de Saúde no transporte de pacientes para consultas, exames e tratamentos especializados em outros municípios. Atualmente, a frota disponível é insuficiente para suprir a necessidade com regularidade, conforto e segurança.

A aquisição de um veículo sedan visa garantir maior eficiência, comodidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos e despedimo-nos.

**JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904**

**JANDER LUIZ LOSS  
Prefeito Municipal**

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ LOSS 74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RECEITA FEDERAL, CN=JANDER LUIZ LOSS  
14030336000101, OU=presencial, CN=JANDER LUIZ  
LOSS 74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.08.07 08:38:58-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0



# PREFEITURA DE MARMELEIRO

## TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

### AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lote	Objeto	Fornecedor	Nr. Pregão	Orgão ou Entidade	Preço Unitárioop	Qtde.	Total do lote em R\$
01	Veículo Sedan 5 lugares Cronos Drive 1.3 Flex	PINHEIROS VEICULOS LTDA (Item 2)	116/2025	Secid	110.900,00	1	110.900,00
						<b>Total R\$</b>	<b>110.900,00</b>

### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO FINANCEIRA DA PRIORIDADE Nº 65

Fontes	Valor R\$	SEDU/Fundo Perdido R\$	% Fundo Perdido	Contrapartida Município R\$	% contrapartida Município	Totais % (FP+CPM)	Totais R\$
Valor atual da prioridade	121.065,38	115.000,00	94,99%	6.065,38	5,01%	100,00%	121.065,38
<b>Novo valor da prioridade</b>	<b>110.900,00</b>	<b>105.355,00</b>	<b>95,00%</b>	<b>5.545,00</b>	<b>5,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>110.900,00</b>

Marmeleiro, 09 de setembro de 2025

JANDER LUIZ  
LOSS:7448263  
7904

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=  
(EM BRANCO), OU=14030336000101, OU=  
presencial, CN=JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.09 13:11:26-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**Jander Luiz Loss**  
Prefeito

## TERMO DE RESERVA DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇO 116/2025

Pelo presente Termo, o(a) Prefeito(a) Sr(a). JANDER LUIZ LOSS, representante legal do Município de Marmeleiro, no pleno exercício de suas atribuições, declara, para os devidos fins, a aceitação da aquisição do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), objeto da(s) licitação(ões) na modalidade Pregão, para fins de Registro de Preços, realizada(s) pela Secretaria das Cidades, conforme o Pregão nº 116/2025.

Item	Qtd	Valor Unitário
Veículo Sedan	1	R\$ 110.900,00

**Valor Total:**  
**R\$ 110.900,00**

**JANDER LUIZ**  
**LOSS:744826**  
**37904**  
**JANDER LUIZ LOSS**

Assinado digitalmente por JANDER LUIZ  
LOSS:74482637904  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=  
(EM BRANCO), OU=14030336000101, OU=  
presencial, CN=JANDER LUIZ LOSS:74482637904  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.04 14:06:49-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

Hash para validação:  
f15f88884f10c3ad5df1bf8886a4c907e912a5aa9320d855390313ee32abc445

Verificar itens registrados na reserva: <https://apidss.paranacidade.org.br/validar-documento/f15f88884f10c3ad5df1bf8886a4c907e912a5aa9320d855390313ee32abc445>

Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO	PREG-e-116/2025	PROTOCOLO	221992440
DATA DE PUBLICAÇÃO		VALIDADE DA ATA	27/07/2026
Nº DO ADITIVO DA ATA	1		

A Secretaria de Estado das Cidades (SECID), localizada à Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195 - Ahú - 80540-280 - Curitiba, Paraná, aqui representado por Felipe Flessak, Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) n.º 116/2025, homologado por Felipe Flessak, Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades, para a futura e a eventual aquisição de Registro de preço para futura e eventual aquisição de veículos., conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participante(s) (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1. Esta ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de Registro de preço para futura e eventual aquisição de veículos., conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021), podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste registro de preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1. SECID - Secretaria de Estado das Cidades (Antigo SEDU)

Valor Homologado: 56.513.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 1 - adjudicado para: PINHEIRO S VEICULOS LTDA, 01.692.763/0001-03, homologado no valor de R\$ 29.947.500,00 (Vinte e Nove Milhões, Novecentos e Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2301.93140 - Veículo, TIPO: Hatch, conforme categorias Compacto, Médio ou Utilitário Esportivo Compacto do Programa Brasileiro de Etiqueta Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 98	275	unid.	R\$ 108.900,0000



1	cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, CAPACIDADE: Porta malas com capacidade mínima de 260 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 5 (cinco) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: FIAT - Argo / Fabricante: FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / Garantia : 24 meses / Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B	275	unid.	R\$ 108.900,0000
---	--	-----	-------	------------------

LOTE 2 - adjudicado para: PINHEIRO S VEICULOS LTDA, 01.692.763/0001-03, homologado no valor de R\$ 19.407.500,00 (Dezenove Milhões, Quatrocentos e Sete Mil e Quinhentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2301.93141 - Veículo, TIPO: Sedan, conforme categoria Médio do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 98 cv, torque mínimo de 13 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, CAPACIDADE: Porta malas com capacidade mínima de 440 litros, EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 4 (quatro) portas, transmissão manual, automática ou similar, ar condicionado, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidro traseiro com desembaçador, rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados, banco do motorista com regulagem de altura, vidros com película protetora conforme legislação, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: FIAT / Fabricante: FIAT / Atender normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN: sim / Garantia : 24 meses /	175	unid.	R\$ 110.900,0000

1	Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PBEV: B	175	unid.	R\$ 110.900,0000
---	---	-----	-------	------------------

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA:

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### CLÁUSULA QUARTA - COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2. sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR:

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla

defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO:

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos nas Cláusulas Quinta, Sexta e Sétima desta ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local,

sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES:

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à Ata de Registro de Preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CADASTRO DE RESERVA:

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto nº 10.086, de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Central de Curitiba - Estado do Paraná.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) nº 116/2025 foi conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) Andressa Cristina Antunes da Silva, designado(a) na Portaria n.º 108/2023, publicada no DIOE Executivo edição nº 11.542, de 16 de novembro de 2023, neste ato substituída pela Pregoeira Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos, designada pela Portaria n.º 19/2025, publicada no DIOE Executivo edição n.º 11917 de 05 de junho de 2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

---

Felipe Flessak  
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades (SECID)

---

Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos  
Pregoeiro(a) (SECID)

Fornecedor

01.692.763/0001-03 - PINHEIRO S VEICULOS LTDA

Representante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: 

LUCAS JOVE  
OZORIO

Assinado de forma digital por  
LUCAS JOVE OZORIO  
Dados: 2025.07.22 11:12:03  
+03'00'

Lote	Valor Licitado	Características	Classif.
1	R\$ 29.947.500,00	Veículo tipo Hatch	1º
2	R\$ 19.407.500,00	Veículo tipo Sedan	1º



Documento: **AtaLotes01e02assinadaempresa.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Felipe Augusto Amadori Flessak** em 22/07/2025 16:35.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Lucas Jove Ozorio** em 22/07/2025 11:12.

Assinatura Avançada realizada por: **Kelly Regina Sobieray de Araujo Ramos (XXX.820.119-XX)** em 22/07/2025 15:07 Local: SECID/UTL.

Inserido ao protocolo **24.360.190-8** por: **Cristiane Alves Garcia da Silva** em: 22/07/2025 14:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**2f725a8f175379e46576a9f1c8e46797.**

Goiânia - GO, 14 dias do mês de março de 2025.

**AO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 - UASG 930318**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**  
**SESSÃO PÚBLICA: 14/03/2025 ÀS 09:30**

Na qualidade de Concessionário Autorizado FIAT para comércio de veículos, peças e serviços automotivos, instalada no Estado de Goiás, PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ 01.692.763/0001- 03, vem apresentar para Vossas Senhorias, proposta comercial para fornecimento de automóveis de exclusiva fabricação Fiat, atendendo às condições solicitadas pelo Edital em questão, como segue:

**Item 02**  
**175 unidades**

**MARCA FIAT**  
**MODELO CRONOS DRIVE 1.3 FLEX 2025**



**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMO QUE O PRODUTO ATENDERÁ DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Veículos tipo **Sedan**, **MOTORIZAÇÃO**: Potência mínima de 98 cv; torque mínimo de 13 kgfm; etanol e/ou gasolina; **CARACTERÍSTICAS GERAIS**: Novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior; cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor; entregue com tanque cheio; garantia 36 meses; **CAPACIDADE**: Porta malas com capacidade 525 litros; **EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS**: 4 (quatro) portas; transmissão manual; ar condicionado; direção elétrica; portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave; vidros elétricos nas quatro portas; comando elétrico dos retrovisores externos; vidro traseiro com desembaçador; rádio ou central multimídia com alto-falantes instalados; banco do motorista com regulagem de altura; vidros com película protetora conforme legislação; jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca; itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Películas nos vidros conforme legislação. O veículo será entregue plotado conforme solicitado no item 10.1.17.

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cilindrada total (cc) : **1.332**

Potência máxima (cv) : **98,0 (G) a 6000 rpm / 107,0 (E) a 6250 rpm**

Torque máximo (kgf.m) : **13,2 (G) a 4250 / 13,7 (E) a 4000 rpm**

Altura do solo (mm) : **158**

Altura do veículo (mm) : **1.508**

Capacidade do porta-malas (litros) : **525**

Comprimento do veículo (mm) : **4.364**

Entre-Eixos (mm) : **2.521**

Largura do veículo (mm) : **1.962**

Tanque de combustível (litros) : **45**

**\*Hill Holder (Sistema ativo de freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida); ESC (Controle eletrônico de Estabilidade); TC (Controle de Tração)**

.Alarme antifurto

.Alertas de limite de velocidade e manutenção programada

.Ar condicionado com filtro antipólen

.Banco do motorista com regulagem de altura

.Brake light

.Central Multimídia UCONNECT de 7" Touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segunda porta USB

.Chave canivete com Fiat Code e telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas .Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)

.Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionadores

.Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos

.Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)

.Desembaçador do vidro traseiro temporizado

.Direção elétrica progressiva

.Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)

.Encostos de cabeça traseiros (laterais e central)

.ESS (Sinalização de frenagem de emergência) .Follow me home

.Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)

.HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)

.HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD

.Iluminação do porta-malas

.iTPMS (Monitoramento de pressão dos pneus)

.Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)

.LED Design nos faróis dianteiros

.Luz diurna de segurança - Daytime running lights (DRL)

.Luzes de leitura dianteira e traseira

.Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo

.Motor 1.3 Firefly Flex de 4 cilindros

.Porta-luvas iluminado

.Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)

.Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável

.Regulagem de altura manual do fecho do farol

.Repetidor lateral nos retrovisores

.Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15

.Sensor de estacionamento traseiro com visualizador gráfico

.Sistema de Controle de Emissões Evaporativas (ORVR)

- .Tomada 12V
- .Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
- .Vidros elétricos dianteiros com one touch e sensor antiesmagamento
- .Vidros elétricos traseiros com one touch e sensor antiesmagamento
- .Volante com comandos de rádio e telefone
- .Volante com regulagem de altura

ITEM	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO SEM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS	ALÍQUOTA ICMS %
02	175	R\$110.900,00	R\$19.407.500,00	X	X	12

Como a PINHEIROS VEICULOS LTDA está realizando uma operação interestadual, não houve qualquer utilização do benefício fiscal do Convênio ICMS 26/2003. Dessa forma, a participação da empresa não possui em seus lances o benefício do Convênio ICMS 26/2003 nesta operação. Logo, não está obrigada a indicar o preço onerado e o preço desonerado em sua proposta.

OBS: Declaramos que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, impostos, taxas, encargos, bem como despesas com primeiro emplacamento em nome do órgão solicitante, enfim, todos os custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, bem como as isenções concedidas por Lei. Informamos ainda que temos total conhecimento do Edital e aceitamos todas as condições contidas neste.

Prazo de validade da proposta: DE ACORDO COM O EDITAL.

Local de entrega: DE ACORDO COM O EDITAL.

Prazo de pagamento: DE ACORDO COM O EDITAL.

Prazo de entrega: DE ACORDO COM O EDITAL.

Garantia: DE ACORDO COM O EDITAL.

A garantia pode ser executada em qualquer uma das concessionárias FIAT, distribuídas por todo o território nacional. Informamos, igualmente, que os locais para assistência técnica e manutenção dos veículos bem como, as normas de garantia, estão explicitadas nos livretes assistenciais que acompanham os veículos. Tendo sido nossa proposta a vencedora, o pedido oficial e a nota de empenho, deveram ser emitidos em favor da a PINHEIRO VEICULOS LTDA, GOIANIA-GO. Fone: (62) 3523-1961, e-mail [licitacao@pinauto.com.br](mailto:licitacao@pinauto.com.br), CNPJ 01.692.763/0001-03 Inscrição Estadual: 10.173.473-5, Inscrição Municipal: 066.344-1, Data de Abertura: 26/11/1985.

Dados Bancários:

Banco Brasil Ag: 3388-x C/C: 700087-1

#### 1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.** O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

**6.** O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

**7.** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias, para o esclarecimento de eventuais dúvidas e declaramos nos submeter a todos os itens do respectivo edital.

Atenciosamente,

**LUCAS JOVE**  
**OZORIO**

Assinado de forma digital  
por LUCAS JOVE OZORIO  
Dados: 2025.05.23  
23:11:45 -03'00'

PINHEIROS VEICULOS LTDA  
CNPJ. 01.692.763/0001-03

LUCAS JOVE OZORIO  
licitacao@pinauto.com.br  
62 982349999





BEVEL BELTRÃO VEÍCULO LTDA

Fco. Beltrão Pr, dia 04/09/2025.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO- PR

**CRONOS DRIVE 1.3 FLEX 4P 2026**

Valor Total R\$ 118.480,00



#### Itens de Série

- Faróis Full LED com assinatura em LED
- Luz de rodagem diurna (DRL) em LED
- Motor 1.3 Firefly Flex de 4 cilindros
- ALOCACAO BRASIL
- OPC. LOGÃ STICO
- OPT. CONTROL 1
- Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)
- Alarme antifurto
- Alertas de limite de velocidade e manutenção programada
- Ar condicionado com filtro antipólen
- Banco do motorista com regulagem de altura
- Brake light
- Central Multimídia UCONNECT de 7" Touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segunda porta USB
- Chave canivete com Fiat Code e telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas
- Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)
- Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionadores

BEVEL BELTRÃO VEÍCULOS LTDA.



- Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos
- Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)
- Desembaçador do vidro traseiro temporizado
- Direção elétrica progressiva
- Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)
- Encostos de cabeça traseiros (laterais e central)
- ESS (Sinalização de frenagem de emergência)
- Follow me home
- Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)
- HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)
- HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD
- Iluminação do porta-malas
- iTPMS (Monitoramento de pressão dos pneus)
- Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)
- Luzes de leitura dianteira e traseira
- Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo
- Porta-luvas iluminado
- Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)
- Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável
- Regulagem de altura manual do facho do farol
- Repetidores de Seta no retrovisor
- Retrovisores externos com comando interno mecânico
- Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15
- Sensor de estacionamento traseiro com visualizador gráfico
- Sistema de Controle de Emissões Evaporativas (ORVR)
- TC (Controle de Tração)
- Tomada 12V
- Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
- Vidros elétricos dianteiros com one touch e sensor antiesmagamento
- Vidros elétricos traseiros com one touch e sensor antiesmagamento
- Volante com comandos de rádio e telefone
- Volante com regulagem de altura

## Dados Técnicos

Cilindrada total (cc) : 1.332  
 Potência máxima (cv) : 98,0 (G) a 6.000 rpm / 107,0 (E) a 6.250  
 Torque máximo (kgf.m) : 13,2 (G) a 4.250 / 13,7 (E) a 4.000 rpm  
 Altura do solo (mm) : 155  
 Capacidade do porta-malas (litros) : 525

Comprimento do veículo (mm) : 4.364  
 Entre-Eixos (mm) : 2.521  
 Largura do veículo (mm) : 1.962  
 Tanque de combustível (litros) : 47

Lucas H. Franzen (46)99900-9731

E-mail: [vendas@fiatbevel.com.br](mailto:vendas@fiatbevel.com.br)

CNPJ: 77.404.465/0001-32

BEVEL BELTRÃO VEÍCULOS LTDA

- Ar condicionado com filtro antipólen
- Banco do motorista com regulagem de altura
- Brake light
- Central Multimídia UCONNECT de 7"
- Touchscreen com Android Auto e Apple CarPlay, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segundo porta USB
- Chave inteligente com Fiat Code e sistema para abrir as portas, vidros e porta-malas
- Chave de ignição com sistema de bloqueio
- Chave de ignição com sistema de bloqueio





À PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR



## **CRONOS DRIVE 1.3 2025 /2026 – BRANCA**

**VALOR – 118.423,60**

### **Itens de Série**

Faróis Full LED com assinatura em LED

- Luz de rodagem diurna (DRL) em LED
- Motor 1.3 Firefly Flex de 4 cilindros
- ALOCACAO BRASIL
- OPC. LOGÍSTICO



•OPT. CONTROL 1

- Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)
- Alarme antifurto
- Alertas de limite de velocidade e manutenção programada
- Ar condicionado com filtro antipólen
- Banco do motorista com regulagem de altura
- Brake light
- Central Multimídia UCONNECT de 7" Touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segunda porta USB
- Chave canivete com Fiat Code e telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas
- Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)
- Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré tensionadores
- Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos
- Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)
- Desembaçador do vidro traseiro temporizado
- Direção elétrica progressiva
- Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)
- Encostos de cabeça traseiros (laterais e central)
- ESS (Sinalização de frenagem de emergência)
- Follow me home
- Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)
- HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)
- HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD
- Iluminação do porta-malas
- iTPMS (Monitoramento de pressão dos pneus)
- Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)
- Luzes de leitura dianteira e traseira
- Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo
- Porta-luvas iluminado
- Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)
- Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável
- Regulagem de altura manual do feixe do farol
- Repetidores de Seta no retrovisor





- Retrovisores externos com comando interno mecânico
- Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15
- Sensor de estacionamento traseiro com visualizador gráfico
- Sistema de Controle de Emissões Evaporativas (ORVR)
- TC (Controle de Tração)
- Tomada 12V
- Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
- Vidros elétricos dianteiros com one touch e sensor antiesmagamento
- Vidros elétricos traseiros com one touch e sensor antiesmagamento
- Volante com comandos de rádio e telefone
- Volante com regulagem de altura

- Dados Técnicos
- Cilindrada total (cc) : 1332
- Potência máxima (cv) : 98,0 (G) / 107,0 (E)
- Torque máximo (kgf.m) : 13,2 (G) / 13,7 (E)
- Altura do solo (mm) : 183
- Altura do veículo (mm): 1.515
- Capacidade Do Porta Malas : 525
- Comprimento do veículo (mm) : 4372
- Entre-Eixos (mm) : 2521
- Largura do veículo (mm) : 1962
- Tanque de combustível (litros) : 45

**OBS.: Proposta válida por 30 dias**

JONATHAN BATISTA

Consultor de Vendas - Frotista - Ducato - Governo

Telefone comercial: (46) 2101 7700 / (46) 99983-0159

E-mail: frotista.vendedor02@fipal.com.br

**77.396.810/0008-00**

**FIPAL DISTRIBUIDORA  
DE VEÍCULOS LTDA.**

AV. TUPI, 3665 CENTRO  
85.505-141 PATO BRANCO - PR







Site: [www.fipal.com.br](http://www.fipal.com.br)





## CONTRATO DE FORNECIMENTO

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025

**CONTRATANTE:** O Município de **ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **AV. BRASILIA, S/N**, inscrito no CNPJ nº **01.612.634/0001-68**, representado pelo seu prefeito municipal o Sr.(a) **AGENOR BERTONCELO**, inscrito(s) no CPF sob nº **036.793.909-63**, portador da carteira de identidade nº **1.162.395-6 SSP/PR**.

**CONTRATADO(A):** **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº **01.692.763/0001-03**, com sede no(a) **AV. T-09, 500, GOIANIA - GO**, neste ato representado por **LUCAS JOVE OZORIO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **046.741.981-78**, portador da carteira de identidade nº **5276267 PC/GO**, residente e domiciliado no(a) **Rua T-30, nº 2230, Bairro Setor Bueno, CEP 74210-060, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás**, e-mail **licitacao@pinauto.com.br** e telefone **62 98234-9999**.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **2**, (protocolo nº **221992440**) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1 OBJETO:

**Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONUS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório– PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 2 – e-Protocolo nº 22.199.244-0**

#### 2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **2**, objeto do processo administrativo nº **221992440**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial.

#### 3 FORMA DE FORNECIMENTO:

**3.1** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículo) na sede dos municípios habilitados no Estado do Paraná, nas condições e quantidades solicitadas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato de fornecimento, até esgotar as quantidades de cada lote. Quando da assinatura do contrato e para entrega o do veículo serão indicados o endereço, telefone de contato, nome do servidor e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município.

**3.2** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículos) com o tanque de combustível cheio, no endereço indicado no Anexo II.

**3.3** O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, de acordo com a habilitação de cada Município e em conformidade com o Edital. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

#### 4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

**4.1** O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A) os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do Contrato é de R\$ **110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais)**.

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

#### 5. DO REAJUSTE.

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**5.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**5.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**5.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do CONTRATANTE.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quize) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

**7.3** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**7.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do(a) CONTRATADO(A), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8 FONTE DE RECURSOS:**

**8.1** A despesa correrá à conta da dotação orçamentária **08.244.0801.2111**, rubrica de despesa **4.4.90.52.00.00**, com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado no valor de: R\$105.355,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$5.545,00**

## **9 VIGÊNCIA:**

**9.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### **10.1 São obrigações do(a) CONTRATADO(A)**

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2** São obrigações do CONTRATANTE:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao(a) CONTRATADO(A), por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do(a) CONTRATADO(A), através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo(a) CONTRATADO(A), no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o(a) CONTRATADO(A), nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) CONTRATADO(A).



## 11 FORMA DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do(a) CONTRATADO(A) em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente, junto à instituição financeiro Contratado pelo CONTRATANTE, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o(a) CONTRATADO(A) não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

**13.1** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

**13.2** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

**13.3** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) CONTRATADO(A), ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**13.4** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**13.5** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**13.6** Uma vez notificado, o(a) CONTRATADO(A) realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo(a) CONTRATADO(A) ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do(a) CONTRATADO(A), aceita pelo CONTRATANTE.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o(a) CONTRATADO(A) deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo(a) CONTRATADO(A), fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do(a) CONTRATADO(A) o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O LICITANTE e o(a) CONTRATADO(A) que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações: a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022; b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022; c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022; **14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o LICITANTE ou CONTRATADO.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

## **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao(a) CONTRATADO(A).

**15.4** O(A) CONTRATADO(A), desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o(a) CONTRATADO(A) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do(a) CONTRATADO(A) com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas pôr termo aditivo ao contrato.

**16.5** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1** O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**17.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do(a) CONTRATADO(A), se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3** Os dados tratados pelo(a) CONTRATADO(A) somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

**17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o(a) CONTRATADO(A) realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5** O(A) CONTRATADO(A), deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6** O(A) CONTRATADO(A), dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7** O eventual acesso, pelo(a) CONTRATADO(A), às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o(a) CONTRATADO(A) e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do(a) CONTRATADO(A) manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o(a) CONTRATADO(A) poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** O(A) CONTRATADO(A), responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do(a) CONTRATADO(A), envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao(a) CONTRATADO(A), bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao(a) CONTRATADO(A).

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o(a) CONTRATADO(A) providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo(a) CONTRATADO(A) durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O CONTRATANTE enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de **Quedas do Iguaçu** – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Espigão Alto do Iguaçu, 29 de agosto 2025.**

Município de **Espigão Alto do Iguaçu**

**PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome: **Paulo Suzin Braganholo**

2 – Nome: **Nelto Cela Zolet**





# Diário Oficial Eletrônico do Município de Espigão Alto do Iguaçu

141

Segunda-Feira, 01 de Setembro de 2025

Lei nº 543/2012 de 06 de Junho de 2012

Ano XIV – Edição Nº 3319

Página 1 / 002

## SUMÁRIO

Executivo.....	1
Licitações.....	1
Contratos.....	1
Legislativo.....	1
Licitações.....	1
Outros Atos.....	1

## EXECUTIVO

### LICITAÇÕES

#### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2025/PMEAI

##### EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de "kit cesta básica", através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, com recursos da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - FECAP, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.

As propostas serão recebidas das 08 horas do dia 01/09/2025 às 08h59min do dia 08/09/2025.

Data da fase de lances: 08/09/2025, das 09 horas às 15 horas.

Autorização: Agenor Bertoncello – Prefeito Municipal.

Informações sobre a dispensa: O edital poderá ser obtido na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras, disponibilizado no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), no [www.espigaaltoiguacu.pr.gov.br](http://www.espigaaltoiguacu.pr.gov.br), no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3194-0022.

Espigão Alto do Iguaçu, 29 de agosto de 2025.

ARMELINDO FLÁVIO DREHER

Secretário de Administração

## CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2025-PMEAI

##### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CGC/MF nº 01.612.634/0001-68, com sede à Avenida Brasília, nº 551, Centro, CEP 85465-000, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, e

##### CONTRATADA:

PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.692.763/0001-03, com sede na Av. T-09, nº 500, CEP 74150-300, Bairro Setor Marista, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

##### OBJETO:

Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONUS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 2 - e - Protocolo nº 22.199.244-0. VALOR: R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

PRazo DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias.

PRazo DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de agosto de 2025.

FORO: Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Espigão Alto do Iguaçu/PR, 29 de agosto de 2025.

#### EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

##### CONTRATO: 120/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.

CONTRATADA: WILLIAN WRZESINSKI & CIA LTDA - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MECÂNICAS NOVAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025.

VALOR TOTAL: R\$ 133.063,00 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL E SESENTA E TRÊS REAIS).

ASSINATURA: 29/08/2025.

VIGÊNCIA: 28/02/2026.

## LEGISLATIVO

### LICITAÇÕES

**AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**  
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PAPEL SULFITE A4, PLÁSTICOS, ENVELOPES E PASTAS, PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.**

Em cumprimento ao disposto no art. 13, da Lei nº 14.133/21, torna-se público o resultado e adjudicação da licitação em epígrafe, apresentando o(s) vencedor(es) pelo critério menor preço global por item:

GRÁFICA ALTERNATIVA LTDA-ME, CNPJ: 11.387.352/0001-68, da cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, com o valor total global de R\$ 27.351,35 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Espigão Alto do Iguaçu, 29 de agosto de 2025.

SIMONE BEZ GORIO

Presidente da Câmara Municipal

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Afigurando-me que a licitação epigrafada encontra-se regularmente desenvolvida e, estando ainda presente o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, HOMOLOGO o procedimento que se cogita.

Sigam-se os ulteriores termos.

Espigão Alto do Iguaçu, 29 de agosto de 2025.

SIMONE BEZ GORIO

Presidente da Câmara Municipal

## OUTROS ATOS

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027/2025

Súmula: Concede 01 ½ (uma e meia) diárias ao vereador, Edimir Czechoski, nos termos da Resolução 001/2012 de 26/01/2012 e da Resolução 002/2023 de 15/06/2023.

A Presidente da Câmara Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo ao requerimento protocolizado nesta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER ao Senhor, Edimir Czechoski, ocupante do cargo de vereador, CPF 541.840.101-72, nos termos da Resolução 001/2012 de 26/01/2012 e da Resolução 002/2023 de 15/06/2023, o valor de 01 ½ (uma e meia) diárias, por ocasião de sua viagem até Curitiba-PR, nos dias 31 de agosto de 2025, com retorno previsto para o dia 01 de setembro de 2025, onde estará em visita ao gabinete do dep. Est. Gugu Bueno, para tratar assuntos relacionados a liberação de Recursos Financeiros para construção de uma capela mortuária para a Comunidade Boa Vista de São Roque. Recursos para aquisição de um micro ônibus.

Parágrafo único – O veículo a ser utilizado na viagem é de propriedade particular.

Art. 2º-Este ATO DA PRESIDENTE entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogados as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 28 de agosto de 2025.

Publique-se!

Cumpra-se!

SIMONE BEZ GORIO

Presidente da Câmara

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 028/2025

Súmula: Concede 01 ½ (uma e meia) diárias ao vereador, MARCIO FURMAN, nos termos da Resolução 001/2012 de 26/01/2012 e da Resolução 002/2023 de 15/06/2023.

A Presidente da Câmara Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo ao requerimento protocolizado nesta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º-CONCEDER o Senhor, Marcio Furman, ocupante do cargo de vereador, CPF 045.669.329-74, nos termos da Resolução 001/2012 de 26/01/2012 e da Resolução 002/2023 de 15/06/2023, o valor de 01 ½ (uma e meia) diárias, por ocasião de sua viagem até Curitiba-PR, nos dias 31 de agosto de 2025, com retorno previsto para o dia 01 de setembro de 2025, onde estará em visita ao gabinete do dep. Est. Gugu Bueno, para tratar assuntos relacionados a liberação de Recursos Financeiros para construção de uma capela mortuária para a Comunidade Boa Vista de São Roque. Recursos para aquisição de um micro ônibus.

Parágrafo único – O veículo a ser utilizado na viagem é de propriedade particular.

Art. 2º-Este ATO DA PRESIDENTE entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogados as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 28 de agosto de 2025.

Publique-se!

Cumpra-se!



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. O Município de Espigão Alto do Iguaçu - Paraná - CNPJ/MF nº 01.612.634/0001-68 da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.



Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia  
Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.  
2965774575

HUNER COMERCIO E SERVICOS  
LTDA:13934031000161

Digitally signed by HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA:13934031000161  
Date: 2025.08.29 17:32:12 -03'00'

**Prefeitura Municipal de Virmond**

Estado do Paraná

CNPJ nº 05.587.622/0001-74  
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (43) 3618 1122, Cep. 85.390-000

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025-PMV

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Virmond - PR, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a Homologação, nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/21, do procedimento licitatório modalidade PREGÃO Eletrônico Nº 52/2025-PMV cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINFESTAÇÃO, DESINFESTAÇÃO E LIMPEZA DE CASAS D'ÁGUA, a Adjudicação a empresa LIMPAP DEDEZITADORA E INGENIERIZADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.895.847/0001-94, vencedora do Lote 01 e 02, com valor global de R\$ 38.886,64 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Virmond - PR, vinte e nove dias de agosto de 2025.

Fernando Mierzev  
Prefeito Municipal**Prefeitura Municipal de Virmond**

Estado do Paraná

CNPJ nº 05.587.622/0001-74  
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (43) 3618 1122, Cep. 85.390-000**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025-PMV

O Município de Virmond, Estado do Paraná, através de seu pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 312/2022 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o regime de MENOR PREÇO, POR LOTE, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, SOMBRERO CIVIL E LIMPEZA DE BANHEIRO, PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS "CANTA CANTU" E REVELLON PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE VIRMOND, conforme descrição no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025-PMV e seus anexos.

**INFORMAÇÕES:**  
- Recebimento das propostas: A partir das 10h00 do dia 01/09/2025 até às 07h59min do dia 11/09/2025.  
- Data e horário de abertura: 11/09/2025 - das 07h59min às 08h00min.  
- Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: <https://comprasbr.com.br/> "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

O edital e informações deverão ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de licitações, no site oficial da Prefeitura: <http://www.virmond.pr.gov.br/index.php>, Site da plataforma <https://comprasbr.com.br/> e no e-mail: [licitacao.virmondpr@gmail.com](mailto:licitacao.virmondpr@gmail.com).

Virmond - PR, 29 de agosto de 2025.

Fernando Mierzev  
Prefeito Municipal**Prefeitura Municipal de Virmond**

Estado do Paraná

CNPJ nº 05.587.622/0001-74  
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (43) 3618 1122, Cep. 85.390-000**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025-PMV

O Município de Virmond, Estado do Paraná, através de seu pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 312/2022 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o regime de MENOR PREÇO, POR LOTE, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPIEDADEM DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE, NA CIDADE DE CASCAVEL - PR, conforme descrição no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025-PMV e seus anexos.

**INFORMAÇÕES:**  
- Recebimento das propostas: A partir das 10h00 do dia 01/09/2025 até às 07h59min do dia 12/09/2025.  
- Data e horário de abertura: 12/09/2025 - das 07h59min às 08h00min.  
- Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: <https://comprasbr.com.br/> "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

O edital e informações deverão ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de licitações, no site oficial da Prefeitura: <http://www.virmond.pr.gov.br/index.php>, Site da plataforma <https://comprasbr.com.br/> e no e-mail: [licitacao.virmondpr@gmail.com](mailto:licitacao.virmondpr@gmail.com).

Virmond - PR, 29 de agosto de 2025.

Fernando Mierzev  
Prefeito Municipal**Prefeitura Municipal de Virmond**

Estado do Paraná

CNPJ nº 05.587.622/0001-74  
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (43) 3618 1122, Cep. 85.390-000**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025-PMV

O Município de Virmond, Estado do Paraná, através de seu pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 312/2022 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o regime de MENOR PREÇO, POR LOTE, objetivando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM, TIPO FUNÇÃO, EQUIPADO COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ELÉTRICO E ACOPLADO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, conforme descrição no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025-PMV e seus anexos.

**INFORMAÇÕES:**  
- Recebimento das propostas: A partir das 14h00 do dia 01/09/2025 até às 07h59min do dia 12/09/2025.  
- Data e horário de abertura: 12/09/2025 - das 07h59min às 08h00min.  
- Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: <https://comprasbr.com.br/> "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

O edital e informações deverão ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de licitações, no site oficial da Prefeitura: <http://www.virmond.pr.gov.br/index.php>, Site da plataforma <https://comprasbr.com.br/> e no e-mail: [licitacao.virmondpr@gmail.com](mailto:licitacao.virmondpr@gmail.com).

Virmond - PR, 29 de agosto de 2025.

Fernando Mierzev  
Prefeito Municipal**Município de Virmond**

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 05.587.622/0001-74 - Fone: (43) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

=====GABINETE DO PREFEITO=====

PORTARIA 074/2025

O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLUÇÃO**

Artigo 1º - Conceder ao Sr(a) CLEUNICE KLAKE DE ANDRADE, RG 6.023.767-0 e CPF 839.755.009-72, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Licença 90 (noventa) dias, REMUNERADA INTEGRAL, conforme Artigo 85 da Lei Municipal 327/1993, Estatuto do Servidor, por motivos particulares.  
Esta licença terá início dia 01/09/2025 e fim dia 29/11/2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, em 29 de Agosto de 2025.

FERNANDO MIERZEVA  
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2025-PMEAI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CGC/MF nº 01.612.634/0001-68, com sede à Avenida Brasília, nº 551, Centro, CEP 85465-000, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, e

CONTRATADA: PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.692.763/0001-03, com sede na Av. T-09, nº 500, CEP 74150-300, Bairro Setor Marista, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONUS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços de propoente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SPCID - Lote 2 - e Protocolo nº 22.199.244-0.

VALOR: R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 29 de agosto de 2025.

FORO: Comarca de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Espigão Alto do Iguaçu/PR, 29 de agosto de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2025/PMEAI

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI**

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de "kit cesta básica" através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, com recursos da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - FFCAP, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.

As propostas serão recebidas das 08h00 às 15h00 do dia 01/09/2025.

Data da fase de lances: 08/09/2025, das 09h00 às 15h00.

Autorização: Agente Hertoncelo - Prefeito Municipal.

Informações sobre a dispensa: O edital poderá ser obtido na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras, disponibilizado no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), no PNCIP ou na Comissão de Licitação localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito à Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3194-0022.

Espigão Alto do Iguaçu, 29 de agosto de 2025.

ARMELINDO FLAVIO DREHER

Secretário de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL**

ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Cidade 2025 - 2025

EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO: 120/2025  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ.  
CONTRATADA: WILLIAR REZENDES & CIA LTDA - ME.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MECÂNICAS NOVAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025.  
VALOR TOTAL: R\$ 133.063,00 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL E SESENTA E TRÊS REAIS).  
ASSINATURA: 29/08/2025.  
VIGÊNCIA: 28/02/2026.

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-0-0

CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661

**DECRETO Nº 116/2025.**

De 18 de agosto de 2025.

**EMENTA:** Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Porto Barreiro-PR, para o exercício financeiro de 2025.

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLUÇÃO:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2025, no valor de R\$ 1.150.155,08 (um milhão, cento e cinquenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e seis centavos).

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito adicional aberto em conformidade com artigo anterior, correrão à conta de Anulações de Dotações, conforme Relatório de Alterações Orçamentária em anexo, e que é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeito a partir da data de sua promulgação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 18 de agosto de 2025.

EMANOEL  
VANDERLEI  
VOLFF:644104129  
49Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949  
Dados: 2025.08.29 08:31:00 -03'00'EMANOEL VANDERLEI VOLFF  
Prefeito Municipal**Município de Porto Barreiro - 2025**

Relatório de alteração orçamentária por funcional programática

Licitação nº 2180 - Processo nº 116/2025 de 16/08/2025		Item	Descrição	Valor	Valor
Adjudicação: 2180 - Licitação					
Crédito adicional		Resumo de crédito adicional	Lei Desempenho anual - LGA	1.150.155,08	1.150.155,08
Suplementar		Anulação de Dotações			
<b>01 - GOVERNO MUNICIPAL</b>					
<b>01.000 - GOVERNO DO INTERIORE MUNICIPAL</b>					
01.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
01.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	01.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
<b>02.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
02.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
02.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	02.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>03 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>					
<b>03.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>					
03.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
03.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	03.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>04 - SECRETARIA DE SAÚDE</b>					
<b>04.000 - SECRETARIA DE SAÚDE</b>					
04.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
04.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	04.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>05 - SECRETARIA DE CULTURA</b>					
<b>05.000 - SECRETARIA DE CULTURA</b>					
05.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
05.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	05.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>06 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO</b>					
<b>06.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO</b>					
06.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
06.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	06.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>					
<b>07.000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA</b>					
07.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
07.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	07.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>					
<b>08.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>					
08.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
08.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	08.000.000.000.000.000.000.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO
<b>09 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS</b>					
<b>09.000 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS</b>					
09.000.000 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE ANULAÇÃO	09.000.000.000 -				

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município SAPOPEMA, população de 6.784 habitantes PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR (Exercício 2025)  
O último envio de informações desta entidade foi 28/08/2025, dados estes referentes a 7/2025

46/2025 Nº Licitação	19/08/2025 Data da Abertura	R\$116.725,67 Valor
Pregão Modalidade	451/2025 (06/08/2025) Edital da Licitação (Publicação)	Homologada Em 29/08/2025

Objeto

Pregão Eletrônico nº. 46/2025 visando a Aquisição de Veículo Sedan Conforme Convênio Nº 330/2025 SECID e o Município de Sapopema-Pr

Tipo de Avaliação	Menor Preço - Lote
Classificação do Objeto	Compras e Serviços
Regime de Execução	Compras
Natureza da Licitação	Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 05/09/2025, sua última atualização foi dia 15/09/2025, com informações referentes a 8/2025.

Propostas	Ação	Participante	Convidado	Comissão	Publicação Edital	Obras	Pagamentos	Convênio	Contrato
Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	1	Unidade	VEICULO 0KM	1	METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	115.000,00	1	115.000,00

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.

04/09/2025

FIAT CRONOS



MEU CARRO

PREÇO INICIAL	R\$ 112.490,00
COR	R\$ 0,00
OPCIONAIS	R\$ 0,00
ACESSÓRIOS	R\$ 0,00
PREÇO	R\$ 112.490,00

PAGAMENTO

PAGAMENTO A VISTA	R\$ 112.490,00
-------------------	----------------

CRONOS DRIVE 1.3 FLEX 4P 2026

COR

PRETO VULCANO R\$ 0,00

VERSÃO, MOTOR E CÂMBIO

CRONOS DRIVE 1.3 FLEX 4P 2026

ITENS DE SÉRIE

- Faróis Full LED com assinatura em LED
  - Motor 1.3 Firefly Flex de 4 cilindros
  - OPC. LOGÁSTICO
  - Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)
  - Alertas de limite de velocidade e manutenção programada
  - Banco do motorista com regulagem de altura
  - Central Multimídia UCONNECT de 7" Touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB (2) e Sistema de reconhecimento de voz; Segunda porta USB
  - Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)
  - Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos
- Desembacador do vidro traseiro temporizado
  - Drive by Wire (Controle eletrônico da aceleração)
  - ESS (Sinalização de frenagem de emergência)
  - Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)
  - HSD (High Safety Drive) - Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD
  - TPMS (Monitoramento de pressão dos pneus)
  - Luzes de leitura dianteira e traseira
  - Porta-luvas iluminado
  - Quadro de instrumentos 3,5" multifuncional com relógio digital, calendário e informações do veículo em TFT personalizável
  - Repetidores de Seta no retrovisor
  - Rodas de aço estampado 6.0 x 15" com calotas integrais + Pneus "verde" com baixa resistência a rolagem 185/60 R15
  - Sistema de Controle de Emissões Evaporativas (ORVR)
  - Tomada 12V
- Luz de rodagem diurna (DRL) em LED
  - ALOCAÇÃO BRASIL
  - OPT. CONTROL I
  - Alarme antifurto
  - Ar condicionado com filtro antipólen
  - Brake light
  - Chave canivete com Fiat Code e telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas
- Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura e pré-tensionadores
  - Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)
  - Direção elétrica progressiva
  - Encostos de cabeça traseiros (laterais e central)
  - Follow me home
  - HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina)
  - Iluminação do porta-malas
  - Lane Change (Função auxiliar para acionamento das setas indicando trocas de faixa)
  - Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo
  - Predisposição para rádio (2 alto-falantes dianteiros, 2 alto-falantes traseiros, 2 tweeters e antena)
  - Regulagem de altura manual do fecho do farol
- Retrovisores externos com comando interno mecânico
  - Sensor de estacionamento traseiro com visualizador gráfico
  - TC (Controle de Tração)
  - Travas elétricas (Travamento automático a 20 km/h, indicador de portas abertas, luz interna com temporizador e tampa do combustível)
  - Vidros elétricos traseiros com one touch e sensor antiesmagamento
  - Volante com regulagem de altura
- Vidros elétricos dianteiros com one touch e sensor antiesmagamento
  - Volante com comandos de rádio e telefone

**PINHEIRO'S VEICULOS LTDA.**  
**CNPJ N. 01.692.763/0001-03**  
**JUCEG 52200484802**

**51 Alteracao Contratual:**  
**Alteracao das quotas;**  
**Capital Social;**  
**Consolidação.**

Pelo presente instrumento de Alteracao Contratual, as partes abaixo qualificadas:

**GRAFENO HOLDING LTDA**, sociedade limitada, brasileira, inscrita no CNPJ sob o nº 45.924.064./0001-17, cujo o contrato social foi arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o número 52205565665 com sede na Avenida Mutirao, 2651, Sl 03, Setor Marista - Goiânia/GO CEP: 74.150-340, neste ato representada pôr seu administrador **BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO**, brasileiro, empresario, casado em regime de separação absoluta de bens, natural de cidade de Goiania-GO, nascido em 05/01/1994, portador da cédula de identidade 4.496.911-SSP/GO 2.via expedida em 16/08/2008 e do C.P.F. 005.273.631-89, residente e domiciliado à Rua 34 nº 90, Apto 2602 V, Quadra H 17, Lote 05/10, Edificio Gran Finestra, Setor Marista, Goiânia-Go, CEP: 74.150-220;

**GRAFENO MOBILIDADES LTDA**, sociedade limitada, brasileira, inscrita no CNPJ sob o nº 49.126.016./0001-34, cujo o contrato social foi arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o número 52205565665 com sede na Avenida Mutirao, 2651, Sl 03, Setor Marista - Goiânia/GO CEP: 74.150-340, neste ato representada pôr seu administrador **BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO**, brasileiro, empresario, casado em regime de separação absoluta de bens, natural de cidade de Goiania-GO, nascido em 05/01/1994, portador da cédula de identidade 4.496.911-SSP/GO 2.via expedida em 16/08/2008 e do C.P.F. 005.273.631-89, residente e domiciliado à Rua 34 nº 90, Apto 2602 V, Quadra H 17, Lote 05/10, Edificio Gran Finestra, Setor Marista, Goiânia-Go, CEP: 74.150-220;

Unicos socios da empresa **PINHEIRO'S VEICULOS LTDA.**, sociedade limitada, brasileira, com sede a Av. T-9 Qd. J-17 Lt. 02, n . 500, Setor Marista, Goiania-GO, CEP: 74.150-300, inscrita no CNPJ sob n. 01.692.763/0001-03 e com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goias sob n. 5220048480-2 em despacho de 26/11/1985 e 18ª alteracao contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob n. 52060631643 em despacho de 12/06/2006, resolvem de comum acordo, introduzir, nos atos constitutivos da sociedade, as seguintes alteracoes:



## CONTRATO SOCIAL

### CAPITULO I

#### DAS ALTERACOES

**Art. 1** A socia **GRAFENO HOLDING LTDA**, acima qualificada, legítima possuidora de **3.668.862** (Tres milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, e oitocentas e sessenta e duas) quotas, avaliadas a R\$ 1,00 ( Um real) cada, transfere o direito por meio deliberação para **GRAFENO MOBILIDADES LTDA**, por **3.668.862** (Tres milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, e oitocentas e sessenta e duas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada para a sócia **GRAFENO MOBILIDADES LTDA**, acima qualificado, dando plena, geral, rasa e irrevogável quitação para nada reclamar, seja a que título for, nem em juízo ou fora dele.

**Art. 2** O capital social e R\$ 22.407.918,75 (vinte dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e dezoito reais), dividido em 22.407.918 (vinte dois milhões, quatrocentas e sete mil, novecentas e dezoito) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalmente integralizadas, em moeda corrente do País, divididos entre os sócios da seguinte forma:

Socia	%	QUOTAS	VALOR em R\$
GRAFENO MOBILIDADES LTDA	100	22.407.918	22.407.918,75
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>22.407.918</b>	<b>22.407.918,75</b>

**Paragrafo unico.** A responsabilidade dos socios e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralizacao do capital social, na forma do **art. 1052 da Lei 10.406/02**. Cada quota e indivisivel e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberacoes sociais.

### CAPITULO II

#### Da Consolidacao, Denominacao, Sede, Filiais, Objeto Social e Duracao

**Art. 1** – A vista das modificacoes ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redacao:

**Art. 2** – A sociedade gira sob a denominacao social de PINHEIRO’S VEICULOS LTDA. tem como nome de fantasia PINAUTO e e uma sociedade empresaria, sob o tipo de sociedade limitada, nos termos das disposicoes contidas noCodigo Civil Brasileiro.

**Art. 3** – A sociedade tem sede na Avenida T-09 n 500 Qd. J-17 Lt. 02, Setor Marista, Goiania, Goias, CEP 74.150-300.

**Art. 4** - O objetivo da sociedade e o comercio de veiculos e automoveis novos e usados, pecas, equipamentos, acessorios, pneumaticos e camara de ar, bem como oleos e lubrificantes. Revenda de veiculos e pecas importadas. Prestacao de servicos mecanicos, eletricos,

lanternagem, funilaria e pintura, alinhamento, balanceamento, lavagem, lubrificacao, polimento, servicos de borracharia, instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores. Locacao de veiculos referenciados em automoveis, motos e caminhões. Locacao de aeronaves. Intermediacoes de negocios, financiamentos e de despachante junto ao departamento de transito. Podendo tambem fazer investimentos e participar de outras empresas como acionista ou quotista.

**Art. 5** – A sociedade possui as seguintes filiais:

Avenida Brasilia n 36 Setor Leste na Cidade de Porangatu Estado de Goias CEP: 76.550-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob n 52900504458 em 07/12/2006, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0006-18 e tem como objetivo da sociedade o comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos, comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados, atividades de intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios, outras atividades de servicos prestados principalmente as empresas, servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores, servicos de borracharia para veiculos automotores, servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores, comercio por atacado de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pneumaticos e camaras-de-ar, comercio varejista de lubrificantes, locacao de automoveis sem condutor, locacao de outros meios de transporte, sem condutor, servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores. Podendo tambem fazer investimentos e participar de outras empresas como acionistas ou quotista.

A Rua Adelino Fernandes Esquina com Rua 04 de Julho n 11 Centro Cidade de Uruacu Estado de Goias CEP: 76.400-000 registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob n 52900504466 em 07/12/2006, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0007-07 e tem como objetivo da sociedade o comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos, comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados, atividades de intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios, outras atividades de servicos prestados principalmente as empresas, servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores, servicos de borracharia para veiculos automotores, servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores, comercio por atacado de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pneumaticos e camaras-de-ar, comercio varejista de lubrificantes, locacao de automoveis sem condutor, locacao de outros meios de transporte, sem condutor, servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores. Podendo tambem fazer investimentos e participar de outras empresas como acionistas ou quotista.

Rodovia GO-060 com a Avenida Santa Rita de Cassia n 2.500 Setor Sao Jose em Sao Luis de Montes Belos Estado de Goias CEP: 76.100-000 registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob n 52900507082 em 07/02/2007, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0008-80 e tem como objetivo da sociedade comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos, comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados, atividades de intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios, outras atividades de servicos prestados principalmente as empresas, servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores, servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores, servicos de borracharia para veiculos automotores, servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores, comercio por atacado de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pneumaticos e camaras-de-ar, comercio varejista de lubrificantes, locacao de automoveis sem condutor, locacao de outros meios de transporte, sem condutor, servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores. Podendo tambem fazer investimentos e participar de outras empresas como acionistas ou quotista.

Avenida Bernardo Sayao n 474, lote 54-54B, Centro Ceres Estado de Goias, CEP: 76.300-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob n 52900524211 em 23/11/2007, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0010-02 e tem como o objetivo da sociedade comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos, comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados, atividades de intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios, outras atividades de servicos prestados principalmente as empresas, servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores, servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores, servicos de borracharia para veiculos automotores, servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores, comercio por atacado de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores, comercio a varejo de pneumaticos e camaras-de-ar, comercio varejista de lubrificantes, locacao de automoveis sem condutor, locacao de outros meios de transporte, sem condutor, servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores. Podendo tambem fazer investimentos e participar de outras empresas como acionistas ou quotista.

Avenida T-9 Qd. 78 Lts. 14/15 n 550 Goiania-Goias CEP: 74215-020 registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob o N 52900534578 em 23/04/2008, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0011-85 tem como objetivo O comercio de veiculos e automoveis novos e usados, equipamentos e acessorios.

Avenida T-15 N 59 Quadra A Lote 22 salas 51 e 59, Setor Bueno na cidade de Goiania-Go CEP: 74.230-010 registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob o n 52.9.0053769-1 em 06/06/2008, na Receita Federal sob o n 01.692.763/0012-66, tem como objetivo: Deposito fechado e o atendimento de cliente no que se refere a entrega dos produtos das vendas efetuadas pela matriz sob o CNPJ 01.692.763/0001-03 e inscricao Estadual 10.173.473-5 conforme autorizacao de prolongamento do estabelecimento fixo os quais sejam: Veiculos e automoveis novos e usados, pecas, equipamentos, acessorios, bem como exclusivamente e tao somente os produtos proprio do estoque, a revisao mecanica, eletrica, alinhamento, balanceamento, lavagem, lubrificacao, polimento, e instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores.

Rua T-52, N 38, Qd 72, Lt 13E, Setor Bueno, CEP: 74.215-220 Goiania Estado de Goias registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob o N 52.90071198-4 em 22/06/2015 , na Receita Federal sob o N 01.692.763/0015-09 e tem como objetivo social o servico de Lanternagem ,funilaria e pintura de veiculos automotores,servicos de manutencao e reparacao mecanica e eletrica, servicos de alinhamento ,balanceamento e borracharia, servico de lavagem, lubrificacao e polimento ,instalacao ,manutencao e reparacao de acessorio para veiculos automotores, comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores.

Avenida Goias, Qd 226, n 313, Setor Sul, na cidade de Goianesia, Estado de Goias CEP: 76.782-232, registrada na Junta Comercial do Estado de Goias sob o N 52.90071198-4 em 22/06/2015 , na Receita Federal sob o N 01.692.763/0016-90 e tem como objetivo social e terá como objetivo da sociedade a prestação de serviço de locação de automóveis sem condutor, atividades de intermediação de agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário

**Art. 6** – E indeterminado o prazo de duracao da sociedade, com todas as disposicoes do presente instrumento subordinadas a legislacao em vigor, tendo as suas atividades iniciadas em 26 de Novembro de 1985.

### **CAPITULO III**

#### **Do Capital Social, e da Responsabilidade.**

**Art. 7** – O capital social e R\$ 22.407.918,75 (vinte dois milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e dezoito reais), dividido em 22.407.918 (vinte dois milhões, quatrocentas e

sete mil, novecentas e dezoito) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalmente integralizadas, em moeda corrente do País, divididos entre os sócios da seguinte forma:

<b>Socia</b>	<b>%</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR em R\$</b>
GRAFENO MOBILIDADES LTDA	100	22.407.918	22.407.918,75
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>22.407.918</b>	<b>22.407.918,75</b>

**Paragrafo unico** - A responsabilidade dos socios e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralizacao do capital social, na forma do **art. 1052 da Lei 10.406/02**. Cada quota e indivisivel e confere a seu titular o direito a um voto nas deliberacoes sociais.

**Art. 8** - As quotas de capital sao indivisiveis e nao poderao ser oneradas, cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expreso consentimento de socios detentores de mais da metade do capital social, cabendo em igualdade de condicoes e de preco, o direito de preferencia aos socios que queiram adquiri-las no caso de algum quotista pretender ceder as que possuem.

**Paragrafo Primeiro** – Tratando-se de alienacao ou cessao a terceiros, nao descendentes do alienante ou cedente, a titulo gratuito, o direito de preferencia assegurando aos demais socios sera exercido pelo valor patrimonial contabil das quotas constante do ultimo balanço anual aprovado pelos socios.

**Paragrafo Segundo** – Caso qualquer quotista decida vender, ou de outra forma transferir as suas quotas da sociedade, a preferencia, entao, sera exercida pelos socios na proporcao de sua participacao no capital social.

**Paragrafo Terceiro** – O mesmo direito de prioridade estabelecido acima se aplica na transferencia dos direitos de preferencia para subscricao de quotas em aumento de capital.

**Paragrafo Quarto** – A preferencia referida nos paragrafos anteriores sera manifestada por escrito em 30 (trinta) dias da data de ciencia da oferta.

**Paragrafo Quinto** – E facultado ao socio ceder suas quotas, total ou parcialmente, a quem seja seu descendente ou socio nesta sociedade, independentemente de audiencia dos outros socios.

**Paragrafo Sexto** – O cedente das quotas responde solidariamente com o cessionario, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigacoes que tinha como socio, por um prazo de 02 (dois) anos contados a partir da data da averbacao de alteracao contratual. Art. 15 - A cessao ou transferencia de quotas, apenas surtira efeitos quanto aos socios ou a sociedade apos a averbacao da correspondente modificacao do Contrato Social.

**Art. 9** - A responsabilidade de cada um dos socios e restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralizacao do Capital Social.

**Paragrafo Unico** – Os socios respondem pelo total do Capital Social subscrito enquanto nao totalmente integralizado, ou seja, responde pelo que ja integralizou e pela soma (a sua parcela e as parcelas dos demais) a integralizar, ressaltando seu direito de regresso contra os demais socios.

## CAPITULO IV

### DA ADMINISTRACAO E DO PRO LABORE

**Art. 10** - Os negocios sociais serao geridos pela administrador nao cotista **BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO**, brasileiro, empresario, casado em regime de separação absoluta de bens, natural de cidade de Goiania-GO, nascido em 05/janeiro/1994, filho de Edmo Mendonca Pinheiro e Sonia Marques de Figueiredo Pinheiro, portador da cédula de identidade 4.496.911-SSP/GO 2.via expedida em 16/08/2008 e do C.P.F. 005.273.631-89, residente e domiciliado à Rua 34 n° 90, Apto 2602 V, Quadra H 17, Lote 05/10, Edificio Gran Finestra, Setor Marista, Goiânia-Go, CEP: 74.150-220; ao qual cabe a responsabilidade ou representacao ativa e passiva da sociedade, em juizo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, especialmente movimentar contas em bancos, emitir, aceitar e endossar titulos, inclusive cheques, assinar contratos e documentos de qualquer natureza, mas sempre no interesse da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o uso da firma em negocios alheios aos fins sociais.

**Paragrafo Unico** – A sociedade podera nomear procurador(es) com poderes gerais para o foro ou com poderes para negocios, neste caso, com prazo indeterminado, especificando os atos ou operacoes que podera praticar.

**Art. 11** - O uso da firma social compete aos socios gerentes que somente a podera usar para fins estritamente do interesse social, sendo vedado o seu emprego em qualquer operacao de favor, como avais, endossos, fiancas etc., as quais, se realizadas, nao obrigarao em hipotese alguma a sociedade.

**Paragrafo Unico** – Responde pessoalmente por obrigacoes resultantes de atos cometidos com excesso mandato o administrador que assim proceder.

**Art. 12** - Os socios e administrador terao direito a uma retirada mensal, a titulo de pro-labore, a ser fixada anualmente por consenso de socios detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

## CAPITULO V

### Do Exercicio Social, Balanco e Resultado

**Art. 13** - O exercicio social coincidira com o ano Civil e findara em 31 de Dezembro de cada ano. Ao termino de cada exercicio social, compete ao administrador elaborar inventario, balanco patrimonial e o balanco de resultado, ocasio em que devera prestar contas justificadas de sua administracao.

**Paragrafo Unico** – Os socios poderao proceder, ainda, levantamento de balanco geral intermediario, por periodo mensal, trimestral, semestral ou a qualquer outra periodicidade, sendo apurado os lucros, estes poderao ser distribuidos aos socios na razao da proporcao de cada um no capital social da sociedade.

**Art. 14** - O resultado do exercicio (lucros ou perdas) sera dividido ou suportado pelos socios na proporcao das respectivas quotas.

**Paragrafo Primeiro** – Os lucros podem nao ser, necessariamente, distribuidos, desde que os socios detentores de mais da metade do capital social deliberem neste sentido.



**Paragrafo Segundo** – As perdas nao necessitam ser suportadas pelos socios no final do exercicio, caso a maioria deles deliberem registrar o prejuizo para compensa-los com lucros de exercicios seguintes.

## **CAPITULO VI**

### **Da Retirada de Socios e do Falecimento**

**Art. 15** - No caso de socio pretender retirar-se da sociedade, devera notificar os demais, por escrito, com antecedencia de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serao reembolsados, na modalidade que se estabelece para os casos de sucessao ou interdicao.

**Art. 16** - Na hipotese de falecimento ou interdicao de socio, a sociedade nao sera dissolvida ou extinta, cabendo aos socios remanescentes determinar o levantamento de um balanço especial, na data do evento, a fim de apurar a sua expressao economica de acordo com valor de mercado.

**Paragrafo Primeiro** – Os herdeiros ou sucessores do de cujus, ou interdito deverao manifestar, ate 60 (sessenta) dias da data do balanço especial, sua disposicao de integrar a sociedade.

**Paragrafo Segundo** – Em havendo interesse de integrar a sociedade, os herdeiros ou sucessores do de cujus ou interdito assumirao, assim, os direitos e obrigacoes que lhes dizem respeito.

**Paragrafo Terceiro** – Em nao havendo interesse de integrar a sociedade, receberao todos seus haveres apurados ate o balanço especial, em ate 24 (vinte e quatro) prestacoes iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias apos sua manifestacao, acrescidas de correcao monetaria com base em indices oficiais de precos e de juros a taxa de mercado, ao ano, ambos calculados a partir da data do balanço especial.

## **CAPITULO VII**

### **Das Disposicoes Finais**

**Art. 17** - O Administrador declara, sob as penas da lei, que nao esta impedido de exercer a administracao da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenacao criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos publicos, ou por crime falimentar, de prevaricacao, peita ou suborno, concussao, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrencia, contra as relacoes de consumo, fe publica ou propriedade. (art. 1.011, § 1, CC/2002).

**Art. 18** - Os casos omissos no presente contrato serao resolvidos pelo consenso dos socios, com observancia da Lei n- 10.406/2002.

**Art. 19** - Fica eleito o foro de Goiania-GO para o exercicio e o cumprimento dos direitos e obrigacoes resultantes deste contrato.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumpri-lo, por si, herdeiros e sucessores com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG.

Goiania, 26 junho de 2024.

---

GRAFENO MOBILIDADES LTDA  
Socia  
Representante BRENO FIGUEREDO. PINHEIRO

---

GRAFENO HOLDING LTDA  
Socia Retirante  
BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO

---

BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO  
CPF nº 005.273.631-89  
Administrador/Não cotista

---

TULIO FERNANDO SILVA ALVES  
CONTADOR  
CRC 026016/O-2



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00527363189	BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO
03222369160	TULIO FERNANDO SILVA ALVES



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2024 09:14 SOB Nº 20242199550.  
PROTOCOLO: 242199550 DE 04/07/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410083430. CNPJ DA SEDE: 01692763000103.  
NIRE: 52200484802. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/06/2024.  
PINHEIRO'S VEICULOS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)



**Diretoria Comercial**

# **Contrato de Concessão**

---

**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA VENDA DE  
PRODUTOS FIAT AUTOMÓVEIS S.A.**

**I — PARTES**

I.1. — FIAT, como a seguir se denominará FIAT AUTOMÓVEIS S.A., com sede na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n.º 16.701.716/0001-56, devidamente representada na forma de seu estatuto social.

I.2. — CONCESSIONÁRIO, como doravante se designará **PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA**:x.x.x.x.x.x.x

.x

com sede na cidade de **Goiânia** .x.x.x.x.x.x.x.

.x

Estado de **Goiás** .x.x.x.x.x.x.x.x.x., à rua

**Av. Desembargador Inácio de Loyola** -

.x

n.º **500**, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes

do Ministério da Fazenda sob n.º **01.692.763/0001-03**,

por seu(s) representante(s) legal(is).

**II — PREMISSAS**

II.1. — FIAT é uma indústria de veículos automotores, com estabelecimento industrial na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, para a produção e montagem de motores, veículos e seus componentes.

II.2. — A comercialização dos veículos, e das peças de reposição, acessórios e outros artigos que ao veículo se destinem — estes de sua fabricação ou de terceiros pela FIAT previamente aprovados — todos ora genericamente designados os PRODUTOS, é feita através de empresas especializadas que aderem às "Condições Gerais" por ela prescritas e denominadas simplesmente os CONCESSIONÁRIOS.

II.3. — Os CONCESSIONÁRIOS obrigam-se, na área territorial delimitada pela FIAT no Anexo III (a ÁREA DE CONCESSÃO) a promover a revenda dos PRODUTOS ESPECIFICADOS no Anexo V, nas quantidades e condições previamente fixadas, bem como a prestar aos mesmos os serviços de assistência técnica correspondentes.

**III. — CONDIÇÕES BÁSICAS PRÉ-CONTRATUAIS**

III.1. — O CONCESSIONÁRIO, em cumprimento às condições básicas pré-contratuais acordadas pelas PARTES, organizou-se sob a forma de uma sociedade **por quotas** **resp. limitada**, cujos sócios, montante de capital social, participação percentual de cada sócio, cargos diretivos e seus titulares e instalações disponíveis, foram relacionados em formulários próprios que constituem os Anexos I e II deste instrumento.



III.2. — As alterações que o CONCESSIONÁRIO, durante a vigência da CONCESSÃO, introduzir em quaisquer dos elementos relacionados nos Anexos I e II, deverão ser previamente submetidas à aprovação da FIAT e somente efetivadas se a FIAT, por escrito, manifestar sua anuência.

III.2.1. — Realizadas as alterações aprovadas, o CONCESSIONÁRIO deve comunicar sua efetivação à FIAT, valendo-se sempre dos referidos formulários que passarão também a integrar este contrato.

#### IV — DA CONCESSÃO — OUTORGA E OBJETO

IV.1. — A FIAT outorga ao CONCESSIONÁRIO, em caráter não exclusivo, o direito de revender os PRODUTOS na ÁREA de CONCESSÃO delimitada no Anexo III, obrigando-se o CONCESSIONÁRIO, pela assinatura deste instrumento, a:

IV.1.1. — Agir de acordo com os princípios éticos de comercialização FIAT, que declara conhecer, em relação aos outros concessionários e à clientela.

IV.1.2. — Comprar, FOB — Estabelecimento Industrial de Betim, para revenda a terceiros, a quantidade mínima de produtos que for fixada de comum acordo no Plano Anual de Ação.

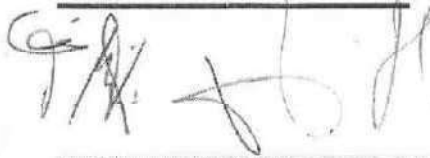
IV.1.3. — Prestar os serviços de assistência técnica para manutenção dos PRODUTOS, observando normas e diretrizes fixadas pela FIAT.

IV.1.4. — Observar, em todas as circunstâncias, as normas emanadas da FIAT, no que diz respeito à política comercial, particularmente quanto aos preços de venda ao público dos produtos objeto deste contrato, e à assistência aos clientes.

IV.2. — AO CONCESSIONÁRIO não é permitido, sem autorização escrita da FIAT, o exercício de atividades que envolvam o comércio, a promoção e assistência técnica de quaisquer produtos, principalmente similares ou concorrentes, ressalvado o comércio de veículos usados de outras marcas e recebidos em pagamento do preço de veículos produzidos pela FIAT.

IV.3. — No exercício de suas atividades o CONCESSIONÁRIO age e atua em nome próprio, por sua própria conta e sob sua exclusiva e direta responsabilidade, não implicando a CONCESSÃO na outorga de representação, mandato, comissão ou agenciamento, razão pela qual a FIAT não se transferem, nem se imputam, quaisquer efeitos dos atos praticados pelo CONCESSIONÁRIO, ainda que expressamente vinculados ou decorrentes do objeto da CONCESSÃO.

#### V — PRAZO DE DURAÇÃO



V.1. — A CONCESSÃO vigora a partir da data de assinatura deste contrato, pelo prazo de ~~5 (cinco)~~ ano, devendo, portanto, findar em ...08... de ...fevereiro... de 1.993..., salvo se as PARTES, no mínimo 90 (noventa) dias antes do termo final, concordarem em renová-la.

#### VI — ÁREA DE CONCESSÃO



VI.1. — A ÁREA DE CONCESSÃO é a compreendida dentro dos limites definidos no Anexo n.º III deste contrato e, dentro dela o CONCESSIONÁRIO exercerá, em caráter não exclusivo, as atividades objeto da CONCESSÃO.

VI.1.1. — A FIAT se reserva o direito de efetuar diretamente vendas e entregas de todos os seus PRODUTOS, mesmo dentro da ÁREA DE CONCESSÃO, a órgãos da ad-

ministração pública direta ou indireta, concessionários de serviço público, frotistas e de um modo geral a pessoas físicas e jurídicas, quando tais vendas e entregas sejam consideradas de particular interesse, a critério da própria FIAT.

VI.1.1.1. — No caso do sub-ítem anterior, a FIAT avaliará, a seu exclusivo critério e sem que implique em reconhecimento de direito, a oportunidade de abonar compensação monetária ao CONCESSIONÁRIO.

VI.1.2. — Reserva-se ainda a FIAT o direito de outorgar novas concessões para revenda dos PRODUTOS ou para a prestação de assistência técnica quando, a seu juízo exclusivo, seja compatível com a demanda na ÁREA DE CONCESSÃO.

VI.1.3. — É vedada ao CONCESSIONÁRIO toda e qualquer atividade de venda dos PRODUTOS fora da ÁREA DE CONCESSÃO.

## **VII — DO CONCESSIONÁRIO — ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

VII.1. — O CONCESSIONÁRIO — em seu(s) estabelecimento(s), dotado(s) das instalações aludidas no Anexo n.º II e às quais se obriga a ampliar se pela FIAT recomendado durante a vigência da CONCESSÃO — compromete-se a manter: a) pessoal capacitado para a comercialização dos PRODUTOS e a prestação dos serviços de assistência técnica correspondentes, bem como b) os equipamentos, maquinaria e ferramental especificados pela FIAT, de modo a satisfazer às exigências de mercado na ÁREA DE CONCESSÃO.

VII.1.1. — No(s) estabelecimento(s), o CONCESSIONÁRIO utilizará os métodos de identificação e logotipos indicados pela FIAT e reservará locais e espaços para "displays" e cartazes de procedimentos técnicos e/ou de natureza promocional.

VII.2. — A abertura e instalação — dentro ou fora da ÁREA DE CONCESSÃO — de filiais, sucursais, agências ou postos de assistência técnica, somente serão permitidas ao CONCESSIONÁRIO após prévia autorização escrita da FIAT.

VII.2.1. — As autorizações concedidas pela FIAT ficarão sempre subordinadas à permanência dos motivos determinantes, podendo ser canceladas a qualquer tempo, sem direito a indenização ou reembolso de qualquer espécie; o CONCESSIONÁRIO, beneficiário da autorização, obrigase nas filiais, sucursais, agências ou postos de serviço, a manter os mesmos padrões éticos, técnicos e administrativos que disciplinam as atividades do estabelecimento principal.

VII.3. — O CONCESSIONÁRIO se obriga a manter capital e patrimônio líquido de valor compatível com o seu volume de vendas e obrigações, observando para isso as recomendações da FIAT.

VII.4. — O CONCESSIONÁRIO adotará e manterá, durante toda a vigência da CONCESSÃO, sistema uniforme de contabilidade e de controle de movimentação do almoxarifado de peças e acessórios, segundo diretrizes indicadas pela FIAT.

VII.5. — O CONCESSIONÁRIO franqueará à FIAT seus livros, registros, controles contábeis, comerciais e técnicos, prestando aos representantes da FIAT as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

VII.6. — Independentemente do disposto no inciso VII.5. anterior, o CONCESSIONÁRIO, em formulários e nos prazos prescritos pela FIAT, fornecerá à esta, para uso próprio e confidencial, informações sobre sua situação econômica, financeira e comercial e do recolhimento tempestivo dos tributos, taxas, contribuições previdenciárias e encargos trabalhistas.

VII.7. — O CONCESSIONÁRIO permitirá e incentivará a participação de seus empregados nos cursos de instrução técnica, organizados pela FIAT para seus CONCESSIONÁRIOS, e para formação de pessoal qualificado nos diferentes setores de atividade da CONCESSÃO.

VII.8. — As vendas dos PRODUTOS são feitas para entrega "FOB-estabelecimento fabril da FIAT em Betim", e, em consequência, correm por conta do CONCESSIONÁRIO os riscos do transporte e as despesas de frete e seguro.

#### **VIII — PEDIDOS E ENTREGAS DE VEÍCULOS**

VIII.1. — O CONCESSIONÁRIO emitirá, mensalmente, em formulários próprios, os pedidos de compra dos veículos nas quantidades que permitam atingir a quota fixada de comum acordo no Plano Anual de Ação.

VIII.2. — Deverá o CONCESSIONÁRIO manter estoque de veículos novos, para pronta entrega, conforme especificado no PLANO ANUAL DE AÇÃO.

VIII.3. — Deverá, também, o CONCESSIONÁRIO dispor das unidades de demonstração, conforme especificado no PLANO ANUAL DE AÇÃO, em condições de eficiência e apresentação, que permitam amplo conhecimento e divulgação do veículo no mercado consumidor.

VIII.4. — Nenhuma indenização, compensação ou ressarcimento serão devidos ao CONCESSIONÁRIO em relação aos pedidos que não vierem a ser atendidos pela FIAT.

VIII.5. — É facultado à FIAT, a requerimento do CONCESSIONÁRIO, e se aquela julgar conveniente, reduzir a quota mensal de aquisição proporcionalmente ao número de veículos não entregues.

#### **IX — PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ACESSÓRIOS E OUTROS ARTIGOS DESTINADOS AO VEÍCULO**

IX.1. — O CONCESSIONÁRIO deve manter estoque de peças de reposição, acessórios e outros artigos destinados ao veículo que permita atender, na área de CONCESSÃO, à demanda do mercado e às exigências de prestação de serviços de assistência técnica.

IX.2. — O CONCESSIONÁRIO se obriga a adquirir direta e exclusivamente da FIAT as peças de reposição, acessórios e outros artigos que constem dos catálogos oficiais da FIAT.

IX.3. — O CONCESSIONÁRIO emitirá, em formulários próprios, os pedidos de compra das peças de reposição, acessórios e outros artigos destinados ao veículo.

IX.4. — Nenhuma indenização, compensação ou ressarcimento serão devidos ao CONCESSIONÁRIO em relação aos pedidos que não vierem a ser atendidos pela FIAT.

IX.5. — As embalagens especiais de propriedade da FIAT, deverão ser devolvidas pelo CONCESSIONÁRIO de acordo com as instruções da FIAT.

IX.6. — A FIAT garante o fornecimento de peças de reposição relativas às partes mecânicas de cada modelo do veículo, pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da data de cessação de sua produção.

IX.7. — O CONCESSIONÁRIO se obriga a não modificar as peças de reposição, acessórios e outros artigos destinados ao veículo e suas embalagens.

IX.8. — As peças usadas, fora de garantia, substituídas nos veículos e não reclamadas pelos clientes, deverão ser inutilizadas e vendidas a terceiros como sucata.

## **X — PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

X.1. — Os preços de venda dos PRODUTOS ao CONCESSIONÁRIO são fixados pela FIAT e constam da "TABELA PARA CONCESSIONARIOS", que poderá ser alterada a qualquer tempo pela FIAT, independentemente de prévia comunicação.

X.2. — Os PRODUTOS adquiridos pelo CONCESSIONÁRIO serão pagos nas condições estabelecidas pela FIAT, ao preço do dia do faturamento, indicado na Tabela a que se refere o sub-ítem precedente.

X.3. — Igualmente são tabelados os preços de venda dos PRODUTOS que o CONCESSIONÁRIO deve praticar, preços estes que poderão ser alterados a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

X.4. — O CONCESSIONÁRIO deve respeitar os preços da Tabela, sendo-lhe, portanto, vedado conceder qualquer abatimento ou desconto.

## **XI — ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA**

XI.1. — O CONCESSIONÁRIO prestará assistência técnica a todos os veículos de fabricação da FIAT, qualquer que seja sua procedência, com estrita observância às normas e instruções fornecidas pela FIAT.

XI.2. — Os veículos novos serão garantidos pela FIAT contra defeitos de fabricação, pelos prazos e nas condições estatuidas nas "Normas de Garantia" que constituem o Anexo IV deste instrumento e segundo as instruções fornecidas pela FIAT.

XI.3. — Durante o período de garantia o CONCESSIONÁRIO efetuará, gratuitamente, as revisões indicadas pela FIAT, em todos os veículos por ela fabricados, independentemente de terem sido ou não por ele vendidos.

XI.4. — As despesas decorrentes de assistência técnica — material e mão de obra — prestadas pelo CONCESSIONÁRIO a veículos sob garantia serão reembolsadas pela FIAT, de conformidade com os critérios que esta estabelecer e dos quais dará prévio e tempestivo conhecimento ao CONCESSIONÁRIO.

## **XII — PROPAGANDA E PROMOÇÃO**

XII.1. — O CONCESSIONÁRIO se obriga a observar todas as indicações fornecidas pela FIAT para a execução de sua atividade de propaganda e promoção, conforme os princípios ético-comerciais da FIAT.

XII.2. — O CONCESSIONÁRIO promoverá a venda dos PRODUTOS através de meios de divulgação e publicidade compatíveis com o volume de seus negócios e previamente submetidos à aprovação da FIAT.

XII.3. — Não é permitido ao CONCESSIONÁRIO, sem prévia autorização da FIAT, participar de exposições, feiras comerciais, concursos, competições esportivas e quaisquer outros eventos ou certames similares.

XII.4. — Não é permitido, ainda, ao CONCESSIONÁRIO, introduzir em sua denominação social ou no título de seu estabelecimento, nome ou marca "FIAT" ou, ainda, quaisquer outros nomes, marcas, insígnias, siglas, expressões, logotipos ou sinais de propaganda de propriedade da FIAT AUTOMÓVEIS S.A. ou de empresas a ela associadas ou subsidiárias no Brasil ou no exterior.

XII.5. — Deve, também, o CONCESSIONÁRIO inserir em seus impressos o emblema "FIAT", de acordo com as especificações e recomendações da FIAT.

### **XIII — MODIFICAÇÕES NOS PRODUTOS**

XIII.1. — As modificações que a FIAT decidir introduzir em seus PRODUTOS não poderão ser exigidas para as unidades já entregues, nem para as unidades objeto de pedidos em processo de execução. De sua parte, o CONCESSIONÁRIO se obriga a não modificar, em caso algum, as partes e os componentes essenciais dos PRODUTOS novos, salvo instrução expressa da FIAT.

### **XIV — DA TRANSFERÊNCIA E ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

XIV.1. — O CONCESSIONÁRIO não poderá ceder ou transferir a CONCESSÃO, no todo ou em parte, a título oneroso ou gratuito, nem permitir que dela participem terceiros sob qualquer modalidade, direta ou indiretamente, sem prévia autorização escrita da FIAT.

XIV.2. — As alterações, que pelas partes venham a ser acordadas sobre as estipulações deste contrato, constarão de termo aditivo, com numeração própria que, após datado e firmado, passará a integrá-lo para todos os efeitos de direito.

### **XV — DA RESCISÃO**

XV.1. — Rescinde-se este contrato, independentemente de prévio aviso, por infração de qualquer de suas cláusulas e, ainda, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência ou pedido de concordata do CONCESSIONÁRIO;
- b) instauração de processo de liquidação, judicial ou extrajudicial, do CONCESSIONÁRIO;
- c) inadimplemento, pelo CONCESSIONÁRIO, de suas obrigações financeiras, ou diminuição de sua capacidade de solvê-las e que, a critério da FIAT, possam prejudicar o andamento normal das atividades objeto da CONCESSÃO;
- d) suspensão, pelo CONCESSIONÁRIO, das atividades de venda ou de prestação de assistência técnica, qualquer que seja o motivo;
- e) fusão ou transformação do CONCESSIONÁRIO, incorporação, alteração na sua diretoria ou na composição do capital social, ocorridas sem o acordo por escrito da FIAT;
- f) mudança, transformação ou redução das instalações sem acordo escrito da FIAT;
- g) prática, por qualquer um dos sócios ou diretores do CONCESSIONÁRIO, de atos que atentem contra a reputação e bom nome da FIAT ou que afetem a propriedade imaterial da FIAT.





## **XVI — DOS EFEITOS DA RESCISÃO OU VENCIMENTO DO CONTRATO**

XVI.1. — Findo este contrato pela fluência de seu prazo normal de vigência, ou por força de rescisão, apuram-se os créditos e débitos recíprocos, para efeito de compensação e determinação do eventual saldo credor de uma das partes, obrigando-se o CONCESSIONÁRIO a devolver à FIAT a documentação técnica e materiais de identificação e de publicidade por ela fornecidos durante a vigência da CONCESSÃO, bem como a eliminar de seu(s) estabelecimento(s) e impressos quaisquer marcas, logotipos e nomes comerciais de propriedade da FIAT e de empresas suas coligadas, associadas ou subsidiárias, no Brasil ou no exterior.

XVI.2. — O saldo credor de que trata o sub-ítem precedente será considerado pelas partes como líquido e certo, e sujeito, portanto, à execução na forma da legislação em vigor.

XVI.3. — Findo este contrato pela fluência de seu prazo normal de vigência, ou por força de rescisão, encerram-se, igualmente, as estipulações contidas no Plano Anual de Ação, na mesma data em que ocorrer aquele evento.

## **XVII — DO FÔRO**

XVII.1. — Fica eleito o Fôro da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, com renúncia a outro por mais privilegiado que o seja, não obstante ficar facultado, à FIAT, optar pelo Fôro de domicílio do CONCESSIONÁRIO. Impresso em duas vias de igual teor e para o mesmo efeito assinado nesta cidade de Betim aos 09 dias do mês de fevereiro de 1.988, pelas partes e por duas testemunhas instrumentárias.

CONCESSIONÁRIO

FIAT AUTOMÓVEIS S.A.

TESTEMUNHAS:

**CONTRATO DE CONCESSÃO**(ITEM VI.1) - Assunto: **Área de Concessão****FIAT AUTOMÓVEIS S.A. e PINHEIRO'S VEICULOS LTDA.**

A área de concessão, atribuída sem exclusividade ao CONCESSIONÁRIO e que prevalecerá enquanto não venha a ser modificada, se localiza nas cidades de:

**Goiânia**, no Estado de Goiás e se insere dentro dos limites territoriais dos municípios de Abadia de Goiás, Americano do Brasil, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Aracu, Aragoiania, Avelinópolis, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Campestre de Goiás, Caturai, Cezarina, Crominia, Edeia, Goiânia, Goianira, Goiás, Guapo, Hidrolândia, Indiara, Inhumas, Itaberaí, Itapirapua, Itaucu, Jandaia, Leopoldo de Bulhões, Mairipotaba, Mossamedes, Professor Jamil, Santa Barbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Silvânia, Taquaral de Goiás, Terezópolis de Goiás, Trindade, Varjao e Vianópolis.

**Uruaçu**, no Estado de Goiás e se insere dentro dos limites territoriais dos municípios de Alto Horizonte, Barro Alto, Campinorte, Campos Verdes, Colinas do Sul, Guaraita, Guaraita, Guarinos, Ipiranga de Goiás, Hidrolina, Matrincha, Niqueiândia, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Santa Tereza de Goiás, São Luiz do Norte, Uirapuru por 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Anexo III datado de 08/02/2007.

**Porangatu**, no Estado de Goiás e se insere dentro dos limites territoriais dos municípios de Amaralina, Araguacú (TO), Araguapaz, Aruana, Bonópolis, Campinacú, Estrela do Norte, Farmoso, Mara Rosa, Minacu, Montividiu do Norte, Mozariândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Nova Crixas, Novo Planalto, Porangatu, Santa Terezinha de Goiás, São Miguel do Araguaia e Trombas, no Estado de Goiás, por 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Anexo III datado de 08/02/2007.

**Ceres**, no Estado de Goiás e se insere dentro dos limites territoriais dos municípios de Carmo do Rio Verde, Crixas, Faina, Goianesia, Heitorai, Itaguara, Itapaci, Itapuranga, Jaragua, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Patrício, Uruana e Vila Propício, no Estado de Goiás, por 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Anexo III datado de 08/02/2007.

A FIASA, neste ato, atribui à Concessionária os municípios de Adelândia, Amorinópolis, Arenópolis, Aurilândia, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Corrego do Ouro, Dicrama, Fazenda Nova, Firminópolis, Ipora, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Jussara, Moipora, Montes Claros de Goiás, Nazario, Novo Brasil, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Parauna, Piranhas, Sanclerlandia, Santa Fé de Goiás, São Luis de Montes Belos, São João da Paraúna e Turvania, como integrantes de sua área de concessão; atribuição essa que é feita inicialmente por 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do presente Anexo, podendo ser renovada por prazo indeterminado, na medida da obtenção da penetração de mercado da marca FIAT nessas cidades, em percentual superior a média regional da marca Fiat.

Caso não seja atingida e/ou mantida ao longo deste período a penetração de mercado acima descrita, ficará a Fiat Automóveis S/A, desde já, autorizada a buscar alternativas para obter a penetração de mercado, de imediato e independentemente de qualquer outra comunicação à PINAUTO, podendo autorizar a abertura de novas instalações de concessionária, quando lhe convier.

Neste caso a PINAUTO terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias para o encerramento das atividades da filial de São Luis de Montes Belos, contados a partir da data de notificação da FIASA, assumindo todas as despesas decorrentes de tal procedimento, não cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Na hipótese de ser mantida a filial acima, após o prazo de 24 meses, sem que tenha sido alcançado e/ou mantido o objetivo de penetração de mercado nesta ajustado, a FIASA poderá, a qualquer tempo, determinar a desativação da filial, sem prejuízo da possibilidade de nomeação de nova concessionária, acima determinado.

As modificações que venham a ser introduzidas na área de concessão especificada serão, previamente, comunicada pela FIAT ao CONCESSIONÁRIO, por carta que substituirá este Anexo para todos os efeitos de direito.

O presente anexo substitui, na íntegra e para todos os fins de direito os anteriormente assinados, ressalvadas as disposições do Anexo III assinado em 08/02/2007, que não sejam contrárias ao presente instrumento.

*Setim, 03 de novembro de 2008.*

\_\_\_\_\_  
CONCESSIONÁRIO

\_\_\_\_\_  
FIAT AUTOMÓVEIS S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome:  
C.P.F.:

Nome:  
C.P.F.:







Cartório Silva



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE GOIÂNIA - ESTADO DE GOIÁS



1º Registro Civil de Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, Tabelionato de Notas e Oficialato de Registros de Contratos Marítimos da comarca de Goiânia.

MATEUS DA SILVA / TITULAR

Livro 01210-P  
TRASLADO

Protocolo 0090986

Folhas 053

*Procuração bastante que faz PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA em favor de LUCAS JOVE OZORIO, na forma abaixo declarada:*

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração, devidamente protocolizado em 17/06/2025, sob nº. 0090986, virem que aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (17/06/2025), nesta cidade, município e comarca de Goiânia, Estado de Goiás, nesta Serventia Extrajudicial - "CARTÓRIO SILVA", com sede na Avenida 85, Quadra 231, Lotes 25/26, Setor Marista, perante mim, **Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente**, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: como outorgante **PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. **01.692.763/0001-03**, com sede à Avenida T-9, número 500, quadra J-17, lote 02, Setor Marista em Goiânia-GO neste ato representada, por seu administrador **BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO**, brasileiro, maior e capaz, nascido em 05/01/1994, natural de Goiânia/GO, filho de EDMO MENDONÇA PINHEIRO e SONIA MARQUES DE FIGUEIREDO PINHEIRO, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **05487541424/DETRAN/GO**, expedida em 20/07/2020, portador da Cédula de Identidade nº **4496911/SSP/GO**, inscrito no CPF/MF sob nº. **005.273.631-89**, residente e domiciliado à Rua T-33, número 188, apartamento 1.004-B, Edifício Special Place Privê, Setor Bueno, Goiânia-GO; *nos termos de sua 51 Alteração Contratual, datada de 26/06/2024, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, sob nº. 20242199550, em 17/07/2024 e Certidão Simplificada expedida aos 17/06/2025, às 16:20hs, alteração esta que o representante, acima descrito, declara não haver alterações posteriores ao registro supracitado, respondendo civil e criminalmente pela exatidão desta declaração, cujos documentos exibidos ficam cópias arquivadas nestas notas*; reconhecida como a própria por mim, Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela outorgante, me foi dito que nomeia e constitui seu bastante procurador: **LUCAS JOVE OZORIO**, brasileiro, maior e capaz, nascido em 27/05/1994, natural de Goiânia/GO, filho de JOSE HENRIQUE BRAGA OZORIO e RENATA JACARANDA JOVE BRAGA OZORIO, solteiro, executivo de vendas, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **05565673774/DETRAN/GO**, inscrito no CPF/MF sob nº. **046.741.981-78**, residente e domiciliado à Rua T-30, nº 2230, Setor Bueno, Goiânia-GO; ao qual confere poderes: para participar de concorrências e licitações públicas ou particulares onde for necessário, podendo concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, podendo assinar as mesmas, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, promover cadastros, fazer novas propostas, rebaixas e descontos, prestar cauções e levantá-las, transigir, prestar informações, solicitar cancelamentos, manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor recursos, oferecer lances de preços, assinar quaisquer documentos, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da

Página 1

Selo digital 00062506110172323490136 consulte em <https://se.tjgo.jus.br/buscas>

Continua na Página 2 (Verso)

Avenida 85, Lt 25/26 - Qd. 231 - N° 2451 - Setor Marista - Cep 74160-010 - Goiânia - GO

Fone: (62) 3926-0300 / (62) 3928-0300 ☎ (62) 98316-8586 - [www.cartoriosilvagoiania.com.br](http://www.cartoriosilvagoiania.com.br) - [sac@cartoriosilvagoiania.com.br](mailto:sac@cartoriosilvagoiania.com.br)

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESSE DOCUMENTO.

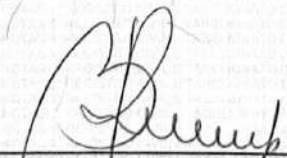
011935



outorgante e suas filiais e tudo mais que for lícito e necessário. Podendo substabelecer e praticar finalmente, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. Pela Outorgante, foi-me dito, ainda, que a presente outorga tem validade de (1) um ano, expirando, então, o presente mandato. **POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS:** As partes declaram, ainda, que concordam com o tratamento e backup (armazenamento seguro) de seus dados pessoais para finalidade específica da Lei 13.709/18 – LGPD, cientes de que o presente instrumento poderá ser reproduzido a pedido de qualquer interessado independente de autorização expressa das partes, bem como demonstração de dados, ambos dentro do limite legal, por se tratar de instrumento público nos termos do Artigo 16 da Lei 6.015/73. Cientes e anuindo, igualmente, com nossa política de privacidade e termo de consentimento que podem ser integralmente acessados pelo site: [www.cartoriosilvagoiania.com.br/lgpd](http://www.cartoriosilvagoiania.com.br/lgpd). **Os dados e elementos contidos neste instrumento foram fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como, por qualquer incorreção, isentando assim, estas Notas de quaisquer responsabilidades.** Pela outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Foram dispensadas as testemunhas de acordo com o que permite o artigo 215, parágrafo 5º, da Lei 10.406, Código Civil Brasileiro. Eu, (a.), Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente, que a digitei. Eu, (a.), Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente, que conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos: R\$71,04; Taxa Judiciária: R\$19,17; Fundos Estaduais: R\$17,22, ISS: R\$3,55. I – 10% para o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FUNDESP/PJ, instituído pela Lei estadual nº 12.986, de 31 de dezembro de 1996; R\$ 7,104; II – 3% para o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional do Ministério Público do Estado de Goiás – FUNEMP/GO; R\$ 2,131; 6% para o Fundo de Compensação dos Atos Gratuitos Praticados pelos Notários e Registradores e de Complementação da Receita Mínima das Serventias Deficitárias – FUNCOMP; R\$ 4,262; IV – 2% para o Fundo Especial de Pagamento dos Advogados Dativos e do Sistema de Acesso à Justiça; R\$ 1,420; V - 2% para o Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado – FUNPROGE; R\$ 1,420; VI - 1,25% para o Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Defensoria Pública do Estado – FUNDEPEG. R\$ 0,888 SELO Nº 00062506110172323490136. Goiânia-GO, 17 de junho de 2025. (aa.) PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA, BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO, Administrador da Outorgante. Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Bea, Beatriz Rodrigues da Silva, Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº Bea da Verdade.

Goiânia-GO, 17 de junho de 2025.

  
Beatriz Rodrigues da Silva  
Escrevente



Poder Judiciário Estado de Goiás  
Selo Eletrônico de Fiscalização  
00062506110172323490136  
consulte esse selo em  
<https://see.tjgo.jus.br/buscas>





**ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO Nº. 13764/2025**

**VALIDADE ATÉ: 07/07/2026**

Gerado em: **09/07/2025 09:10:26**

Pedido: 122222

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Economia Criativa - SEDEC concede o presente Alvará de Localização e Funcionamento a este estabelecimento de acordo com as características essenciais do pedido: 122222, exarado no requerimento preenchido sob responsabilidade do contribuinte, termo de fiscalização anexo aos autos e análise de comprovação do cumprimento das exigências.

Em cumprimento à Lei Complementar Nº 368, de 15 de dezembro de 2023, de Goiânia, que versa sobre o Código de Posturas do Município, no art. 87.

**Razão Social** PINHEIROS VEICULOS LTDA

**Nome**

PINAUTO

**Fantasia**

**CPF/CNPJ** 01692763000103

**Inscrição Municipal** 663441

**Endereço** AV T9 N. 500 QD- J 17 LT- 1/4 SET MARISTA

**Atividade(s)** Comercial, Prestacional, **Inscrição Cadastro Imobiliário** 30208500440001





**CNAE(s)** 749010400 - Atividades de intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios  
451110100 - Comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos  
451110200 - Comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados  
453070300 - Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores  
453070500 - Comercio a varejo de pneumaticos e camaras-de-ar  
453070100 - Comercio por atacado de pecas e acessorios novos para veiculos automotores  
473260000 - Comercio varejista de lubrificantes  
451110101 - Concessionarias autorizadas de veiculos  
771950200 - Locacao de aeronaves sem tripulacao (Escritório)  
771100000 - Locacao de automoveis sem condutor (Escritório)  
771959900 - Locacao de outros meios de transporte nao especificados anteriormente, sem condutor  
829979900 - Outras atividades de servicos prestados principalmente as empresas nao especificadas anteriormente  
452000400 - Servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores  
452000600 - Servicos de borracharia para veiculos automotores  
452000700 - Servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores  
452000200 - Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores (Escritório)  
452000500 - Servicos de lavagem, lubrificacao e polimento de veiculos automotores (Escritório)  
452000300 - Servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores  
452000100 - Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores

Área Total Ocupada para Atividade (em m²): 3964.85|

Parâmetros Urbanísticos (Lei Complementar nº: 10.845 de 04/11/2022 e Instrução Normativa/SEPLANH Nº 08 de 01/10/2023):

Área de Carga e Descarga: 400 m²

Quantidade de Vagas de Estacionamento: 7 vagas.

Documentos Exigidos para Validade desta declaração, conforme informação do documento de Uso do Solo:

- Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros nº: 24821114443;

- Licença Ambiental nº: 026R/2022;

- Protocolo Licença Ambiental nº: 39030934;

Observações Importantes para a Validade desta Declaração:

Fica condicionado ao atendimento às regras previstas em Leis Municipais concernentes à acessibilidade e uso adequado aos portadores de deficiência (Lei Complementar nº: 368/2023, art. 94).

Os documentos elencados acima deverão estar dentro do prazo de validade, sendo que a não renovação acarretará na nulidade deste Alvará, **além de que devem ser mantidos no estabelecimento.**

A taxa do exercício anual da atividade (Taxa de Licença de localização e funcionamento), deverá estar paga, conforme (Art. 86, § 1º da LC nº. 368/2023).

Este Alvará deverá permanecer no estabelecimento em local visível e terá validade de 1 ano a partir da data de emissão, desde que não ocorra mudança de ramo e alterações nas características essenciais que compõem este documento. (Lei Complementar nº. 368/2023, art. 86 §11 e 93, §1º).

SAHRA AMERSUR DO VALE

FERNANDO ANTONIO RIBEIRO PETERNELLA

Código de Verificação: Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://www10.goiania.go.gov.br/CadastroWeb/Validacao.aspx> com o código de verificação:  
R5m1q9W5



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 01.692.763/0001-03 DUNS®: 951950898  
Razão Social: PINHEIRO S VEICULOS LTDA  
Nome Fantasia: PINAUTO  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 22/10/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta (Dados obtidos do histórico)

**Níveis cadastrados:**

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

**I - Credenciamento****II - Habilitação Jurídica****III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/01/2026	Automática
FGTS	Validade:	20/12/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	31/01/2026	Automática

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/09/2025 (*)
Receita Municipal	Validade:	29/09/2025 (*)

**V - Qualificação Técnica****VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 30/06/2026

			
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.692.763/0001-03</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA <b>26/11/1985</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>PINHEIRO S VEICULOS LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PINAUTO</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados</b> <b>45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores</b> <b>45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores</b> <b>45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores</b> <b>45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores</b> <b>45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores</b> <b>45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores</b> <b>45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores</b> <b>45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores</b> <b>45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores</b> <b>45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar</b> <b>47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b> <b>77.19-5-02 - Locação de aeronaves sem tripulação</b> <b>74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários</b> <b>82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente</b> <b>77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV T-09</b>		NÚMERO <b>500</b>	COMPLEMENTO <b>QD. J-17 LT-02</b>
CEP <b>74.150-300</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SETOR MARISTA</b>	MUNICÍPIO <b>GOIANIA</b>	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CTB3@PINAUTO.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(62) 3523-1993/ (62) 9994-2123</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/11/2025** às **11:23:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Secretaria da Economia do Estado de Goiás

Consulta Pública ao Cadastro de Contribuintes

<b>CNPJ</b> 01.692.763/0001-03	<b>Inscrição Estadual</b> 10.173.473-5	<b>Cadastro Atualizado em</b> 17/07/2024 09:21:41
-----------------------------------	---	--

**Nome Empresarial**  
PINHEIRO S VEICULOS LTDA

**Contribuinte?**  
Sim

**Endereço Estabelecimento**  
AVENIDA T 9, nº 500, QD. J-17 LT-02, SETOR MARISTA - GOIANIA GO, CEP: 74.150-300

**Atividade Econômica**

**Atividade Principal**  
4511101 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

**Atividade Secundária**  
4530703 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores  
4530701 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores  
4530705 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar  
4732600 - Comércio varejista de lubrificantes  
4511102 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados  
4520003 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores  
4520004 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores  
4520005 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores  
4520006 - Serviços de borracharia para veículos automotores  
4520007 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores  
4520002 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores  
4520001 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores  
8299799 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente  
7719599 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor  
7719502 - Locação de aeronaves sem tripulação  
7711000 - Locação de automóveis sem condutor  
7490104 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

**Informações Complementares**

**Unidade Auxiliar:**  
UNIDADE PRODUTIVA

**Condição de Uso:**  
---

**Data Final de Contrato:**  
---

**Regime de Apuração:**  
Normal

**Situação Cadastral Vigente:**  
Ativo - HABILITADO

**Data desta Situação Cadastral:**  
29/12/2008

**Data de Cadastramento:**  
22/12/1986

**Operações com NF-E:**

Habilitado

**Observações**

- Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo FISCO.
- A data da situação cadastral refere-se à data da última atualização dessa situação.

**Data da Consulta**  
24/11/2025 11:33:30



Nota de esclarecimento ao contribuinte

**Secretaria de Finanças**  
**Cadastro de Atividade Econômica - CAE**  
**Consulta Situação do Contribuinte**

Nº Inscrição Municipal	<b>0663441</b>
C.N.P.J. / C.P.F.	<b>01.692.763/0001-03</b>
Razão Social	<b>PINHEIROS VEICULOS LTDA</b>
Natureza Jurídica	<b>SOCIEDADE EMP. LIMITADA</b>
Data de Abertura	<b>02/07/1986</b>
Data Deferimento da Inscrição	<b>14/03/1988</b>
Situação	<b>ATIVO</b>
Situação da Estimativa	<b>ESTIMATIVA ATO3</b>
Simples Nacional	<b>NAO</b>
Substituto Tributário	<b>SIM</b>
Escrita Contábil	<b>SIM</b>
Isento/Imune	<b>NAO</b>

[Voltar](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 01.692.763/0001-03  
**Razão Social:** PINHEIRO S VEICULOS LTDA  
**Endereço:** AV T 9 500 QD. J-17 LT-0 / SETOR MARISTA / GOIANIA / GO / 74150-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/12/2025 a 27/01/2026

**Certificação Número:** 2025122902400108049633

Informação obtida em 09/01/2026 10:48:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PINHEIRO S VEICULOS LTDA**  
**CNPJ: 01.692.763/0001-03**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:52:05 do dia 19/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2026.

Código de controle da certidão: **F191.9DCE.8F94.2D25**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: Nº 59261929**

**IDENTIFICAÇÃO:**

---

**NOME:**

**PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

**CNPJ**

**01.692.763/0001-03**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

---

**NAO CONSTA DEBITO**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

---

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**SEGURANÇA:**

---

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.473.984.551**

**EMITIDA VIA INTERNET**

---

**SGTI-SEFAZ:**

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 9 JANEIRO DE 2026**

**HORA: 10:51:17:8**



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

177

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 038556219-86**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **01.692.763/0001-03**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 03/04/2026 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL  
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA  
PESSOA JURÍDICA  
NÚMERO DA CERTIDÃO: 1.097.407-2**

Prazo de Validade: até 31/01/2026

CNPJ: 01.692.763/0001-03

**Certifica-se** que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 3 DE NOVEMBRO DE 2025

**ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PINHEIRO S VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.692.763/0001-03

Certidão nº: 71484348/2025

Expedição: 24/11/2025, às 11:47:06

Validade: 23/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PINHEIRO S VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.692.763/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### CERTIDÃO

**EMPREGADOR:** PINHEIRO S VEICULOS LTDA

**CNPJ:** 01.692.763/0001-03

**CERTIDÃO EMITIDA** em 24/11/2025, às 11:41:02

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 21/11/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **SUPERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **fYZxka0183pervb**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 21/11/2025. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 21/11/2025 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 4º da Portaria MTE nº 547 de 11 de abril de 2025. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).
8. Esta certidão foi emitida em 24/11/2025 e tem prazo de validade de 30 dias.





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

CPF/CNPJ: **01.692.763/0001-03**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:39:08 do dia 24/11/2025 , com validade até o dia 24/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: OZ78lhB1lUr75cBdRKRN

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.3.3

## RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

## IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 52200484802	CNPJ 01.692.763/0001-03	
NOME EMPRESARIAL PINHEIROS VEICULOS LTDA		

## IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 186
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D	
ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)	

## ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	03222369160	TULIO FERNANDO SILVA ALVES: 03222369160	612938118515789824 9	31/10/2024 a 31/10/2025	Não
Procurador	02324744198	LUANA RODRIGUES MARTINS:02324744198	332313318781844133 4	11/07/2024 a 11/07/2025	Sim

## NÚMERO DO RECIBO:

10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.  
22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/06/2025 às 17:22:21

4D.D4.E2.E7.4E.3E.BF.E5  
7E.75.98.34.9C.3E.0A.03

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024

CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

## Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
CONTAS DE RESULTADOS		R\$ 17.076.397,12	R\$ 16.041.969,23
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 348.758.878,70	R\$ 453.393.244,14
VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ 348.758.878,70	R\$ 453.393.244,14
VEICULOS NOVOS		R\$ 243.477.407,63	R\$ 306.205.395,99
VEICULOS SEMINOVOS		R\$ 46.402.151,97	R\$ 73.898.383,91
VENDAS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PRODUTOS DIVERSOS		R\$ 42.697.458,52	R\$ 54.740.497,19
VENDA SERVIÇOS		R\$ 7.699.108,33	R\$ 8.876.880,88
COMISSÕES RECEBIDAS		R\$ 8.482.752,25	R\$ 9.672.086,17
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS		R\$ (8.158.365,51)	R\$ (10.901.796,83)
(-) IMPOSTOS S/ VEICULOS NOVOS		R\$ 775.584,45	R\$ (138.759,86)
(-) ICMS VEICULOS NOVOS		R\$ 775.584,45	R\$ (138.759,86)
(-) IMPOSTOS S/ VEICULOS SEMINOVOS		R\$ (514.476,62)	R\$ (803.774,61)
(-) ICMS SEMINOVOS		R\$ (394.418,60)	R\$ (684.051,34)
(-) PIS SEMINOVOS		R\$ (21.380,55)	R\$ (21.320,66)
(-) COFINS SEMINOVOS		R\$ (98.677,47)	R\$ (98.402,61)
(-) IMPOSTOS S/ PEÇAS E ACESSÓRIOS		R\$ (6.831.139,84)	R\$ (8.062.260,18)
(-) ICMS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (6.349.086,72)	R\$ (7.489.185,76)
(-) PIS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (86.039,65)	R\$ (102.196,82)
(-) COFINS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (396.013,47)	R\$ (470.877,60)
(-) IMPOSTOS S/ SERVIÇOS		R\$ (1.014.412,65)	R\$ (1.169.260,48)
(-) ISS SERVIÇOS		R\$ (329.252,05)	R\$ (372.559,05)
(-) PIS SERVIÇOS		R\$ (122.230,11)	R\$ (142.237,25)
(-) COFINS SERVIÇOS		R\$ (562.930,49)	R\$ (654.464,18)
(-) IMPOSTOS S/ COMISSÕES RECEBIDAS		R\$ (573.920,85)	R\$ (727.741,70)
(-) ISS COMISSÕES		R\$ (382.214,37)	R\$ (447.418,49)
(-) PIS COMISSÕES		R\$ (34.196,27)	R\$ (50.003,41)
(-) COFINS COMISSÕES		R\$ (157.510,21)	R\$ (230.319,80)
(-) CUSTOS OPERACIONAIS		R\$ (293.405.308,26)	R\$ (385.164.096,79)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ (293.405.308,26)	R\$ (385.164.096,79)
(-) CUSTOS VEICULOS NOVOS		R\$ (222.158.488,85)	R\$ (276.983.376,37)
(-) CUSTOS VEICULOS SEMINOVOS		R\$ (43.660.977,33)	R\$ (73.556.674,94)
(-) CUSTOS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PRODUTOS DIVERSOS		R\$ (25.530.335,96)	R\$ (32.557.258,56)
(-) CUSTOS SERVIÇOS		R\$ (1.464.589,06)	R\$ (1.524.341,97)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 3

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024

CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

## Balanco / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CUSTOS COM PESSOAL E ENCARGOS		R\$ (49.258,93)	R\$ (12.075,08)
(-) PROVISÕES		R\$ (541.658,13)	R\$ (530.369,87)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (32.849.886,51)	R\$ (38.633.453,09)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (3.692.974,13)	R\$ (5.424.791,50)
(-) COMISSÕES SOBRE VENDAS		R\$ (1.920.251,02)	R\$ (2.657.306,51)
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R\$ (538.129,13)	R\$ (1.311.955,69)
(-) CONSUMO INTERNO (NTI)		R\$ (528.500,80)	R\$ (458.434,44)
(-) PUBLICIDADE E MARKETING		R\$ (706.093,18)	R\$ (997.094,86)
(-) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS		R\$ (13.008.105,90)	R\$ (14.374.862,28)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (7.157.190,63)	R\$ (7.660.367,66)
(-) PROVISÕES		R\$ (2.156.459,57)	R\$ (2.520.816,87)
(-) ENCARGOS COM PESSOAL		R\$ (2.607.516,53)	R\$ (2.989.669,89)
(-) BENEFÍCIOS		R\$ (1.046.751,17)	R\$ (1.163.801,86)
(-) PRO LABORE		R\$ (40.188,00)	R\$ (40.206,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		R\$ (16.148.806,48)	R\$ (18.833.799,31)
(-) SEGUROS DIVERSOS		R\$ (225.674,83)	R\$ (353.663,86)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (3.187.466,33)	R\$ (3.660.739,39)
(-) ALUGUEIS, LOCAÇÃO E LEASING		R\$ (1.719.083,16)	R\$ (1.948.727,85)
(-) DESPESAS COM COMUNICAÇÃO		R\$ (303.665,03)	R\$ (359.910,56)
(-) DESPESAS COM MANUTENÇÃO		R\$ (1.506.765,68)	R\$ (1.257.100,90)
(-) DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (3.015.510,01)	R\$ (3.005.693,14)
(-) DESPESAS COM MATERIAIS DE CONSUMO		R\$ (154.906,53)	R\$ (328.089,27)
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE		R\$ (118.018,61)	R\$ (113.182,93)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.021.133,68)	R\$ (3.456.576,65)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.974.839,17)	R\$ (3.241.899,53)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (921.743,45)	R\$ (1.108.215,23)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		R\$ 11.128.552,61	R\$ 11.749.399,62
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 4.760.414,51	R\$ 5.193.480,50
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 4.760.414,51	R\$ 5.193.480,50
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (238.819,31)	R\$ (660.016,82)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (238.819,31)	R\$ (660.016,82)
GANHOS E PERDAS DE CAPITAL		R\$ 6.606.957,41	R\$ 7.215.935,94
GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS		R\$ 4.936.354,93	R\$ 6.316.833,79
GANHOS E PERDAS DO IMOBILIZADO		R\$ 1.670.602,48	R\$ 899.102,15

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 2 de 3

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

## Balanco / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		R\$ (3.639.319,41)	R\$ (4.016.632,37)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1.135.380,88	R\$ 941.199,45
RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 96.120,89	R\$ 261.682,43
RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS		R\$ 1.039.259,99	R\$ 679.517,02
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (4.774.700,29)	R\$ (4.957.831,82)
(-) TRIBUTOS S/ RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (963.165,66)	R\$ (684.911,62)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS DIVERSAS		R\$ (3.811.534,63)	R\$ (4.272.920,20)
(-) PROVISÕES		R\$ (4.758.154,50)	R\$ (10.384.695,45)
(-) PROVISÕES		R\$ (4.758.154,50)	R\$ (10.384.695,45)
(-) PROVISAO P/ IRPJ E CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ (4.697.442,32)	R\$ (8.507.493,64)
(-) PROVISÕES		R\$ (60.712,18)	R\$ (1.877.201,81)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 3 de 3



## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>A T I V O</b>		R\$ 100.861.014,84	R\$ 110.861.094,98
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 55.705.084,23	R\$ 61.244.662,73
DISPONIBILIDADES		R\$ 2.082.410,44	R\$ 1.316.884,36
CAIXA		R\$ 320.078,02	R\$ 403.220,12
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 1.706.089,85	R\$ 555.099,81
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 56.242,57	R\$ 358.564,43
VALOR A RECEBER A CURTO PRAZO		R\$ 26.992.494,84	R\$ 20.040.979,28
FINANCIAMENTO DAS VENDAS		R\$ 8.905.035,53	R\$ 5.804.866,70
(-) (-) CREDITOS DE BANCOS A CLASSIFICAR		R\$ (123.228,61)	R\$ (2.408.731,82)
OUTROS VALORES A RECEBER		R\$ 11.984.827,63	R\$ 9.343.332,06
CONTAS VINCULADAS COM A FÁBRICA		R\$ 75.649,38	R\$ 233.432,72
ADIANTAMENTOS		R\$ 4.089.011,40	R\$ 5.270.648,12
ADIANTAMENTO A SÓCIOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 2.061.199,51	R\$ 1.797.431,50
ESTOQUES		R\$ 26.630.178,95	R\$ 34.386.799,09
ESTOQUES VEÍCULOS NOVOS		R\$ 16.054.904,85	R\$ 24.716.045,54
VEÍCULOS SEMI NOVOS		R\$ 4.841.465,47	R\$ 3.172.978,65
ESTOQUES PEÇAS, ACESSÓRIOS E PROD DIVERSOS		R\$ 5.379.119,87	R\$ 6.270.661,69
ESTOQUE PARA CONSUMO		R\$ 0,00	R\$ 4.778,99
( - ) AJUSTE AO VALOR REALIZAVEL		R\$ 0,00	R\$ (376.818,91)
ESTOQUES EM PODER DE TERCEIROS		R\$ 354.688,76	R\$ 599.153,13
CONTA CORRENTE COLIGADAS E CONTROLADAS		R\$ 0,00	R\$ 5.500.000,00
CONTA CORRENTE COLIGADAS E CONTROLADAS		R\$ 0,00	R\$ 5.500.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 39.021.007,60	R\$ 47.429.413,62
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 7.610.053,23	R\$ 11.398.827,19
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 2.307.642,55	R\$ 2.183.244,23
CAUSAS TRABALHISTAS		R\$ 26.330,58	R\$ 26.330,58
BLOQUEIOS JUDICIAIS BANCO C MOVIMENTO		R\$ 27.219,27	R\$ 33.722,00
OUTROS DIREITOS		R\$ 5.244.447,73	R\$ 8.344.112,16
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 4.413,10	R\$ 811.418,22

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 3

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
INVESTIMENTOS		R\$ 13.832.506,90	R\$ 20.251.341,56
PARTICIPAÇÕES SCP FUNDÃO FIAT		R\$ 10.508.447,63	R\$ 20.540.399,01
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 3.324.059,27	R\$ (289.057,45)
IMOBILIZADO		R\$ 17.575.499,92	R\$ 15.776.297,32
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS TANGÍVEIS		R\$ 25.549.420,02	R\$ 28.303.199,72
(-) ( - ) DEPREC ACUM DE IMOB TÉC TANGÍVEIS		R\$ (14.902.171,19)	R\$ (15.801.228,80)
IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO		R\$ 2.286.826,26	R\$ 0,00
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R\$ 4.641.424,83	R\$ 3.274.326,40
INTANGÍVEL		R\$ 2.947,55	R\$ 2.947,55
IMOBILIZACOES TECNICAS INTANGIVEIS		R\$ 120.508,99	R\$ 120.508,99
(-) ( - ) DEPREC ACUM DE IMOB TÉC INTANGÍVEIS		R\$ (117.561,44)	R\$ (117.561,44)
ATIVO COMPENSADO		R\$ 6.134.923,01	R\$ 2.187.018,63
CONTAS DE COMPENSACAO		R\$ 6.134.923,01	R\$ 2.187.018,63
DEMONSTRACAO		R\$ 4.589.519,75	R\$ 1.800.918,30
BONIFICAÇÃO COMERCIAL FÁBRICA		R\$ 1.545.403,26	R\$ 386.100,33
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS ATIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
P A S S I V O		R\$ 100.861.014,84	R\$ 110.861.094,98
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 49.291.066,08	R\$ 61.052.473,63
OBRIGACOES A PAGAR		R\$ 43.523.936,91	R\$ 54.756.152,15
FORNECEDOR FÁBRICA		R\$ 0,00	R\$ 9.583.774,04
FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 2.887.947,85	R\$ 9.477.024,50
CREDITOS DE CLIENTES		R\$ 6.632.507,88	R\$ 3.220.869,88
EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO		R\$ 34.003.481,18	R\$ 32.474.483,73
OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR		R\$ 1.234.986,03	R\$ 1.279.566,17
ORDENADOS E OUTRAS REMUNERACOES		R\$ 757.003,25	R\$ 766.162,78
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 477.982,78	R\$ 513.403,39
OBRIGACOES FISCAIS A PAGAR		R\$ 1.086.525,31	R\$ 1.002.181,71
IMPOSTOS S/VENDAS		R\$ 1.086.525,31	R\$ 1.002.181,71
OUTRAS EXIGIBILIDADES		R\$ 3.445.617,83	R\$ 4.014.573,60

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 2 de 3

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 186

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PROVISÕES		R\$ 1.303.240,34	R\$ 1.505.780,57
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 280,00
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER		R\$ 277.742,69	R\$ 276.646,98
PASSIVO DE ARRENDAMENTO		R\$ 1.864.634,80	R\$ 2.231.866,05
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 5.913.913,91	R\$ 4.725.831,40
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 5.913.913,91	R\$ 4.725.831,40
INSTITUICOES FINANCEIRAS		R\$ 562.600,46	R\$ 0,00
PROVISÕES PASSIVOS CONTINGENTES		R\$ 1.607.244,37	R\$ 3.273.700,05
PASSIVO DE ARRENDAMENTO		R\$ 3.129.982,56	R\$ 1.219.270,51
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 614.086,52	R\$ 232.860,84
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 39.521.111,84	R\$ 42.869.271,32
CAPITAL SOCIAL		R\$ 22.407.918,75	R\$ 22.407.918,75
CAPITAL SOCIAL REGISTRADO		R\$ 22.407.918,75	R\$ 22.407.918,75
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS		R\$ 14.652.268,70	R\$ 14.652.268,70
INCENTIVOS FISCAIS		R\$ 14.652.268,70	R\$ 14.652.268,70
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS ( APENAS LTDA )		R\$ 2.419.690,36	R\$ 5.767.849,84
LUCROS ACUMULADOS ( RES CFC 1159/09 )		R\$ 33.663.712,61	R\$ 36.837.695,70
(-) ( - ) PREJUIZOS ACUMULADOS ( RES CFC 1159/09 )		R\$ (31.244.022,25)	R\$ (31.069.845,86)
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R\$ 41.234,03	R\$ 41.234,03
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R\$ 41.234,03	R\$ 41.234,03
PASSIVO COMPENSADO		R\$ 6.134.923,01	R\$ 2.213.518,63
CONTAS DE COMPENSACAO		R\$ 6.134.923,01	R\$ 2.213.518,63
DEMONSTRACAO DE MERCADORIAS		R\$ 4.589.519,75	R\$ 1.800.918,30
BONIFICAÇÃO COMERCIAL FÁBRICA		R\$ 1.545.403,26	R\$ 412.600,33
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES PASSIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS PASSIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 3 de 3

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA  
 Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 01.692.763/0001-03  
 Número de Ordem do Livro: 186

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	PINHEIROS VEICULOS LTDA
NIRE	52200484802
CNPJ	01.692.763/0001-03
Número de Ordem	186
Natureza do Livro	Diário Geral
Município	GOIANIA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	31/12/2024
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	2191230

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	PINHEIROS VEICULOS LTDA
Natureza do Livro	Diário Geral
Número de ordem	186
Quantidade total de linhas do arquivo digital	2191230
Data de início	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 10.C5.AC.3B.8D.C6.DB.B5.06.09.7C.22.50.8E.94.8B.BA.6A.FF.9D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 1



### Demonstrativo de avaliação da situação econômica financeiro do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2024

**A Pinheiros Veículos Ltda**, inscrita no CNPJ sob número 01.692.763/0001-03, situada na Av. T-09 nº 500, Qd. J-17 Lt. 02, Setor Marista, na cidade de Goiânia - GO, CEP 74.150-300; é regida pela legislação pertinente e seu contrato social.

As demonstrações financeiras e o balanço patrimonial foram elaborados de acordo com as disposições contábeis em vigor e analisados com base nos principais índices de avaliação econômico financeiro de acordo com a descrição abaixo:

Índicadores	Fórmula	Índice
LG - Liquidez Geral	$= (AC + ANC) / (PC + PNC)$	1,65
LC - Liquidez Corrente	$AC / PC$	1,00
LS - Liquidez Seca	$(AC - ESTOQUES) / PC$	0,44
IEG - Índice de endividamento Geral	$(PC + PNC) / AT$	0,59
LI- Liquidez Imediata	$AD / PC$	0,02
SG - Solvência Geral	$= AT / PC + PNC$	1,69

#### Legenda:

AC - Ativo Circulante

ANC - Ativo Não Circulante

PC - Passivo Circulante

PNC - Passivo Não Circulante

AT - Ativo Total

AD - Ativo Disponível (Caixas e Equivalentes)

TULIO  
FERNANDO  
SILVA  
ALVES:03222  
369160

Assinado de forma digital por TULIO FERNANDO SILVA ALVES:03222369160  
Dados: 2025.07.22 13:19:58 -03'00'

Pinheiros Veículos Ltda  
CNPJ 01.692.763/0001-03  
Breno Figueiredo Pinheiro  
Administrador  
CPF: 005.273.631-89

Alianzo Consultoria Empresarial S/S  
CNPJ.: 26.835.810/0001-51  
Tulio Fernando Silva  
CPF: 032.223.691-60  
CRC/GO 0260160/O-2

#### PINHEIROS VEÍCULOS LTDA

CNPJ 01.692.763/0001-03  
I.E.: 10.173.473-5  
Av. T-09 n. 500 Qd. J-17 Lt. 02, Setor Marista  
Goiânia - GO - CEP 74.150-300  
Fone.: (62) 3523 - 1922



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 52200484802	CNPJ 01.692.763/0001-03	
NOME EMPRESARIAL PINHEIROS VEICULOS LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 185
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	03222369160	TULIO FERNANDO SILVA ALVES:03222369160	5697062150629531133	13/06/2022 a 13/06/2025	Não
Procurador	02324744198	LUANA RODRIGUES MARTINS:02324744198	164580491137371506551391047905643241351	10/07/2023 a 09/07/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:  
7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
  
em 27/06/2024 às 18:23:49  
  
D9.BF.03.7E.8B.E8.D5.F3  
F4.40.1D.31.87.64.6F.C2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

## Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>A T I V O</b>		R\$ 75.040.664,54	R\$ 100.861.014,84
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 38.349.901,33	R\$ 55.705.084,23
DISPONIBILIDADES		R\$ 1.443.248,66	R\$ 2.082.410,44
CAIXA		R\$ 879.844,24	R\$ 320.078,02
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 342.892,08	R\$ 1.706.089,85
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 220.512,34	R\$ 56.242,57
VALOR A RECEBER A CURTO PRAZO		R\$ 15.771.592,20	R\$ 26.992.494,84
FINANCIAMENTO DAS VENDAS		R\$ 5.848.719,01	R\$ 8.905.035,53
(-) (-) CREDITOS DE BANCOS A CLASSIFICAR		R\$ (554.847,71)	R\$ (123.228,61)
OUTROS VALORES A RECEBER		R\$ 4.804,67	R\$ 11.984.827,63
CONTAS VINCULADAS COM A FÁBRICA		R\$ 584.827,14	R\$ 75.649,38
ADIANTAMENTOS		R\$ 1.233.902,18	R\$ 4.089.011,40
ADIANTAMENTO A SÓCIOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 8.654.186,91	R\$ 2.061.199,51
ESTOQUES		R\$ 21.135.060,47	R\$ 26.630.178,95
ESTOQUES VEÍCULOS NOVOS		R\$ 10.436.876,94	R\$ 16.054.904,85
VEÍCULOS SEMI NOVOS		R\$ 2.489.877,55	R\$ 4.841.465,47
ESTOQUES PEÇAS, ACESSÓRIOS E PROD DIVERSOS		R\$ 5.012.556,95	R\$ 5.379.119,87
ESTOQUE PEÇAS EM GARANTIA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUES EM PODER DE TERCEIROS		R\$ 3.195.749,03	R\$ 354.688,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 35.539.725,24	R\$ 39.021.007,60
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 15.615.268,27	R\$ 7.610.053,23
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 2.273.075,14	R\$ 2.307.642,55
CAUSAS TRABALHISTAS		R\$ 26.330,58	R\$ 26.330,58
BLOQUEIOS JUDICIAIS BANCO C MOVIMENTO		R\$ 13.369,64	R\$ 27.219,27
EMPRESTIMO ENTRE PARTES RELACIONADAS		R\$ 8.058.045,18	R\$ 0,00
OUTROS DIREITOS		R\$ 5.244.447,73	R\$ 5.244.447,73
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 0,00	R\$ 4.413,10
INVESTIMENTOS		R\$ 8.790.017,59	R\$ 13.832.506,90
PARTICIPAÇÕES SCP FUNDÃO FIAT		R\$ 1.268.361,99	R\$ 10.508.447,63
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 7.521.655,60	R\$ 3.324.059,27

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

## BALANÇO PATRIMONIAL

193

Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IMOBILIZADO		R\$ 11.131.491,83	R\$ 17.575.499,92
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS TANGÍVEIS		R\$ 25.564.262,38	R\$ 25.549.420,02
(-) ( - ) DEPREC ACUM DE IMOB TÉC TANGÍVEIS		R\$ (14.565.389,03)	R\$ (14.902.171,19)
IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO		R\$ 132.618,48	R\$ 2.286.826,26
ARRENDAMENTO MERCANTIL		R\$ 0,00	R\$ 4.641.424,83
INTANGÍVEL		R\$ 2.947,55	R\$ 2.947,55
IMOBILIZACOES TECNICAS INTANGIVEIS		R\$ 120.508,99	R\$ 120.508,99
(-) ( - ) DEPREC ACUM DE IMOB TÉC INTANGÍVEIS		R\$ (117.561,44)	R\$ (117.561,44)
ATIVO COMPENSADO		R\$ 1.151.037,97	R\$ 6.134.923,01
CONTAS DE COMPENSACAO		R\$ 1.151.037,97	R\$ 6.134.923,01
CONSIGNACAO DE MERCADORIAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMONSTRACAO		R\$ 1.063.795,10	R\$ 4.589.519,75
REMESSA PARA INDUSTRIALIZAÇÃO		R\$ 87.242,87	R\$ 0,00
BONIFICAÇÃO COMERCIAL FÁBRICA		R\$ 0,00	R\$ 1.545.403,26
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS ATIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
P A S S I V O		R\$ 75.040.664,54	R\$ 100.861.014,84
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 42.225.159,04	R\$ 49.291.066,08
OBRIGACOES A PAGAR		R\$ 34.166.764,10	R\$ 43.523.936,91
FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 3.247.833,61	R\$ 2.887.947,85
CREDITOS DE CLIENTES		R\$ 6.329.287,77	R\$ 6.632.507,88
EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO		R\$ 24.589.642,72	R\$ 34.003.481,18
OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR		R\$ 865.587,75	R\$ 1.234.986,03
ORDENADOS E OUTRAS REMUNERACOES		R\$ 548.052,96	R\$ 757.003,25
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 317.534,79	R\$ 477.982,78
OBRIGACOES FISCAIS A PAGAR		R\$ 5.902.568,82	R\$ 1.086.525,31
IMPOSTOS S/ VENDAS		R\$ 5.902.568,82	R\$ 1.086.525,31
OUTRAS EXIGIBILIDADES		R\$ 1.290.238,37	R\$ 3.445.617,83
PROVISÕES		R\$ 1.107.689,04	R\$ 1.303.240,34
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 2 de 3

## BALANÇO PATRIMONIAL

194

Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

## Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER		R\$ 182.549,33	R\$ 277.742,69
PASSIVO DE ARRENDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 1.864.634,80
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 1.976.078,88	R\$ 5.913.913,91
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 1.976.078,88	R\$ 5.913.913,91
INSTITUICOES FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 562.600,46
EXIGIBILIDADES COM PARTES RELACIONADAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PROVISÕES PASSIVOS CONTINGENTES		R\$ 1.976.078,88	R\$ 1.607.244,37
PASSIVO DE ARRENDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 3.129.982,56
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 0,00	R\$ 614.086,52
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 29.688.388,65	R\$ 39.521.111,84
CAPITAL SOCIAL		R\$ 22.407.918,75	R\$ 22.407.918,75
CAPITAL SOCIAL REGISTRADO		R\$ 22.407.918,75	R\$ 22.407.918,75
(-) ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO CAPITAL (AFAC)		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS		R\$ 7.167.780,21	R\$ 14.652.268,70
INCENTIVOS FISCAIS		R\$ 7.167.780,21	R\$ 14.652.268,70
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS ( APENAS LTDA )		R\$ 71.455,66	R\$ 2.419.690,36
LUCROS ACUMULADOS ( RES CFC 1159/09 )		R\$ 31.697.324,16	R\$ 33.663.712,61
(-) ( - ) PREJUIZOS ACUMULADOS ( RES CFC 1159/09 )		R\$ (31.625.868,50)	R\$ (31.244.022,25)
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R\$ 41.234,03	R\$ 41.234,03
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		R\$ 41.234,03	R\$ 41.234,03
PASSIVO COMPENSADO		R\$ 1.151.037,97	R\$ 6.134.923,01
CONTAS DE COMPENSACAO		R\$ 1.151.037,97	R\$ 6.134.923,01
DEMONSTRACAO DE MERCADORIAS		R\$ 1.063.795,10	R\$ 4.589.519,75
REMESSA PARA INDUSTRIALIZAÇÃO		R\$ 87.242,87	R\$ 0,00
BONIFICAÇÃO COMERCIAL FÁBRICA		R\$ 0,00	R\$ 1.545.403,26
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES PASSIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSITORIAS PASSIVAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 3 de 3

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
CONTAS DE RESULTADOS		R\$ 18.497.254,90	R\$ 17.076.397,12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 329.811.881,23	R\$ 348.758.878,70
VENDAS DE MERCADORIAS E SERVICOS		R\$ 329.811.881,23	R\$ 348.758.878,70
VEICULOS NOVOS		R\$ 240.555.418,74	R\$ 243.477.407,63
VEICULOS SEMINOVOS		R\$ 44.449.040,20	R\$ 46.402.151,97
VENDAS PEÇAS/ACESSORIOS/PRODUTOS DIVERSOS		R\$ 33.376.845,96	R\$ 42.697.458,52
VENDA SERVIÇOS		R\$ 5.829.345,64	R\$ 7.699.108,33
COMISSÕES RECEBIDAS		R\$ 5.601.230,69	R\$ 8.482.752,25
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS		R\$ (7.243.716,31)	R\$ (8.158.365,51)
IMPOSTOS S/ VEICULOS NOVOS		R\$ (293.092,52)	R\$ 775.584,45
ICMS VEICULOS NOVOS		R\$ (293.092,52)	R\$ 775.584,45
(-) IMPOSTOS S/ VEICULOS SEMINOVOS		R\$ (517.300,31)	R\$ (514.476,62)
(-) ICMS SEMINOVOS		R\$ (380.051,84)	R\$ (394.418,60)
(-) PIS SEMINOVOS		R\$ (24.441,74)	R\$ (21.380,55)
(-) COFINS SEMINOVOS		R\$ (112.806,73)	R\$ (98.677,47)
(-) IMPOSTOS S/ PEÇAS E ACESSORIOS		R\$ (5.210.263,23)	R\$ (6.831.139,84)
(-) ICMS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (4.811.628,57)	R\$ (6.349.086,72)
(-) PIS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (71.101,91)	R\$ (86.039,65)
(-) COFINS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS		R\$ (327.532,75)	R\$ (396.013,47)
(-) IMPOSTOS S/ SERVIÇOS		R\$ (770.748,11)	R\$ (1.014.412,65)
(-) ISS SERVIÇOS		R\$ (255.224,09)	R\$ (329.252,05)
(-) PIS SERVIÇOS		R\$ (91.958,88)	R\$ (122.230,11)
(-) COFINS SERVIÇOS		R\$ (423.565,14)	R\$ (562.930,49)
(-) IMPOSTOS S/ COMISSÕES RECEBIDAS		R\$ (452.312,14)	R\$ (573.920,85)
(-) ISS COMISSÕES		R\$ (238.310,32)	R\$ (382.214,37)
(-) PIS COMISSÕES		R\$ (38.173,33)	R\$ (34.196,27)
(-) COFINS COMISSÕES		R\$ (175.828,49)	R\$ (157.510,21)
(-) CUSTOS OPERACIONAIS		R\$ (278.251.475,67)	R\$ (293.405.308,26)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVICOS		R\$ (278.251.475,67)	R\$ (293.405.308,26)
(-) CUSTOS VEICULOS NOVOS		R\$ (215.968.597,08)	R\$ (222.158.488,85)
(-) CUSTOS VEICULOS SEMINOVOS		R\$ (40.745.410,42)	R\$ (43.660.977,33)
(-) CUSTOS PEÇAS/ACESSORIOS/PRODUTOS DIVERSOS		R\$ (19.762.897,57)	R\$ (25.530.335,96)
(-) CUSTOS SERVICOS		R\$ (1.349.979,07)	R\$ (1.464.589,06)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

196

Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CUSTOS COM PESSOAL E ENCARGOS		R\$ (16.688,89)	R\$ (49.258,93)
(-) PROVISÕES		R\$ (407.902,64)	R\$ (541.658,13)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (30.664.367,19)	R\$ (32.849.886,51)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (3.997.511,12)	R\$ (3.692.974,13)
(-) COMISSÕES SOBRE VENDAS		R\$ (1.553.302,08)	R\$ (1.920.251,02)
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R\$ (638.686,79)	R\$ (538.129,13)
(-) CONSUMO INTERNO (NTI)		R\$ (481.077,58)	R\$ (528.500,80)
(-) PUBLICIDADE E MARKETING		R\$ (1.324.444,67)	R\$ (706.093,18)
(-) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS		R\$ (11.135.875,41)	R\$ (13.008.105,90)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (6.160.833,67)	R\$ (7.157.190,63)
(-) PROVISÕES		R\$ (1.781.649,03)	R\$ (2.156.459,57)
(-) ENCARGOS COM PESSOAL		R\$ (2.244.407,37)	R\$ (2.607.516,53)
(-) BENEFÍCIOS		R\$ (902.992,74)	R\$ (1.046.751,17)
(-) PRO LABORE		R\$ (45.992,60)	R\$ (40.188,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		R\$ (15.530.980,66)	R\$ (16.148.806,48)
(-) SEGUROS DIVERSOS		R\$ (312.652,37)	R\$ (225.674,83)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (1.880.269,13)	R\$ (3.187.466,33)
(-) ALUGUEIS, LOCAÇÃO E LEASING		R\$ (1.328.568,79)	R\$ (1.719.083,16)
(-) DESPESAS COM COMUNICAÇÃO		R\$ (227.720,47)	R\$ (303.665,03)
(-) DESPESAS COM MANUTENÇÃO		R\$ (1.558.682,96)	R\$ (1.506.765,68)
(-) DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (2.727.394,85)	R\$ (3.015.510,01)
(-) DESPESAS COM MATERIAIS DE CONSUMO		R\$ (105.996,87)	R\$ (154.906,53)
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE		R\$ (122.908,82)	R\$ (118.018,61)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (4.138.503,74)	R\$ (2.021.133,68)
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (2.365.786,26)	R\$ (2.974.839,17)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (762.496,40)	R\$ (921.743,45)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		R\$ 11.510.584,56	R\$ 11.128.552,61
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 7.365.999,08	R\$ 4.760.414,51
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 7.365.999,08	R\$ 4.760.414,51
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (184.243,87)	R\$ (238.819,31)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (184.243,87)	R\$ (238.819,31)
GANHOS E PERDAS DE CAPITAL		R\$ 4.328.829,35	R\$ 6.606.957,41
GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS		R\$ 3.911.895,15	R\$ 4.936.354,93
GANHOS E PERDAS DO IMOBILIZADO		R\$ 415.684,20	R\$ 1.670.602,48

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

197

Entidade: PINHEIROS VEICULOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 01.692.763/0001-03

Número de Ordem do Livro: 185

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Balanço / DRE Consolidado

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO		R\$ (1.277.023,64)	R\$ (3.639.319,41)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 2.350.198,57	R\$ 1.135.380,88
RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 1.066.077,25	R\$ 96.120,89
RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS		R\$ 1.284.121,32	R\$ 1.039.259,99
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (3.627.222,21)	R\$ (4.774.700,29)
(-) TRIBUTOS S/ RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (729.813,27)	R\$ (963.165,66)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS DIVERSAS		R\$ (2.897.408,94)	R\$ (3.811.534,63)
(-) PROVISÕES		R\$ (5.388.628,08)	R\$ (4.758.154,50)
(-) PROVISÕES		R\$ (5.388.628,08)	R\$ (4.758.154,50)
(-) PROVISAO P/ IRPJ E CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ (5.388.628,08)	R\$ (4.697.442,32)
(-) PROVISAO P/ CONTINGENCIAS		R\$ (0,00)	R\$ (60.712,18)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 3 de 3

## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	PINHEIROS VEICULOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	01.692.763/0001-03
Número de Ordem do Livro:	185		

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	PINHEIROS VEICULOS LTDA
------------------	-------------------------

NIRE	52200484802
------	-------------

CNPJ	01.692.763/0001-03
------	--------------------

Número de Ordem	185
-----------------	-----

Natureza do Livro	Diário Geral
-------------------	--------------

Município	GOIANIA
-----------	---------

Data do arquivamento dos atos constitutivos	26/11/1985
---	------------

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
---	--

Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
--	------------

Quantidade total de linhas do arquivo digital	1788356
---	---------

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	PINHEIROS VEICULOS LTDA
------------------	-------------------------

Natureza do Livro	Diário Geral
-------------------	--------------

Número de ordem	185
-----------------	-----

Quantidade total de linhas do arquivo digital	1788356
---	---------

Data de início	01/01/2023
----------------	------------

Data de término	31/12/2023
-----------------	------------

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 7B.A6.65.F1.75.FB.D7.0E.78.12.5F.01.35.6A.11.42.88.17.8D.05-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



## Demonstrativo de avaliação da situação econômica financeiro do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023

**A Pinheiros Veículos Ltda**, inscrita no CNPJ sob número 01.692.763/0001-03, situada na Av. T-09 nº 500, Qd. J-17 Lt. 02, Setor Marista, na cidade de Goiânia - GO, CEP 74.150-300; é regida pela legislação pertinente e seu contrato social.

As demonstrações financeiras e o balanço patrimonial foram elaborados de acordo com as disposições contábeis em vigor e analisados com base nos principais índices de avaliação econômico financeiro de acordo com a descrição abaixo:

Índicadores	Fórmula	Índice
LG - Liquidez Geral	$= (AC + ANC) / (PC + PNC)$	1,48
LC - Liquidez Corrente	$AC / PC$	1,13
LS - Liquidez Seca	$(AC - ESTOQUES) / PC$	0,59
IEG - Índice de endividamento Geral	$(PC + PNC) / AT$	0,58
LI- Liquidez Imediata	$AD / PC$	0,04
SG - Solvência Geral	$AT / PC+PNC$	1,72

### Legenda:

AC - Ativo Circulante

ANC - Ativo Não Circulante

PC - Passivo Circulante

PNC - Passivo Não Circulante

AT - Ativo Total

AD - Ativo Disponível (Caixas e Equivalentes)

BRENO FIGUEIREDO  
PINHEIRO:00527363189  
Assinado de forma digital por  
BRENO FIGUEIREDO  
PINHEIRO:00527363189  
Dados: 2024.06.20 16:45:28 -03'00'

Pinheiros Veículos Ltda  
CNPJ 01.692.763/0001-03  
Breno Figueiredo Pinheiro  
Administrador  
CPF: 005.273.631-89

TULIO  
FERNANDO  
SILVA  
ALVES:03222369160  
Assinado de forma digital por TULIO FERNANDO SILVA  
ALVES:03222369160  
Dados: 2024.06.18 16:46:05 -03'00'

Alianzo Consultoria Empresarial S/S  
CNPJ.: 26.835.810/0001-51  
Tulio Fernando Silva  
CPF: 032.223.691-60  
CRC/GO 0260160/O-2

### PINHEIROS VEÍCULOS LTDA

CNPJ 01.692.763/0001-03  
I.E.: 10.173.473-5  
Av. T-09 n. 500 Qd. J-17 Lt. 02, Setor Marista  
Goiânia - GO - CEP 74.150-300  
Fone.: (62) 3523 - 1922



Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
COMARCA DE GOIÂNIA  
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL

01 de dezembro de 2025

Luis Silva  
Escrivão



ESTADO DE GOIÁS  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE GOIÂNIA

# CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

### Identificação:

Requerente : **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**  
Profissão : **PESSOA JURIDICA**  
CPF /CGC : **01.692.763/0001-03**  
Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Quaisquer distribuições de ações de **Falência e Concordata**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

**CERTIFICA** mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco. (01/12/2025).

**Cartório Distribuidor Cível**  
**Bel. Luis Silva**  
**Escrivão**

**Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias**

Valor da certidão.....: R\$55,08  
Valor da Taxa Judiciária.....: R\$19,17  
Total.....: R\$ 74,25  
Data Receita.....: 01/12/2025  
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 881407765



40000258814077657486



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 01/12/2025 às 11:24:55  
Para validar este documento informe o código 4000 0258 8140 7765 7486 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>

Esta Certidão tem valor Transitório - so e válido com o nome COMPLETO do(a) Certificado(a)





Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
COMARCA DE GOIÂNIA  
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL

01 de dezembro de 2025

Luis Silva  
Escrivão



ESTADO DE GOIÁS  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE GOIÂNIA

# CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

**CERTIFICA**, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

### Identificação:

Requerente : **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**  
Profissão : **PESSOA JURIDICA**  
CPF /CNPJ : **01.692.763/0001-03**  
Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Quaisquer distribuições de ações de **Recuperação Judicial**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

**CERTIFICA** mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

**NADA MAIS**. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco. (01/12/2025).

**Cartório Distribuidor Cível**  
**Bel. Luis Silva**  
**Escrivão**

**Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias**

Valor da certidão.....: R\$55,08  
Valor da Taxa Judiciária.....: R\$19,17  
Total.....: R\$ 74,25  
Data Receita.....: 01/12/2025  
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 881369915



40000258813699157862



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 01/12/2025 às 11:25:29  
Para validar este documento informe o código 4000 0258 8136 9915 7862 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>

Esta Certidão tem valor Transitorio - so e valido com o nome COMPLETO do(a) Certificado(a)



**ALEGO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE GOIÁS

Secretaria de Transporte

À Pinheiros Veículos LTDA – FIAT PINAUTO

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa PINHEIROS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, devidamente inscrita sob CNPJ 01.692.763/0001-03 estabelecida na Av. T09, QD J, LT 02, nº 500, Setor Marista, Goiânia – GO, forneceu 75 (setenta e cinco) viaturas de primeiro uso e zero quilometro, à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS, sob registro do Contrato nº 20.2023 oriundos do Pregão Eletrônico nº16.2023.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Goiânia, 03 de dezembro 2024.



---

**Maurício Roriz dos Santos**  
Secretário de Transporte



**Rubens Kirstein Junior**  
Diretor Executivo da Presidência





64.3478-1162  
Av. Irapuan Costa Júnior, 915  
Centro - Ouvidor/GO - CEP 75715-000  
www.ouvidor.go.gov.br

REDES SOCIAIS:



### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**ATESTAMOS**, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão, e atestado de execução, que a Empresa **PINHEIROS VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.692.763/0001-03, apresentou proposta mais vantajosa no Pregão Eletrônico nº 066/2024 e forneceu ao Fundo Municipal de Saúde de Ouvidor, 02 (dois) veículos 0 KM, sendo suas especificações dois veículos sedan, 0 km, ano/modelo 2024/2024, cor branca, cilindrada 1.3, biocombustível gasolina/etanol, 5 lugares, ar-condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricos, airbag duplo (motorista e passageiro) e freios ABS – garantia de fábrica, tendo cumprido fielmente com suas obrigações, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho, não havendo também reclamação ou objeção quanto a qualidade dos veículos fornecidos.

Ouvidor, Goiás, 22 de julho de 2024.

João Batista de Almeida Filho  
Secretário de Administração de Planejamento



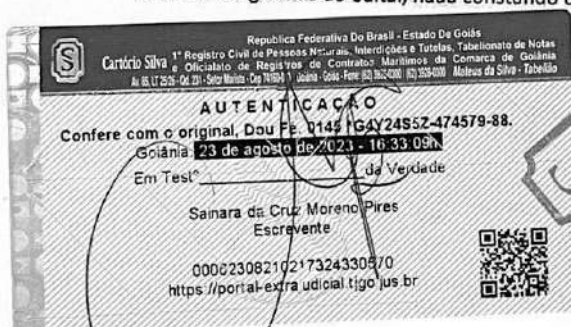
SECRETARIA DE  
SAÚDE



### ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa **PINHEIROS VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica, devidamente inscrita sob CNPJ 01.692.763/0001-03 estabelecida na Av. T09, QD J, LT 02, Nº 500, Setor Marista, Goiânia – GO, forneceu 08 (oito) veículos, ao Município de Barro Alto, sob registro da ARP 07.2023 realizada no pregão eletrônico 01.2023, sendo 04 veículos ao **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO ALTO** CNPJ 11.633.598/0001-72, 01 veículo ao **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BARRO ALTO** CNPJ 33.099.659/0001-04, 01 veículo ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** CNPJ 11.105.638/0001-03 e por último 02 veículos ao **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** CNPJ 45.889.879/0001-03.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.



Barro Alto – GO 23 de agosto de 2023

*Lorena Angelita de Andrade Vieira*

Lorena Angelita de Andrade Vieira  
Secretária Administrativa



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da Interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa PINHEIROS VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica, devidamente inscrita sob CNPJ 01.692.763/0001-03 estabelecida na Av. T09, QD J, LT 02, Nº 500, Setor Marista, Goiânia – GO, forneceu 13 (treze) “veículos zero quilometro” à Prefeitura Municipal de Caldas Novas, conforme relação de chassis abaixo mencionada:

- GRAND SIENA 1.4 - MUNICIPIO DE CALDAS NOVAS - CNPJ 01.787.506/0001-55 - CHASSI 9BD19710HM3406695 – NF 581438;
- GRAND SIENA 1.4 - MUNICIPIO DE CALDAS NOVAS - CNPJ 01.787.506/0001-55 - CHASSI 9BD19710HM3406740 – NF 581440;
- GRAND SIENA 1.4 - MUNICIPIO DE CALDAS NOVAS - CNPJ 01.787.506/0001-55 - CHASSI 9BD19710HM3406744 – NF 581441;
- STRADA ENDURANCE CP - MUNICIPIO DE CALDAS NOVAS – CNPJ 01.787.506/0001-55 - CHASSI 9BD281A22NYW68339 – NF 581442;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO CALDAS NOVAS – CNPJ 17.256.349/0001-91 - CHASSI 9BD19710HM3406674 – NF 581444;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO CALDAS NOVAS – CNPJ 17.256.349/0001-91 - CHASSI 9BD19710HM3406511 – NF 581443;
- GRAND SIENA 1.4 - SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO SMT – CNPJ 19.922.544/0001-39 – CHASSI 9BD19710HM3404947 – NF 583690;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 9BD19710HM3405157 – NF 584110;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 9BD19710HM3406720 – NF 584109;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 9BD19710HM3406892 – NF 593926;
- GRAND SIENA 1.4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 9BD19710HM3407568 – NF 593925;
- CRONOS DRIVE 1.3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 8AP359AFZPU289589 – NF 646551;
- CRONOS DRIVE 1.3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FMAS – CNPJ 10.872.104/0001-40 – CHASSI 8AP359AFZPU289731 – NF 646550;

Registramos ainda, que os fornecimentos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Caldas Novas - GO,  
24 de agosto de 2023

NOME ASSINATURA  
SERVIDOR PÚBLICO

*Deborah Martins de Brito*

*Deborah Martins de Brito e Silva*  
Departamento de Contratos  
Decreto nº 144/2019

República Federativa do Brasil - Estado de Goiás  
Cartório Silva 1º Registro Civil de Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, Tabelionato de Notas e Oficialato de Registros de Contratos, Matrículas da Comarca de Goiânia  
Av. 15 de Setembro - Qd. 231 - Setor Norte - Cap. 74 - 74110-000 - Goiânia - GO - Fone: (62) 3524-6000 - 351 363-3300 - Matheus da Silva - T. 15.000


**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original, Dou Fe. 0145 \*64Y1VPME-49327F-10.  
Goiânia 24 de agosto de 2023 - 08:58:46h  
Em Teste \_\_\_\_\_ da Verdade  
Sainara da Cruz Moreno Pires  
Escrivente  
00062308210217324330181  
<https://portal-extra.judicial.tjgo.jus.br>

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa **PINHEIROS VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.692.763/0001-03 estabelecida na Avenida T-9, Qd. J, Lt. 02, n.º 500, Setor Marista, Goiânia - GO, forneceu veículo de passeio e utilitário, ao Fundo Municipal de Assistência Social de Uruana, inscrita no CNPJ n.º 13.730.535/0001-03.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Uruana – GO, 24 de agosto de 2022

  
**MIRIAN BATISTA BARROSO OLIVEIRA**  
Pregoeira Oficial



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa PINHEIROS VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.692.763/0001-03, estabelecida no endereço, **Rua T 9 nº 500 Setor Marista, Goiânia-GO**, forneceu veículo FIAT DUCATO VAN para Prefeitura de Corumbáiba através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Atestamos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando em nossos arquivos que a desabone tecnicamente e comercialmente, até a presente data.

### **RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:**

Lucas José Ozorio  
CPF: 041.741.981-78

### **DADOS DO CONTRATANTE:**

Fundo Municipal de Assistência Social de Corumbáiba-GO  
CNPJ 14.443.809/0001-00  
Endereço – Av. Dr. Pedro Ludovico Teixeira s/n Centro, Cep. 75.675-000,  
Corumbáiba-GO  
Telefone de Contato: 64 3447-7017

Corumbáiba, 06 de Fevereiro de 2020.

  
**KENY GLAUCIO MORAIS ROSA**  
Sec. De Administração, Planejamento  
Infra Estrutura  
Dec. Nº 008/2017  
**Keny Glaucio Morais Rosa**  
Sec. de Adm. Planejamento  
e Infra Estrutura  
Decreto Nº 008/2017



**ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PARAÚNA  
PODER EXECUTIVO**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ 01.692.763/0001-03, forneceu 01 FIAT DUCATO E 01 FIAT ARGO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ao FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA PARAUNA.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

São João da Paraúna-GO, aos 06 de Fevereiro de 2020.



João Batista de Figueredo Neto

Prefeito Municipal





**Fundo Municipal**  
Rua Adolfo Rosa s/n, Centro – Água Limpa - GO  
CEP: 75.655-000 Fone: (64) 3489-1135.



---

## ATESTADO

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa **PINHEIROS VEICULOS LTDA**, CNPJ **01.692.763/0001-03**, estabelecida na Av. T09 nº500, Setor Marista, na cidade de Goiânia, GO, forneceu veículos de passeio e utilitários, ao **Fundo Municipal de Saúde de Água Limpa**, CNPJ **11.879.542/0001-00**.

Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprida fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas as exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Água Limpa, 03 de Setembro de 2019.

  
DIVINA LÚCIA DA SILVA  
Secretária Municipal de Saúde



## ATESTADO

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de entrega de veículos novos, que a empresa PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ 01.692.763/0001-03, estabelecida na Av. T09 nº500, Setor Marista, na cidade de Goiânia, GO, forneceu veículo utilitário transformado em ambulância ao Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista CNPJ 08.083.086/0001-75. Registramos ainda, que o fornecimento acima referido apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, prazos de entrega e todas exigências do edital, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

Bela Vista de Goiás, 30 de Junho de 2020

*Rina Daniele Pereira*  
040.294.111-00

*Gilberto Rossi Junior*  
Gilberto Rossi Junior  
Sec. Municipal de Saúde  
Decreto nº 249/2019  
Bela Vista de Goiás-GO

Ofício SPG nº. 178/2024

Ipameri-GO, 19 de julho de 2024.

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A Prefeitura Municipal de Ipameri - GO, inscrita no CNPJ sob o Nº. 01.763.606/0001-41, com sede na Avenida Pandiá Calógeras, Nº. 84, Centro, Município de Ipameri, Estado de Goiás, CEP Nº. 75.780-000, vem por meio desta **DECLARAR/ATESTAR** que empresa PINHEIROS VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº. 01.692.763/0001-03, com sede na Avenida T- 9, nº 500, Qd J-17, Lote 02, Setor Marista, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, **CONCESSIONÁRIA DA MARCA FIAT**, **FORNECEU/ENTREGOU** a este órgão através do Pregão Presencial Nº. 050/2023, Processo Administrativo Nº. 2023030442, Contrato Nº. 0100/2024, o seguinte veículo:

Marca/Veículo: FIAT – STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX 2024/2024

Quantidade: 01 (um) veículo – Tipo Pick-up.

Cor: Prata Bari.

Nota(s) Fiscal(ais) Nº.: 689980.

Chassi(s) Nº: 463555778805687.

Motor Nº: 463555778805687

Declaramos ainda, que o veículo em referência, foi ofertado no mais alto padrão de qualidade e conforme prazo e condições pactuadas em edital, sendo que o veículo entregue atende a todas as legislações vigentes em referência e descrições contidas no edital de licitação, sendo assim não havendo então nada que desabone a conduta da empresa supracitada.

MARINA DA COSTA  
GUERRERO:002509121  
20

Assinado de forma digital por  
MARINA DA COSTA  
GUERRERO:00250912120  
Dados: 2024.07.19 16:21:16 -03'00'

Marina da Costa Guerrero  
Gerente Municipal de Convênios



## PREFEITURA DE QUIRINÓPOLIS

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINOPOLIS**, inscrita no **CNPJ nº 02.056.737/0001-51**, situada na Praça dos Três Poderes nº 88 - Centro, nesta cidade, atesta para os devidos fins que a Empresa **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **01.692.763/0001-03**, com endereço na Avenida T - 09, nº 500, Qd J-17, Lt 02, Setor Marista, Goiânia/GO, forneceu de maneira satisfatória os veículos licitados no Pregão Eletrônico nº 040/2023, os veículos entregues no ano de 2023 e 2024, conforme consta nas ordens de fornecimento.

Quirinópolis-GO, 19 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VALDINEI PEREIRA DA SILVA FERNANDES  
Data: 19/07/2024 14:26:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**VALDINEI PEREIRA DA SILVA FERNANDES**  
Superintendente de Compras, Licitações e Contratos

## **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

A **PINHEIROS VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 01.692.763/0001-03, com sede à Av. T-9, Qd. J-17, Lt. 02, n. 500, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74.150-300, neste ato representada pelo Sr(a) LUCAS JOVE OZÓRIO, portador(a) da CNH nº 05569673774 / Detran-Go e inscrito(a) no CPF sob nº 046.741.981-78, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

### **1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

### **2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

### **3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

#### 4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Goiânia, 22 de outubro de 2025.

**LUCAS JOVE  
OZORIO**

Assinado de forma digital  
por LUCAS JOVE OZORIO  
Dados: 2025.10.29  
17:11:03 -03'00'

---

**LUCAS JOVE OZORIO**  
CPF nº 046.741.981-78  
**PINHEIROS VEÍCULOS LTDA**  
CNPJ 01.692.763/0001-03





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

CPF/CNPJ: **01.692.763/0001-03**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 08:12:26 do dia 10/12/2025 , com validade até o dia 09/01/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: dOtrnfQx6bVLz5kA11YT

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO**

CPF/CNPJ: **005.273.631-89**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 18:16:41 do dia 09/12/2025 , com validade até o dia 08/01/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: F5NZkEpCsTBbII8WP6A8

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



## Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 01692763000103

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

CPF: 8148028931,0 ([Logout](#))



## Consulta de Impedidos de Licitar

CPF: 00527363189

**NENHUM ITEM ENCONTRADO!**

**CPF: 8148028931,0** ([Logout](#))



Marmeleiro, 15 de janeiro de 2026.

**De:** Prefeito

**Para:** - Divisão de Contabilidade

- Procuradoria Jurídica

- Comissão de Contratação

Preliminarmente à autorização solicitada pela Diretora do Departamento de Saúde, conforme consta nos autos, para a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas a:

**1** – Manifestação do(s) recurso(s) da adequação orçamentária em face da despesa.

**2** – A elaboração de parecer jurídico acerca da legalidade da contratação por Inexigibilidade de Licitação, bem como análise do instrumento contratual.

Respeitosamente,

**Jander Luiz Loss**

Prefeito





Marmeleiro, 15 de janeiro de 2026.

## PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Excelência, em data de 15 de janeiro de 2026, para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, CERTIFICO que:

1. Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo;

### I – DADOS DO PROCESSO

Número do PAE/Ano:	44/2026
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Objeto do processo:	Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.
Valor Máximo:	R\$ 110.900,00

II – Plano Plurianual – 3.034/2025

III – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 3.037/2025

IV – Lei Orçamentária Anual – 3.043/2025

V – Recursos Orçamentários

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte	Saldo Orçamentário
278	08.02	10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	0	765.000,00
279		10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	975	115.000,00

Obs.: Saldo orçamentário em: 15/01/2026.

VI – Origem dos Recursos Financeiros

0 – Recursos Ordinários (Livres)
975 – Convênio Veículo Saúde – SECID

Respeitosamente,

**Jeferson Facin**  
Contador  
CRC/PR 075715/O-5





## CONTRATO DE FORNECIMENTO

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N°

**CONTRATANTE:** O Município de **MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **AV. MACALI, 255**, inscrito no CNPJ nº **76.205.665/0001-01**, representado pelo seu prefeito municipal o Sr.(a) **JANDER LUIZ LOSS**, inscrito(s) no CPF sob nº , portador da carteira de identidade nº

**CONTRATADO(A): PINHEIRO S VEICULOS LTDA**, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº **01.692.763/0001-03**, com sede no(a) **AV. T-09, 500, GOIANIA - GO**, neste ato representado por , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador da carteira de identidade nº , residente e domiciliado no(a) , e-mail e telefone .

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **2**, (protocolo nº **221992440**) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1 OBJETO:

**Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório– PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 2 – e-Protocolo nº 22.199.244-0**

#### 2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **116/2025** Lote nº **2**, objeto do processo administrativo nº **221992440**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial.

#### 3 FORMA DE FORNECIMENTO:

**3.1** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículo) na sede dos municípios habilitados no Estado do Paraná, nas condições e quantidades solicitadas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato de fornecimento, até esgotar as quantidades de cada lote. Quando da assinatura do contrato e para entrega o do veículo serão indicados o endereço, telefone de contato, nome do servidor e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município.

**3.2** A empresa vencedora deverá entregar o objeto (veículos) com o tanque de combustível cheio, no endereço indicado no Anexo II.

**3.3** O objeto deverá ser entregue em tantas etapas quanto forem solicitadas, de acordo com a habilitação de cada Município e em conformidade com o Edital. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

#### 4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

**4.1** O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO(A) os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do Contrato é de R\$ **110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais)**.

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

#### 5. DO REAJUSTE.

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE.

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**5.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**5.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**5.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do CONTRATANTE.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quize) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

**7.3** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**7.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do(a) CONTRATADO(A), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8 FONTE DE RECURSOS:**

**8.1** A despesa correrá à conta da dotação orçamentária , rubrica de despesa , com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes do Tesouro do Estado no valor de: R\$105.355,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$5.545,00**

## **9 VIGÊNCIA:**

**9.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### **10.1 São obrigações do(a) CONTRATADO(A)**

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; **10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2** São obrigações do CONTRATANTE:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao(a) CONTRATADO(A), por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do(a) CONTRATADO(A), através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo(a) CONTRATADO(A), no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o(a) CONTRATADO(A), nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) CONTRATADO(A).

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do(a) CONTRATADO(A) em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e

Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente, junto à instituição financeira Contratado pelo CONTRATANTE, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o(a) CONTRATADO(A) não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

**13.1** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

**13.2** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

**13.3** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) CONTRATADO(A), ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**13.4** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**13.5** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**13.6** Uma vez notificado, o(a) CONTRATADO(A) realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo(a) CONTRATADO(A) ou pela assistência técnica autorizada.

**13.7** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do(a) CONTRATADO(A), aceita pelo CONTRATANTE.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o(a) CONTRATADO(A) deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pelo(a) CONTRATADO(A), fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do(a) CONTRATADO(A) o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O LICITANTE e o(a) CONTRATADO(A) que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações: a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022; b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022; c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022; **14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o LICITANTE ou CONTRATADO.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

#### **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao(a) CONTRATADO(A).

**15.4** O(A) CONTRATADO(A), desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o(a) CONTRATADO(A) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do(a) CONTRATADO(A) com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas pôr termo aditivo ao contrato.

**16.5** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1** O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**17.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do(a) CONTRATADO(A), se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3** Os dados tratados pelo(a) CONTRATADO(A) somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

**17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o(a) CONTRATADO(A) realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5** O(A) CONTRATADO(A), deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6** O(A) CONTRATADO(A), dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.



**17.7** O eventual acesso, pelo(a) CONTRATADO(A), às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o(a) CONTRATADO(A) e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do(a) CONTRATADO(A) manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o(a) CONTRATADO(A) poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** O(A) CONTRATADO(A), responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do(a) CONTRATADO(A), envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao(a) CONTRATADO(A), bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao(a) CONTRATADO(A).

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o(a) CONTRATADO(A) providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo(a) CONTRATADO(A) durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O CONTRATANTE enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de **Marmeleiro**

**PINHEIRO S VEICULOS LTDA**

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

## PORTARIA Nº 7.657, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Altera e Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação e compor a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 3.500, de 05 de março de 2024;

### RESOLVE:

**Art. 1º** REVOGAR a Portaria nº 7.605, de 04 de julho de 2025.

**Art. 2º** DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Daverson Colle da Silva, Matrícula 1116-9;
- II - Francieli de Oliveira, Matrícula 1450-8;
- III - Ricardo Fiori, Matrícula 1824-4;
- IV - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1.

§1º Quando da realização de licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação serão denominados Pregoeiros, na forma do art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 3º** DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Comissão de Contratação e Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- II - Fabiano Bassoli Donida, Matrícula 17370-1;
- III - Evandro Marcelo Pasqualoto, Matrícula 11100-1.

§ 1º A Comissão de Contratação será presidida pela servidora Isabela Rodrigues Borges e, na sua ausência, pelo servidor Daverson Colle da Silva, Matrícula 1116-9.

§ 2º Nos casos de férias, licenças legais ou afastamentos temporários de membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio constantes dos incisos II e III, os servidores poderão ser substituídos por Ricardo Fiori, Matrícula 1824-4 e/ou Francieli de Oliveira, Matrícula 1450-8, conforme necessidade administrativa.

**Art. 4º** O desempenho da função será remunerado por gratificação prevista no art. 33, da Lei nº 2.096, de 23 de setembro de 2013, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, do mesmo artigo.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 10 de setembro de 2025.

  
JANDER LUIZ LOSS  
Prefeito de Marmeleiro



# *Município de Marmeleiro*

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01  
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 20 de janeiro de 2026.

## **Processo Administrativo Eletrônico - PAE n.º 44/2026 Inexigibilidade de Licitação**

### **PARECER JURÍDICO n.º 21/2026 – PG**

#### **I – DO RELATÓRIO**

Submeteu-se ao crivo dessa Procuradoria, para análise e emissão de Parecer, a abertura do **Processo Administrativo Eletrônico n.º 44/2026**, que visa a **contratação direta, pela categoria de INEXIGIBILIDADE de licitação**, da empresa PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA., para aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), para atender as necessidades do Departamento de Saúde, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão n.º 116/2025 realizado pela SECID.

O processo está instruído com o Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Documentação da empresa (Contrato Social, CNPJ, Certidões Negativas, Atestados de Capacidade Técnica); Ofício e Aceite de adesão pelo SECID; Ofício e Aceite de fornecimento pela empresa, Encaminhamento do Gestor Municipal; Parecer Contábil; Minuta Contratual e Portaria de Agentes de Contratação.

Encaminhados os autos a fim de que fosse verificada a legalidade do procedimento, nos termos da Lei 14.133/2021.

É o breve relatório.

Passo a fundamentar.

#### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Primeiro, cumpre salientar que essa Procuradoria emite parecer sob à ótica estritamente jurídica, não lhe competindo adentrar no mérito, na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública ao traçar os parâmetros da contratação entendida





## Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01  
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

como necessária e sua forma de execução, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa.

Ressalte-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão a ser adotada pelo gestor municipal.

Todavia, imperioso ressaltar que todo o procedimento deverá observar a legislação de regência da matéria, sobretudo no tocante a prazos e atos essenciais.

Pois bem.

A obrigatoriedade de licitar consta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. O procedimento licitatório, por sua vez, visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, mas também assegurar o Princípio Constitucional da Isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. [Grifou-se].

Em face do regramento constitucional, e em substituição à Lei 8.666/93, em 2021 foi editada a Lei nº 14.133/2021, a qual instituiu normas gerais que regem as licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

Entretanto, o mesmo diploma legal também prevê hipóteses em que a Administração Pública pode celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, diante de situações peculiares que justificam a adoção dessa medida excepcional. Tais hipóteses configuram-se nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nas quais o legislador reconheceu a possibilidade de contratação direta, desde que observados os requisitos legais e devidamente motivada a decisão administrativa.





# Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01  
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Desta forma, tem-se como regra a realização do procedimento licitatório, e, como medida em extremo excepcional, a inexigibilidade.

Os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, como no presente caso, não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, todavia, devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

O artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021, em seus incisos, define as situações de inexigibilidade de licitação, aplicáveis quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os potenciais contratados. Ressalte-se que o rol previsto no referido dispositivo possui caráter exemplificativo, o que permite à Administração reconhecer outras situações análogas, desde que devidamente demonstrada a inviabilidade de competição. Contudo, por se tratar de norma de exceção, a interpretação dessas hipóteses deve ser estrita, em conformidade com os princípios da Hermenêutica Jurídica e com a supremacia do interesse público.

Pelo que se extrai do Estudo Técnico Preliminar, o caso em comento encontra guarida no *caput*, do referido dispositivo, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...].

Por sua vez, o art. 72 da Lei de Licitações traz os requisitos a serem cumpridos para a contratação nos casos de dispensa ou de inexigibilidade. Vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.







## Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Pretende a Diretora do Departamento de Saúde, a aquisição de (01) veículo de passeio tipo sedan, destinado ao transporte intermunicipal de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, para atendimentos de média e alta complexidade em municípios da região. A medida visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência do serviço público de saúde, especialmente diante do aumento da demanda por deslocamentos, bem como da necessidade de manutenção preventiva e corretiva da frota atualmente disponível.

O procedimento de adesão em ARP, constitui instrumento que possibilita aos órgãos e entidades da Administração Pública a aquisição de bens e serviços mediante a utilização de Atas de Registro de Preços gerenciadas por outros entes públicos. Tal mecanismo tem por finalidade conferir maior celeridade às contratações, além de proporcionar economia de escala, refletindo em eficiência administrativa e racionalização dos gastos públicos.

O instituto caracteriza-se pela manifestação de interesse de um órgão ou entidade não participante da licitação originária, que decide contratar o objeto registrado em ata por outro órgão gerenciador, conforme disposto no artigo 6º, incisos XLVII, XLVIII e XLIX, da Lei nº 14.133/2021, que define, respectivamente, os conceitos de órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante.

A Lei 14.133/2021 passou a disciplinar expressamente o instituto, estabelecendo os requisitos e condições para que órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive municipais, possam aderir às Atas de Registro de Preços regularmente instituídas por outros entes federativos, observados os princípios da legalidade, transparência, vantajosidade e planejamento das contratações públicas. É o que se depreende do art. 86, *in verbis*:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.





# Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I – por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.

§ 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.

§ 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

Conforme dispõe o § 2º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, a adesão à Ata de Registro de Preços somente é admissível mediante o atendimento de requisitos específicos, que visam assegurar a legalidade, a vantajosidade e a transparência do procedimento. Entre tais condições, destacam-se:





## *Município de Marmeleiro*

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- a) a apresentação de justificativa que demonstre, de forma fundamentada, a vantagem da adesão, especialmente em hipóteses que envolvam risco de desabastecimento ou interrupção na prestação de serviços públicos essenciais;
- b) a comprovação de que os preços registrados na Ata são compatíveis com os valores praticados no mercado, garantindo a economicidade da contratação; e
- c) a obtenção de anuência prévia tanto do órgão ou entidade gerenciadora da Ata quanto do fornecedor detentor do registro de preços, assegurando a concordância de todas as partes envolvidas no procedimento.

Tais exigências reforçam o caráter excepcional e controlado da adesão, conferindo segurança jurídica e observância aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade que norteiam as contratações públicas.

Nesta feita, registra-se que a adesão à Ata de Registro de Preços do SECID configura-se como medida econômica, eficiente e regular, uma vez que possibilita a aquisição de veículo com preços previamente registrados e vantajosos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e legalidade.

A necessidade da contratação encontra respaldo direto no dever constitucional do Município de garantir o direito fundamental à saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, bem como no princípio da continuidade dos serviços públicos essenciais. O transporte de pacientes para outros municípios constitui atividade indispensável para a efetivação desse direito, sobretudo para usuários em situação de vulnerabilidade, que dependem do deslocamento para acesso a serviços especializados não disponíveis na rede local.

A escolha do veículo com carroceria do tipo sedan mostra-se tecnicamente adequada e proporcional à finalidade pública pretendida, considerando suas características funcionais, tais como, maior conforto aos passageiros, estabilidade, segurança, desempenho em trajetos intermunicipais e espaço compatível para bagagens e equipamentos. Tais atributos são especialmente relevantes no transporte de pacientes, muitos deles em condições clínicas sensíveis, impondo à Administração a adoção de soluções que promovam dignidade, humanização e segurança durante os deslocamentos.





## Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01  
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Desse modo, a aquisição do referido veículo não atende apenas a critérios de eficiência administrativa, mas também se alinha à promoção da dignidade da pessoa humana e à humanização do atendimento em saúde, revelando-se compatível com os princípios constitucionais da eficiência, da razoabilidade e do interesse público.

Tem-se a necessidade do investimento respaldada no interesse público em garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde, a eficiência da gestão da frota municipal e a efetivação do direito fundamental à saúde, assegurando que os pacientes tenham acesso tempestivo e seguro aos tratamentos necessários, mesmo em períodos de elevada demanda ou de indisponibilidade temporária de outros veículos.

No tocante ao dispêndio econômico que se depreende da contratação, esta Procuradoria destaca que não detém *expertise* para examinar e avaliar a correspondência dos valores estimados no certame frente ao usualmente praticado pelo mercado. Todavia, verifica-se que há pesquisa de preço que teve como parâmetro contratações similares de outros entes públicos e cotações atualizadas de empresas do setor privado.

Registra-se que o valor máximo da contratação pleiteada é de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais) e que, de acordo com a manifestação do responsável pela Divisão de Contabilidade, há dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações assumidas.

Ademais, a consulta prévia ao órgão gerenciador e ao fornecedor foi devidamente comprovada nos autos, por meio da juntada da Autorização à Adesão fornecida pela Secretaria das Cidades – SECID, bem como do Ofício de Aceite de Fornecimento emitido pela empresa PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA., atendendo-se à exigência de prévia manifestação e anuência previstas no art. 86, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, não se vislumbram óbices jurídicos, porém, cabe uma ressalva. Consta do Estudo Técnico Preliminar que a contratação pleiteada não está alinhada com o Plano de Contratações Anual, sob a justificativa de que está em fase de elaboração. Contudo, considerando a data de abertura do PAE em análise, cumpre registrar que, diferentemente do exercício anterior, o PCA referente ao exercício de 2026 foi elaborado, consoante o Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, o que implica na necessidade de complementação.





## *Município de Marmeleiro*

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01  
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

### III – DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, sem adentrar à análise técnica da solução escolhida, exclusivamente com base nos elementos que constam nos autos até o presente momento, **entendo pela possibilidade da contratação direta, por inexigibilidade de processo licitatório, da empresa PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA**, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, Marca FIAT, Modelo CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G) por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão nº 116/2025/SECID, com fulcro no art. 74, *caput* e art. 86, § 3º, inciso II, ambos da Lei nº. 14.133/2021.

Não obstante, **recomendo** que o Departamento demandante promova a devida complementação da instrução processual, mediante apresentação de justificativa específica acerca da não inclusão da presente aquisição no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.622/2025, esclarecendo as circunstâncias supervenientes ou excepcionais que ensejaram a necessidade da contratação, em atenção aos princípios do planejamento, da transparência e da motivação dos atos administrativos.

É o Parecer, o qual submeto à apreciação da Autoridade Competente.

Assinado eletronicamente por:  
KARIMA HAWA MUJAHED  
20/01/2026 14:42:31  
Assinado eletronicamente com certificado virtual  
**Karima Hawa Mujahed**  
Procuradora Jurídica  
OAB/PR 110.980

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 20/01/2026 14:42:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.jpm.com.br/pdf/9b6cf666e83>





## CONCLUSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 44/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

**1 – OBJETO:** Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

**2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:** Justifica-se a contratação de empresa para aquisição de um veículo de passeio com carroceria sedan para atender às necessidades do Departamento de Saúde do Município de Marmeleiro-PR. O veículo será utilizado para o transporte de pacientes a outros municípios, garantindo conforto, segurança e eficiência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. A aquisição é fundamental para assegurar a continuidade dos deslocamentos, mesmo em períodos de alta demanda ou quando outros veículos da frota estiverem em manutenção.

A escolha por um modelo com carroceria sedan se justifica por suas características técnicas e funcionais, que oferecem maior conforto aos passageiros, espaço adequado para bagagens e melhor desempenho em viagens intermunicipais, aspectos estes essenciais para o transporte contínuo de pacientes. Dessa forma, a aquisição do veículo sedan atende não apenas aos requisitos técnicos e de eficiência, mas também às necessidades reais da rede de saúde municipal, garantindo conforto, segurança e regularidade no atendimento à população.

Aliada aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, a iniciativa garante não apenas a manutenção ininterrupta dos serviços de saúde, mas também promove dignidade e humanização no transporte dos pacientes, ao oferecer condições adequadas de conforto e segurança durante os trajetos, respeitando a vulnerabilidade dos usuários do SUS. Dessa forma, a ação contribui diretamente para a efetivação do direito à saúde e para o fortalecimento da atenção básica e especializada, promovendo uma gestão pública mais sensível, planejada e eficaz.

A aquisição será viabilizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, via convênio firmado com a Secretaria das Cidades (SECID), com contrapartida do município. Essa alternativa estratégica dispensa a realização de uma nova licitação, o que acelera a tramitação, reduz custos operacionais e permite aproveitar preços já registrados, reconhecidamente mais competitivos do que os obtidos em processos licitatórios individuais. As principais vantagens na adesão à Ata de Registro de Preços – PE nº 116/2025 – consistem na agilidade do procedimento, que permite atender com rapidez às demandas urgentes da saúde pública, e na vantajosidade econômica, ao possibilitar a aquisição com valores já registrados. Além disso, o processo por meio de ata reforça a transparência dos atos administrativos, uma vez que está respaldado em procedimentos licitatórios previamente realizados, com critérios públicos, impessoais e auditáveis. Essa combinação de agilidade, economia e transparência promove uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e assegura a continuidade dos serviços essenciais.

A inexigibilidade de licitação é uma exceção à regra geral, mas a própria legislação, no art. 74, define claramente os casos em que a licitação não é obrigatória, estabelecendo as situações em que a competição não pode ser realizada de forma viável.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição.*

Com base nos documentos anexos, que demonstram a viabilidade da contratação por meio de processo de inexigibilidade, solicitamos a formalização do processo para a aquisição do veículo.

A estimativa fundamenta-se na necessidade de ampliar e renovar a frota de veículos do departamento de saúde do município, com o objetivo de garantir maior eficiência, comodidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS.

**3 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:** A empresa contratada foi selecionada por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação, fundamentada no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

A seleção da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, será realizada por meio de Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74, da Lei nº 14.133/2021.







Essa escolha se fundamenta na Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID.

Conforme descrito de forma pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, foi escolhida a solução disponibilizada pelas seguintes razões:

- Atende integralmente às necessidades do CONTRATANTE.
- Os produtos passaram por Análise Técnica no SECID, demonstrando atenderem plenamente ao descritivo.

Já a escolha do fornecedor, se deu pela vantajosidade financeira percebida na pesquisa de preços, aliada à facilidade na adesão à ata de registro de preços mencionada, agilizando assim o processo de contratação.

Dessa forma, a fundamentação da seleção da fornecedora, através da Inexigibilidade de Licitação e a análise comparativa de preços, reforçam a transparência e a legalidade do processo, garantindo que a administração municipal atenda suas obrigações de maneira eficiente e responsável.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

#### 4 – EMPRESA:

**Empresa:** PINHEIRO S VEICULOS LTDA

**CNPJ:** 01.692.763/0001-03

**Endereço:** Avenida T-09, nº 500

**Cidade:** Goiânia

**CEP:** 74.150-300

**Bairro:** Setor Marista

**Estado:** Goiás

**5 – VALOR TOTAL:** R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

**6 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO:** O valor apresentado para o pagamento é de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais), conforme Proposta/Ofício/Aceite em anexo e para fins de comparação de preços, foi buscado contratos e processos de outros Órgãos da Administração Pública, fornecedores atuantes na área do objeto a ser adquirido e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo que demonstraram vantajosidade de valor para a contratação.

Assim devemos entender que uma contratação não precisa estar amparada decisivamente no preço, conforme assevera Joel Menezes Niebuhr, mas o processo deve necessariamente justificar o preço a ser aceito, visando assegurar a vantajosidade da contratação. Neste sentido, justifica-se o preço adotado em dois possíveis sentidos: a) a compatibilidade do preço ajustado com o de mercado, ou b) a adequação do preço, pontualmente, caracterizando como justo, certo e vantajoso diante da pretensa contratação.

Portanto, assim entendemos que existe sim a justificativa de preços e que o valor cobrado pela empresa se torna justo mediante a todas as comprovações, levando em consideração a necessidade da aquisição do veículo.

**7 – FUNDAMENTO LEGAL:** O caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, onde consta:

*Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição.*

#### 8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
278	08.02	10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	0
279		10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	975

**9 – A Comissão de Contratação,** diante do acima exposto e em consonância com as orientações do Parecer Jurídico nº 21/2026 – PG, manifesta-se pela viabilidade da contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, com fulcro nos





Art. 74, *caput* e Art. 86, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Acompanhando a recomendação do órgão jurídico, **sublinha-se a necessidade de o Departamento Requisitante complementar a instrução processual com justificativa específica acerca da não inclusão desta aquisição no Plano de Contratações Anual (PCA/2026)**, em observância ao Decreto Municipal nº 3.622/2025. No mais, encaminha-se o Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026 para análise e homologação, sem adentrar no mérito da veracidade das informações ou na escolha técnica do objeto e fornecedor, pontos que permanecem sob inteira responsabilidade do órgão demandante.

Ressaltamos ainda, que caberá à Autoridade competente a discricionariedade de prosseguir ou não com a contratação.

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Isabela Rodrigues Borges**

Presidente da Comissão de Contratação

Portaria nº 7.657 de 10/09/2025

**Evandro Marcelo Pasqualoto**

Membro da Comissão de Contratação

**Fabiano Bassoli Donida**

Membro da Comissão de Contratação





Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Excelentíssimo Senhor Prefeito,**

Encaminhamos a Vossa Excelência, para análise e homologação, o relatório da Comissão de Contratação, cujo assunto é a contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, mediante inexigibilidade de licitação, fundamentada no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Informamos que o custo para a contratação é de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

O Processo Administrativo Eletrônico para contratação foi autuado sob o nº 044/2026, e a Inexigibilidade tombada sob o nº 002/2026.

A decisão pela contratação por inexigibilidade foi embasada nos seguintes documentos, que seguem anexos ao processo administrativo:

- ✓ Documento de Formalização de Demanda
- ✓ Estudo Técnico Preliminar
- ✓ Termo de Referência
- ✓ Proposta, Comprovação de Valores e Documentos Inexigibilidade
- ✓ Indicação de recurso de adequação orçamentária

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
278	08.02	10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	0
279		10.301 0016 1.008	4.4.90.52.52.00.00	975

- ✓ Parecer Jurídico nº 21/2026 - PG
- ✓ Documentação da empresa
  - Contrato Social e alterações;
  - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - Certidão Negativa Municipal;
  - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
  - Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - Certidão de Regularidade do FGTS;
  - CND Débitos Trabalhistas;
  - Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
  - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
  - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
  - Declaração Unificada.
- ✓ Conclusão do processo pela Comissão de Contratação.

Respeitosamente,





# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

242

ESTADO DO PARANÁ

**Isabela Rodrigues Borges**

Presidente da Comissão de Contratação

Portaria nº 7.657 de 10/09/2025

**Evandro Marcelo Pasqualoto**

Membro da Comissão de Contratação

**Fabiano Bassoli Donida**

Membro da Comissão de Contratação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/01/2026 10:38 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pr79ed730863f9b>





# MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

## DESPACHO

(Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº 44/2026)

**OBJETO:** Aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan para o Departamento de Saúde.

Acolho integralmente as conclusões do Parecer Jurídico n.º 21/2026 – PG, que se manifestou favoravelmente à adesão à Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 86 da Lei n.º 14.133/2021, reconhecendo a legalidade do procedimento e a viabilidade da contratação da empresa PINHEIRO'S VEÍCULOS LTDA.

A contratação dar-se-á mediante adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão n.º 116/2025, realizado pela Secretaria das Cidades – SECID, visando à aquisição de um veículo FIAT CRONOS DRIVE 1.3 FLEX, pelo valor de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

Em atendimento à recomendação da Procuradoria Jurídica quanto à justificativa da ausência da demanda no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, decido pelo prosseguimento do feito com base nas seguintes razões:

a) Fato superveniente: A presente aquisição não constou no PCA/2026 em razão de que os recursos financeiros destinados ao custeio foram recebidos posteriormente à elaboração do plano, configurando circunstância superveniente, nos termos da legislação vigente.

b) Necessidade e continuidade do serviço público: O veículo destina-se ao transporte intermunicipal de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, para atendimentos de média e alta complexidade, sendo indispensável para garantir a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços de saúde, diante do aumento da demanda e da necessidade de manutenção da frota municipal.

c) Interesse público e dignidade da pessoa humana: A aquisição atende diretamente ao interesse público, assegurando conforto, segurança e dignidade aos pacientes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade ou com limitações clínicas, em observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Registro que o processo encontra-se devidamente instruído com a autorização formal do órgão gerenciador da ata (SECID), o aceite da empresa fornecedora, bem como a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa.

Diante do exposto, constatada a legalidade, economicidade e vantajosidade da contratação para a Administração Pública, AUTORIZO o prosseguimento do feito, com vistas à formalização da contratação.

Encaminhe-se ao setor de Licitações e Contratos para as providências cabíveis.

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Jander Luiz Loss**  
Prefeito





## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026 – Cód. Verificador: RY6M3T31.

**OBJETO:** Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

**CONTRATADA:** PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03.

**VALOR TOTAL:** R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Jander Luiz Loss**  
Prefeito







## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PMM – COM LOTES/GRUPOS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2814/2025

**CÓD. VERIFICADOR:** 27ZMBEG3

**MODALIDADE:** Registro de Preços.

**TIPO:** Menor preço por lote/grupo.

**OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material laboratorial, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2026.

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2026.

*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).*

**LOCAL:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos:

[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), [www.marmeleiro.pr.gov.br](http://www.marmeleiro.pr.gov.br) e [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br).

**INFORMAÇÕES:** (46) 3525-8100.

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Jander Luiz Loss**

Prefeito

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026 – Cód. Verificador: RY6M3T31.

**OBJETO:** Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

**CONTRATADA:** PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03.

**VALOR TOTAL:** R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Jander Luiz Loss**

Prefeito

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Marmeleiro, por meio do Departamento de Agricultura e Abastecimento, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às exigências do Instituto Água e Terra – IAT, bem como à legislação ambiental vigente, CONVOCA a população em geral, proprietários lindeiros, entidades civis organizadas e demais interessados para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizada conforme segue:

Data: 31/01/2026

Horário: 14hs e 30 min

Local: Viveiro Baldissarelli – Linha Negreiro

### Finalidade da Audiência Pública

A Audiência Pública tem por objetivo apresentar, esclarecer e colher manifestações da comunidade acerca do projeto de construção de revestimento em estrada rural, localizada na RODOVIA PR - 180 ATÉ VIVEIRO BALDISSARELLI, obra esta sujeita ao processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Água e Terra – IAT.

Na oportunidade, serão apresentados os aspectos técnicos do projeto, bem como as medidas de controle e mitigação previstas, garantindo transparência e a participação popular no processo de tomada de decisão.

A participação da comunidade é fundamental para o aprimoramento do projeto e para o atendimento às normas ambientais vigentes.

### Prefeitura Municipal de Vitorino

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026.**

O município de Vitorino, torna público que fará realizar, às 08:00 horas do dia 02 de 02 do ano de 2026, na plataforma <https://blcompras.com>, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação em CBUQ	23.972,40 m²	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, site eletrônico da Prefeitura de Vitorino e na plataforma <https://blcompras.com>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Vitorino, 20 de janeiro de 2026.  
Fernando Sinhorini - Agente de Contratação

Extrato publicação Contrato 05/2025 de Dispensa de Licitação 060/2025 Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e a empresa FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGIA DA UTFPR-FENTEF-PR . CNPJ – 02032297000100. OBJETO: Contratação de instituição pública de ensino superior de notória especialização e reputação reconhecida, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, para a execução integral do concurso público municipal, compreendendo todas as fases de elaboração (editais, provas, correções, listas de aprovados, com correspondente divulgação nos órgãos de imprensa oficial). Valor R\$ 167.835,22 - Dotação Orçamentária 6-23-21-44-84-160-174-268-305-327-339-351-. Data 21/01/2026

### Prefeitura Municipal de Renascença

**AVISO DE EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 – PMR**

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventual contratação de empresas para execução do serviço de proteção social especial - alta complexidade - com acolhimento e hospedagens institucional na modalidade de instituição de longa permanência e/ou casa lar para pessoas idosas. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 de fevereiro de 2026 às 08h00min.

UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA  
LOCAL: <http://www.gov.br/compras/pt-br>.  
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: [www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes](http://www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes). Esclarecimentos através do e-mail: [licitacao@renascenca.pr.gov.br](mailto:licitacao@renascenca.pr.gov.br) ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 23 de janeiro de 2026.  
LUCIANA ALMERI MORCELLI  
Agente de Contratação/Pregoeira

Extrato publicação Contrato 05/2025 de Dispensa de Licitação 060/2025 Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e a empresa FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGIA DA UTFPR-FENTEF-PR . CNPJ – 02032297000100. OBJETO: Contratação de instituição pública de ensino superior de notória especialização e reputação reconhecida, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, para a execução integral do concurso público municipal, compreendendo todas as fases de elaboração (editais, provas, correções, listas de aprovados, com correspondente divulgação nos órgãos de imprensa oficial). Valor R\$ 167.835,22 - Dotação Orçamentária 6-23-21-44-84-160-174-268-305-327-339-351-. Data 21/01/2026

### Câmara Municipal de Mangueirinha

**AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 01/2025**

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA, por meio do seu Presidente, Senhor Diogo Andre Carniel Noll, Retifica o Edital da Concorrência Eletrônica n.º 01/2025, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções de Mesa nº 001/2023 e 003/2025, e demais normas aplicáveis.

Objeto: Contratação Integrada de empresa especializada para elaboração de projetos básico, legal e executivo de arquitetura e complementares de engenharia, obtenção de licenciamento ambiental e aprovação nos órgãos competentes, e execução da obra da nova sede da Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná.

Valor Máximo: R\$ 7.408.544,98 (sete milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos). DATA E HORA DA ABERTURA: 28 DE ABRIL 2026 ÀS 13 HORAS. INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 16 DE JANEIRO DE 2025 ÀS 12 HORAS.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28 DE ABRIL DE 2026 ÀS 11:59

Link: [COMPRAS.GOV.BR https://www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br)  
Critério de Julgamento: menor preço por item.

A íntegra do aviso poderá ser lida no endereço da Câmara Municipal de Mangueirinha – PR ([www.mangueirinha.pr.leg.br](http://www.mangueirinha.pr.leg.br)), na aba Licitações, ou solicitação diretamente na sede desta em dias úteis, durante o horário de expediente, no e-mail: [camara@mangueirinha.pr.leg.br](mailto:camara@mangueirinha.pr.leg.br) ou [camara-mangueirinha@hotmail.com](mailto:camara-mangueirinha@hotmail.com), para envio do arquivo do edital.

Mangueirinha, 23 de janeiro de 2026  
Diogo Andre Carniel Noll  
Presidente do Legislativo

Extrato publicação Contrato 05/2025 de Dispensa de Licitação 060/2025 Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e a empresa FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGIA DA UTFPR-FENTEF-PR . CNPJ – 02032297000100. OBJETO: Contratação de instituição pública de ensino superior de notória especialização e reputação reconhecida, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, para a execução integral do concurso público municipal, compreendendo todas as fases de elaboração (editais, provas, correções, listas de aprovados, com correspondente divulgação nos órgãos de imprensa oficial). Valor R\$ 167.835,22 - Dotação Orçamentária 6-23-21-44-84-160-174-268-305-327-339-351-. Data 21/01/2026

### Prefeitura Municipal de Nova Prata

**SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 016/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Rodovia PR-471, trecho que liga o município de Nova Prata do Iguaçu até a balsa de acesso ao município de Três Barras do Paraná (coordenadas iniciais Latitude: 25°37'32.98"S e Longitude: 53°20'27.13"W; coordenadas finais Latitude: 25°35'10.25"S e Longitude: 53°16'33.74"W), com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários, compressores, serviços preliminares (placa de obra e estacamento), execução de remendos profundos com materiais pétreos (macadame seco) nos pontos críticos identificados, execução de base em brita graduada simples (BGS) sobre toda a extensão, aplicação de imprimação com emulsão EAI e pintura de ligação com emulsão RR-1C, revestimento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) utilizando CAP 50/70, implantação de sistema completo de drenagem pluvial (bueiros tubulares de concreto, bocas de lobo, caixas coletoras e dissipadores de energia), implantação de sinalização de trânsito horizontal e vertical, serviços complementares (limpeza, cascalhamento de bordas), administração local da obra, instalação de canteiro, mobilização e desmobilização de equipamentos, e realização de todos os ensaios tecnológicos necessários ao controle de qualidade, totalizando 54.000,00 m² de área pavimentada (9.000,90 metros de extensão x 6,00 metros de largura), no Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, em conformidade com as normas técnicas do DER/PR, DNIT e ABNT.

O Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, vem neste ato **SUSPENDER TEMPORARIAMENTE** o processo licitatório acima descrito, conforme segue:

**1º - JUSTIFICATIVA:** A Comissão de Licitação, designada através da Portaria Municipal nº 6.032/2025 de 30 de dezembro de 2025, recebeu na data de 22 de janeiro de 2026 a interposição de reconsideração quanto à decisão de habilitação da empresa FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA na licitação Concorrência Presencial nº 016/2025 realizada na data de 15 de janeiro de 2026. O pedido de reconsideração foi realizado pela empresa Minerpar Ltda, também participante da concorrência presencial supracitada, onde a mesma alega, mesmo interpostamente, que obteve fatos novos à licitação onde cita que "a empresa deixou de apresentar, juntamente com a licença ambiental o respectivo Alvará de Funcionamento, documento indispensável para a regularidade da atividade. Assim inexistindo alvará de funcionamento expedido pelo município de Realeza/PR, deve-se considerar irregular o funcionamento da usina, não sendo permitido o exercício da atividade no local indicado até eventual vício seja devidamente sanado". Diante da solicitação desta municipalidade **SUSPENDE TEMPORARIAMENTE** o PROCESSO LICITATÓRIO até a decisão final.

**2º -** A suspensão encontra-se disponível na no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu: [www.npi.pr.gov.br](http://www.npi.pr.gov.br). Esclarecimentos: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (46) 3545-8000.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 23 de janeiro de 2026.

**SÉRGIO VITALI**  
Prefeito Municipal em Exercício

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025**  
(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal em exercício Sérgio Vitali, **RATIFICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, tendo em vista o processo de contratação direta, incidindo-se no caso epígrafe o disposto no art. 74, "I – Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo", da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 3757/2023.

**1. OBJETO:**

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de assinatura de ferramenta tecnológica destinada à pesquisa, análise e comparação de preços praticados pela Administração Pública, a ser utilizada na instituição, planejamento e condução dos processos licitatórios e das contratações do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, conforme especificações abaixo:

Item	Características do objeto / Especificações técnicas	UND	Valor
01	Assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisa, análise e comparação de preços praticados pela Administração Pública, com sistema de pesquisa estruturado conforme os parâmetros da Instrução Normativa nº 65/2021, compreendendo 01 (uma) licença e 03 (três) usuários.	Serviço	R\$ 12.300,00

**2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação pretendida tem por finalidade a obtenção de assinatura de ferramenta especializada para pesquisa, análise e comparação de preços praticados pela Administração Pública, indispensável para a correta elaboração das estimativas de preços que subsidiam os processos licitatórios e as contratações diretas do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR. A referida solução vem sendo utilizada de forma contínua pelo Município desde o ano de 2021, sendo processo licitatório Inexigibilidade nº 001/2021, período em que se consolidou como instrumento técnico adequado, eficiente e plenamente integrado à rotina administrativa. A experiência acumulada ao longo desse período demonstra que a ferramenta atende de maneira satisfatória às necessidades institucionais, proporcionando maior padronização dos procedimentos, confiabilidade das informações, agilidade nas análises e segurança jurídica nas pesquisas de preços.

O uso de ferramenta especializada para pesquisa de preços revela-se essencial para assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e transparência. A solução possibilita o acesso a bases de dados amplas, atualizadas e confiáveis, oriundas de contratações realizadas por diversos órgãos e entidades públicas em âmbito nacional, mitigando riscos relacionados à informação inadequada dos valores estimados.

A contratação por inexigibilidade de licitação justifica-se pela inviabilidade de competição, uma vez que a solução adotada apresenta características singulares, tais como metodologia própria de coleta, tratamento e análise de dados, base de informações exclusiva e funcionalidades específicas, já incorporadas aos procedimentos internos do Município. A eventual substituição da ferramenta implicaria prejuízos à continuidade dos trabalhos, à padronização dos processos e à eficiência das atividades de planejamento das contratações públicas.

Resalta-se que a mesma solução vem sendo adotada por diversos entes da Administração Pública por meio de contratação direta, na modalidade de inexigibilidade, conforme demonstram os processos administrativos abaixo relacionados, todos com registros de notas de empenho no exercício de 2025 e com contratos formalizados, inclusive com termos aditivos, o que evidencia a continuidade da utilização da ferramenta e a sua adequação às necessidades dos entes contratantes:

- Município de Arapongas – PR: Inexigibilidade nº 22/2022;
- Município de Janópolis – PR: Inexigibilidade nº 034/2025;
- Município de Mandaguai – PR: Inexigibilidade nº 091/2025;
- Município de Ponta Grossa – PR: Inexigibilidade nº 28/2025;
- Município de Capitão Leônidas Marques – PR: Inexigibilidade nº 042/2022;
- Município de Cascavel – PR: Inexigibilidade nº 034/2023;
- Município de Dois Vizinhos – PR: Inexigibilidade nº 059/2025;
- Município de Renascença – PR: Inexigibilidade nº 041/2025;
- Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra – PR: Inexigibilidade nº 005/2024.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação pretendida, em razão de sua relevância técnica, de sua utilização continuada pelo Município de Nova Prata do Iguaçu – PR e de sua contribuição direta para a qualidade, segurança e eficiência das pesquisas de preços realizadas pela Administração Municipal.

**3. VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO:** O valor total da contratação será de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais) para o período de 12 (doze) meses.

**4. EMPRESA CONTRATADA:** NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA - CNPJ: 07.797.967/0001-95

**5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, desde que demonstrada a vantagem dos preços, observando-se os critérios da Lei nº 14.133/2021 e anuência das partes.

**6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 04. Secretaria Municipal de Administração; 001 Departamento de Administração; 04.122.0004-2-003 Manutenção da Secretaria de Administração; 3.3.90.40.00.00 Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

Extrato publicação Contrato 05/2025 de Dispensa de Licitação 060/2025 Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e a empresa FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGIA DA UTFPR-FENTEF-PR . CNPJ – 02032297000100. OBJETO: Contratação de instituição pública de ensino superior de notória especialização e reputação reconhecida, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, para a execução integral do concurso público municipal, compreendendo todas as fases de elaboração (editais, provas, correções, listas de aprovados, com correspondente divulgação nos órgãos de imprensa oficial). Valor R\$ 167.835,22 - Dotação Orçamentária 6-23-21-44-84-160-174-268-305-327-339-351-. Data 21/01/2026

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de janeiro de 2026.

**SÉRGIO VITALI**  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº: 008/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 019/2026**  
**CONTRATANTE:** Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.  
**CONTRATADA:** np tecnologia e gestão de dados ltda- CNPJ Nº 07.797.967/0001-95.  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de assinatura de ferramenta tecnológica destinada à pesquisa, análise e comparação de preços praticados pela Administração Pública, a ser utilizada na instituição, planejamento e condução dos processos licitatórios e das contratações do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR.  
**RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:** 04. Secretaria Municipal de Administração; 001 Departamento de Administração; 04.122.0004-2-003 Manutenção da Secretaria de Administração; 3.3.90.40.00.00 Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em parcela única, após a data de recebimento do objeto acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.  
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de janeiro de 2026.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026**

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026 – Cód. Verificador: RY6M3T31.

**OBJETO:** Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

**CONTRATADA:** PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03.

**VALOR TOTAL:** R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

Jander Luiz Loss  
Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PMM – COM LOTES/GRUPOS EXCLUSIVOS PARA ME/EP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2814/2025**  
**CÓD. VERIFICADOR:** 27ZMBEG3  
**MODALIDADE:** Registro de Preços.  
**TIPO:** Menor preço por lote/grupo.

**OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material laboratorial, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2026.

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2026.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) "Acesso Identificado no link - licitações".

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), [www.marmeleiro.pr.gov.br](http://www.marmeleiro.pr.gov.br) e [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br).

**INFORMAÇÕES:** (46) 3525-8100.

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

Jander Luiz Loss  
Prefeito

**CONSUD**

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025**

Homologo e adjudico o objeto da Dispensa de Licitação nº 06/2025 a empresa:

- FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO VALE DO POUJARI- FADCT,** inscrita no CNPJ sob o nº 80.900.590/0001-48.

Para a prestação de serviço O valor contratual corresponderá a R\$ 121.100,00 (cento e vinte e um mil e cem reais) para até 1.000 (mil) inscritos, acrescido de R\$ 40,00 (quarenta reais) por inscrição excedente, de modo que não há fração de valor global estancando, estando o montante final condicionado ao quantitativo efetivo de candidatos inscritos no certame, com fundamento no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2026.

**JEAN PIER CATTO**  
Presidente

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026**

**Objeto:** credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal, bem como a disponibilização de salas de espera em pontos estratégicos, destinados ao atendimento de pacientes em Tratamento Fora de Domicílio (TFD), seus acompanhantes e servidores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Suldeste (CONSUD).

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Suldeste (CONSUD), por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.876/2024, e a Resolução nº 24/2023, torna público este Chamamento para o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços especificados.

**Período de credenciamento:** O período de credenciamento terá início em 26 de janeiro de 2026, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, na sede do CONSUD, localizada na Rodovia Contorno Vitorino Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, Francisco Beltrão, Paraná.

**Retirada do edital:** O Edital completo pode ser obtido na sede do CONSUD ou mediante solicitação via e-mail pelo endereço: [licita@consud.org.br](mailto:licita@consud.org.br) ou no WhatsApp: (46) 98902-1440.

**Esclarecimentos:** Dúvidas ou informações adicionais sobre o presente Chamamento poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos.

**Observações finais:** Os interessados deverão atender a todos os requisitos previstos no Edital e na legislação em vigor para participar do processo de credenciamento.

Elisete Cristina Favaro  
Agente de Contratação



CONVÊNIO Nº 780/2025 – DESAN, CELEBRADO ENTRE A SEAB – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ-PR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 10/02/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 10/02/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <https://bnc.org.br/> “Acesso Identificado”.  
Sítio: [www.itaguaje.pr.gov.br](http://www.itaguaje.pr.gov.br).

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço global.

#### INFORMAÇÕES:

Endereço: Avenida Governador Lupon, nº. 605 – Itaguajé – Pr.  
Telefone: (44) 99157-1868 ou pelo e-mail: [licitacao@itaguaje.pr.gov.br](mailto:licitacao@itaguaje.pr.gov.br).

Itaguajé, 23 de Janeiro de 2026.

**RENATO FELIX DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

7689/2026

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2.026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2.026**

#### PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE, QUE VISA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO EM OTIMIZAR A INFRAESTRUTURA RURAL E FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE CONVÊNIO Nº 901/2025 – DESAN, CELEBRADO ENTRE A SEAB – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ-PR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 11/02/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 11/02/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <https://bnc.org.br/> “Acesso Identificado”.  
Sítio: [www.itaguaje.pr.gov.br](http://www.itaguaje.pr.gov.br).

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por Item.

#### INFORMAÇÕES:

Endereço: Avenida Governador Lupon, nº. 605 – Itaguajé – Pr.  
Telefone: (44) 99157-1868-1222 ou pelo e-mail: [licitacao@itaguaje.pr.gov.br](mailto:licitacao@itaguaje.pr.gov.br).

Itaguajé, 23 de Janeiro de 2026.

**RENATO FELIX DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

7692/2026

## Londrina

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PG-0006;0007/2026**

Comunicamos aos interessados que estão disponibilizados os Editais a seguir: **PREGÃO ELETRÔNICO n.º PGE/SMGP-0006/2026 (COMPRASGOV n.º 90.006/2026)**, objeto: Registro de Preços para a eventual contratação da Execução de Sondagem. Valor máximo da licitação: R\$ 600.216,47 e **PREGÃO PRESENCIAL COM USO DE VIDEOCONFERÊNCIA n.º PGV/SMGP-0007/2026**, objeto: Registro de Preços para aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal. Valor

máximo da licitação: R\$ 2.247.082,55. O Edital poderá ser obtido através do site [www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br). Quaisquer informações necessárias pelos telefones (43)3372-4395/4284 ou pelo e-mail: [licita@londrina.pr.gov.br](mailto:licita@londrina.pr.gov.br). Londrina, 23 de Janeiro de 2026. SÉRGIO WILLIAN COSTA BECHER – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA.

7600/2026

## Marmeleiro

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 002/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 44/2026 – Cód. Verificador: RY6M3T31.

**OBJETO:** Contratação da empresa PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03, para aquisição de 01 (um) veículo de passeio TIPO SEDAN (0 Km), através da Adesão a Ata de Registro de Preços, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 116/2025/SECID, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

**CONTRATADA:** PINHEIRO'S VEICULOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 01.692.763/0001-03.

**VALOR TOTAL:** R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais).

Marmeleiro, 23 de janeiro de 2026.

**Jander Luiz Loss**  
**Prefeito**

7587/2026

## Missal

#### AVISO DE LICITAÇÃO-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE MISSAL, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 78.101.847/0001-50, por intermédio de seu **Agente de Contratação e Equipe de Apoio**, designados pela **Portaria nº 730, de 01 de Outubro de 2025**, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, no sistema de **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM ESTRADAS RURAIS**, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico e financeiro e demais anexos deste Edital, valor máximo de **R\$ 1.514.825,57**. Recursos do **Convênio SEAB nº 604/2025**.

**ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 12 DE FEVEREIRO DE 2026 ÀS 08H20MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF);

**REALIZAÇÃO:** Por meio do Site [bllcompras.com](http://bllcompras.com);

**ÍTEGRA DO EDITAL:** Disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1)), na plataforma da BLL (<https://bll.org.br/>) e no endereço eletrônico do Município (<https://transparencia.missal.pr.gov.br/licitacoes>), ou ainda, pode ser solicitado pelo e-mail [licitacao@missal.pr.gov.br](mailto:licitacao@missal.pr.gov.br).

Missal - PR, 22 de Janeiro de 2026.

**Eugenio Schwendler-Prefeito Municipal em exercício**

7484/2026

#### AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

**EDITAL COM EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

Torna-se público que o **Município de Missal**, Estado do Paraná, CNPJ nº 78.101.847/0001-50, sito à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 555, Centro, no Município de Missal/Pr, CEP 85736-021, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 730, de 01 de Outubro de 2025**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, visando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1697/2024**, valor máximo de **R\$ 128.515,28**.

**ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 10 DE FEVEREIRO DE 2026 ÀS 08H20MIN. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF);

**REALIZAÇÃO:** Por meio do Site [bllcompras.com](http://bllcompras.com);

**ÍTEGRA DO EDITAL:** Disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1)), na plataforma da BLL (<https://bll.org.br/>) e no endereço eletrônico do Município (<https://transparencia.missal.pr.gov.br/licitacoes>), ou ainda, pode ser solicitado pelo e-mail [licitacao@missal.pr.gov.br](mailto:licitacao@missal.pr.gov.br).

Missal - PR, 22 de Janeiro de 2026.

**Eugenio Schwendler-Prefeito Municipal em exercício**

7509/2026